



JUNTA DE FREGUESIA DE AZEITÃO
(SÃO LOURENÇO E SÃO SIMÃO)

REUNIÃO ORDINÁRIA DA JUNTA DE FREGUESIA

30 DE JUNHO DE 2026

ATA N.º 02/2026



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE AZEITÃO
(SÃO LOURENÇO E SÃO SIMÃO)

MANDATO 2025 / 2029

SESSÃO ORDINÁRIA DE 30 DE JUNHO DE 2026

ATA n.º 02/2026

Aos trinta dias do mês de junho do ano dois mil e vinte e seis, pelas vinte e uma horas, nas instalações da Junta de Freguesia sitas em Vendas de Azeitão (Rua 25 de Abril), realizou-se uma sessão ordinária da Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Azeitão (São Lourenço e São Simão) com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- ♦ Período de intervenção do público
- ♦ Período de Antes da Ordem do Dia
- 1. **Informação do Presidente da Junta de Freguesia acerca da atividade da junta e da situação financeira da freguesia**
Apreciação
- 2. **Projeto de alteração ao Regulamento da Feira de Antiguidades, Velharias e Artesanato de Azeitão**
Proposta para aprovação
- 3. **Projeto de Regulamento do Orçamento Participativo Jovem da Junta de Freguesia de Azeitão (São Lourenço e São Simão)**
Proposta para aprovação
- 4. **2.ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano 2025- 2029**
Proposta para aprovação

1

A Senhora Presidente da Assembleia ordenou que se procedesse de seguida à chamada.

- ♦ Aníbal Fernando Oliveira Delgado da Silva (IL) – presente
- ♦ António Jorge Matias Ventura (CH) – presente
- ♦ Carla Afonso Machado (CH) – presente
- ♦ David José Matias Marques (SET-V) – presente
- ♦ Diamantino António Caldeira Estanislau (CDU) – presente
- ♦ Duarte Alexandre Godinho Tavares (PS) – presente
- ♦ Elisabete Machado Fernandes (SET-V) – presente
- ♦ João Vitorino Ribeiro Pinto (PS) – presente
- ♦ José Ângelo de Almeida Páscoa Figueira (CH) – ausente



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE AZEITÃO
(SÃO LOURENÇO E SÃO SIMÃO)

- ♦ Mónica Paula da Silva Martins (CDU) – ausente
- ♦ Nelson Martinho Santos (SET-V) – presente
- ♦ Rui Daniel Ferreira Rosário (PS) – ausente
- ♦ Vanda Maria da Cruz Esteves (PS) – presente

A Senhora Presidente da Assembleia informou que, relativamente às ausências registadas, houve os seguintes **pedidos de substituição**:

- **Pela bancada do PS**, em substituição de Rui Daniel Ferreira Rosário, foi inicialmente chamada Carlota Oliveira da Silva, na qualidade de elemento seguinte da respetiva lista, tendo esta, por sua vez, apresentado pedido de substituição. Em sua substituição, encontrava-se presente Fábio Alexandre Cabica Casarão, que tomou posse na presente sessão.
- **Pela bancada da CDU**, em substituição de Mónica Paula da Silva Martins, encontrava-se presente Hercílio José Demétrio Ferreira.
- **Pela bancada do CH**, em substituição de José Ângelo de Almeida Páscoa Figueira, encontrava-se presente Frederico de Carvalho Pereira, que tomou posse na presente sessão.

2

A mesa da Assembleia foi constituída pela sua Presidente, Vanda Maria da Cruz Esteves, pelo Primeiro Secretário, Duarte Alexandre Godinho Tavares, e pelo Segundo Secretário, João Vitorino Ribeiro Pinto.

Estavam também presentes os seguintes os seguintes membros da Junta de Freguesia:

O Presidente da Junta de Freguesia, Tiago Miguel Dinis Cardoso, os Vogais, Gil Aires Parreira Raposo e Jorge Celestino Martins de Jesus, a Secretária, Ana Isabel Espada Pereira, e a Tesoureira, Sandra Isabel Vicente Nunes.

A Senhora Presidente declarou aberta a sessão e deu início ao Período de intervenção do público.

I - Período de intervenção do público

A Senhora Presidente da Assembleia deu início ao Período de intervenção do público, informando que existiam várias inscrições para uso da palavra. Solicitou, por esse motivo, que os intervenientes fossem sucintos nas suas intervenções e respeitassem o tempo máximo de cinco minutos previsto regimentalmente.



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE AZEITÃO
(SÃO LOURENÇO E SÃO SIMÃO)

Foi chamado a intervir o Senhor Moisés António Santos Lopes.

No uso da palavra, o Senhor Moisés António Santos Lopes cumprimentou a Senhora Presidente da Assembleia, os elementos da Mesa, o Executivo da Junta de Freguesia e todos os eleitos presentes.

Começou por referir que tinha estado presente na tomada de posse dos eleitos, não tendo, entretanto, voltado a participar numa sessão da Assembleia de Freguesia. Desejou a todos um bom mandato, sublinhando a importância de que as divergências políticas existentes possam ser ultrapassadas em prol de Azeitão e dos azeitonenses.

Esclareceu que a sua intervenção tinha como objetivo apresentar uma proposta relacionada com os transportes públicos, área na qual desenvolveu a sua atividade profissional durante 41 anos.

Referiu-se à criação da Carris Metropolitana, em junho de 2022, abrangendo a Área Metropolitana de Lisboa, incluindo o concelho de Setúbal. Considerou que a sua criação constituiu um passo importante, nomeadamente no que respeita à redução dos custos dos transportes públicos, recordando que, no passado, o passe entre Setúbal e Lisboa tinha um custo significativamente superior ao atualmente praticado para a utilização dos transportes na Área Metropolitana de Lisboa.

Passou depois a apresentar a proposta que pretendia deixar à consideração do Executivo da Junta de Freguesia, esclarecendo tratar-se de uma matéria que, pela sua complexidade, justificaria uma discussão mais aprofundada.

A proposta apresentada incide sobre a alteração do percurso da carreira 4432, entre Setúbal e Vale dos Choupas, que atualmente serve parte da zona dos Brejos de Azeitão. Considerou que seria possível proceder a um ajustamento do respetivo percurso, permitindo que esta carreira passasse igualmente a servir as localidades de Vendas de Azeitão e Vila Fresca de Azeitão, que, no seu entender, ficaram particularmente prejudicadas com a reorganização dos transportes decorrente da entrada em funcionamento da Carris Metropolitana.

Referiu que, caso o Executivo demonstrasse interesse em analisar a proposta, estaria disponível para apresentar com maior detalhe as alterações que considera necessárias ao percurso atualmente existente. Em termos gerais, defendeu que, após alguns ajustamentos no percurso nos Brejos de Azeitão, a carreira pudesse passar por Vendas de Azeitão e Vila Fresca de Azeitão antes de seguir para Setúbal.

Sublinhou que esta alteração constituiria uma mais-valia para as populações destas localidades, salientando particularmente as dificuldades sentidas pela população mais envelhecida no acesso aos transportes públicos.

Criticou, ainda, o funcionamento atual da Carris Metropolitana, considerando que os percursos e horários existentes não respondem adequadamente às necessidades das populações e referindo que existem frequentes incumprimentos dos horários previstos.



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE AZEITÃO
(SÃO LOURENÇO E SÃO SIMÃO)

A título de exemplo, referiu que, antes da implementação da Carris Metropolitana, era possível realizar o percurso entre Setúbal e Vendas de Azeitão num período aproximado de quarenta minutos.

Atualmente, segundo indicou, a carreira 4562, entre Setúbal e Vila Nogueira de Azeitão, efetuando passagem por Palmela, Estação de Palmela e Aires, demora cerca de 55 minutos até Vendas de Azeitão, situação que considerou incompreensível tendo em conta a proximidade daquela localidade a Setúbal.

Deu nota das dificuldades existentes nas ligações entre as diferentes localidades de Azeitão e Setúbal, salientando que, embora seja relativamente fácil encontrar transporte para determinadas zonas, nem sempre existe articulação adequada com os restantes horários e ligações necessárias.

A Senhora Presidente da Assembleia advertiu o interveniente de que havia ultrapassado o tempo que lhe estava destinado, solicitando-lhe que concluísse a sua intervenção.

O Senhor Moisés António Santos Lopes pediu apenas mais alguns instantes para concluir, referindo que pretendia apresentar um último exemplo sobre o funcionamento dos horários da Carris Metropolitana. Indicou a carreira 4730, entre Setúbal e Lisboa, pela Estrada Nacional 10, fazendo referência ao número de circulações existentes nos dias úteis e aos sábados, domingos e feriados. Afirmou que, perante este exemplo, fica com a ideia de que os horários da Carris Metropolitana são elaborados em função da disponibilidade de motoristas e de autocarros. Terminou agradecendo a atenção dispensada.

4

Terminada a intervenção do Senhor Moisés António Santos Lopes, foi chamado a intervir o Senhor Tiago Leitão.

No uso da palavra, o Senhor Tiago Leitão cumprimentou todos os presentes e identificou-se como residente na Rua de Timor, na zona do Choilo.

Referiu que a sua intervenção era feita em nome próprio e também refletia as preocupações de vários vizinhos residentes naquela zona, na sequência do conhecimento de que estaria prevista a construção de campos de padel no local onde atualmente existem campos destinados à prática de futebol, ténis e outras atividades desportivas.

Manifestou preocupação relativamente à concretização deste projeto, referindo que muitos dos residentes escolheram aquela zona pela sua tranquilidade. Considerou que a instalação de campos de padel poderá vir a provocar um aumento significativo do ruído, atendendo às características daquela modalidade e aos horários em que habitualmente é praticada, bem como um acréscimo do tráfego automóvel e dificuldades adicionais de estacionamento na zona.

Referiu, igualmente, preocupação quanto aos horários de funcionamento que possam vir a ser praticados, considerando que a utilização dos campos durante períodos mais tardios poderá interferir com o descanso e a tranquilidade dos moradores.



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE AZEITÃO
(SÃO LOURENÇO E SÃO SIMÃO)

4.
5

Salientou, também, que a nova infraestrutura poderá causar impacto visual na zona e gerar outros constrangimentos para os residentes. Acrescentou que, no seu entendimento, os terrenos ou equipamentos existentes no local teriam inicialmente natureza privada, tendo posteriormente sido cedidos à utilização pública, manifestando preocupação pelo facto de poderem agora vir a ser utilizados no âmbito de uma atividade de natureza comercial.

Por fim, referiu que as suas preocupações não se prendem apenas com o ruído produzido durante a prática da modalidade, mas também com o movimento e o eventual ruído gerados antes e após a utilização dos campos, nomeadamente pela permanência dos utilizadores nas imediações.

Concluiu afirmando que a eventual instalação dos campos de padel poderá colocar em causa o descanso, a tranquilidade e a qualidade de vida dos residentes naquela zona.

Terminada a intervenção do Senhor Tiago Leitão, foi chamado a intervir o Senhor Joaquim Catarino. O Senhor Joaquim Catarino começou por cumprimentar todos os presentes e esclareceu que intervinha na qualidade de representante da associação de moradores das Casas de Azeitão – Núcleo Poente 1, designada por AUCA.

Começou por solicitar informação relativamente à situação do aterro sanitário que, segundo referiu, terá encerrado há cerca de um ou dois anos. Manifestou preocupação com a degradação da situação relativa à deposição de resíduos, considerando que, após o encerramento daquela infraestrutura, se verificou um agravamento da existência de depósitos de lixo a céu aberto na zona de Azeitão. Solicitou uma resposta concreta sobre esta matéria, referindo que, caso necessário, procuraria igualmente obter esclarecimentos junto da Câmara Municipal ou de outras entidades competentes.

5

De seguida, colocou uma questão relativa ao projeto de remodelação da Escola Secundária de Azeitão/EB 2, 3 de Azeitão, pretendendo saber em que fase se encontra o processo, designadamente se o respetivo concurso já havia sido lançado e se a Junta de Freguesia dispunha de informação que permitisse atualizar os presentes sobre o andamento daquela intervenção.

Por último, abordou uma informação que lhe tinha sido transmitida e que afirmou causar-lhe preocupação enquanto utilizador e residente na região. Referiu ter tomado conhecimento de que, num terreno situado junto à Casa dos Verdes, poderia vir a ser instalada uma estrutura destinada à colocação de painéis solares.

Manifestou preocupação com a eventual concretização daquele projeto, considerando o impacto que poderia ter na paisagem e na envolvente. Referiu que percorre frequentemente aquela zona e que valoriza particularmente a paisagem existente, nomeadamente os espaços verdes, os animais e a vista sobre parte da Serra de Azeitão.

Manifestou-se contra a instalação de estruturas que, no seu entendimento, possam descaracterizar a paisagem, fazendo igualmente referência a uma construção recentemente instalada na freguesia, O



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE AZEITÃO
(SÃO LOURENÇO E SÃO SIMÃO)

designadamente o Auditório Municipal, que considerou constituir um exemplo desse tipo de intervenção.

Esclareceu, contudo, que não tinha confirmação sobre a veracidade da informação relativa à eventual instalação dos painéis solares, uma vez que não tinha observado no local qualquer elemento que confirmasse essa possibilidade. Solicitou, por esse motivo, esclarecimentos sobre se a referida informação correspondia à realidade.

Terminada a intervenção do Senhor Joaquim Catarino, foi chamada a intervir a Senhora D. Ana Maria Felizardo.

A Senhora D. Ana Maria Felizardo iniciou por cumprimentar todos os presentes, identificando-se como residente nos Brejos de Azeitão.

Referiu que pretendia voltar a abordar questões relacionadas com o estado de conservação e limpeza das ruas e estradas daquela zona, considerando que a situação se mantém degradada e que a falta de limpeza é visível para quem circula no território.

Manifestou particular preocupação com a existência de lombas e ondulações numa estrada que considerou estar mal construída, designadamente na zona da Quinta dos Caracóis. Alertou para o perigo daquela situação, referindo que observa com frequência veículos danificados devido ao estado do pavimento. Considerou, por esse motivo, que deveria ser reforçada a sinalização existente ou, em alternativa, adotadas outras medidas que permitissem alertar adequadamente os condutores para o perigo.

Sublinhou a necessidade de uma intervenção urgente, considerando que a aproximação do inverno poderá agravar a situação, nomeadamente devido à acumulação de água e à menor visibilidade dos problemas existentes no pavimento.

De seguida, fazendo referência a uma intervenção anterior relativa a uma construção recentemente realizada, afirmou, que já se tinha habituado à referida estrutura do Auditório e que gostaria de saber quando seria inaugurada.

Abordou a questão da reabilitação da Rua de São Gonçalo, referindo ter tido conhecimento de um projeto anteriormente apresentado por uma força política com representação na Câmara Municipal. Manifestou preocupação relativamente à eventual concretização desse projeto, esperando, contudo, que possa ser encontrada uma solução para a requalificação daquela artéria, sem esquecer a importância das árvores existentes e o facto de se tratar de uma das principais ruas dos Brejos de Azeitão.

Referiu igualmente preocupação com o estado das antigas instalações do SIMBA, atualmente propriedade privada e, segundo afirmou, devolutas. Considerou que o estado de degradação do imóvel



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE AZEITÃO
(SÃO LOURENÇO E SÃO SIMÃO)

prejudica a imagem da entrada na zona de São Simão e defendeu que os respetivos proprietários deveriam ser notificados para proceder às intervenções necessárias.

Fez, também, referência ao terreno vedado da Florex e questionou se existirá algum plano para as antigas instalações da AERSET, considerando que poderia ser ponderada alguma intervenção que contribuísse para melhorar o aspeto daquela zona.

Por último, manifestou preocupação com o crescente número de postes e infraestruturas instalados em diversas zonas da freguesia, considerando que a situação está a contribuir para a degradação da imagem urbana e poderá representar riscos, nomeadamente para os animais. Referiu, a título de exemplo, a instalação de um poste junto à escola primária, aparentemente destinada a servir um único cliente da NOS, questionando se todas estas instalações estão devidamente autorizadas e se existe acompanhamento relativamente à sua implantação.

Concluiu defendendo a necessidade de avaliar e equilibrar o investimento público e privado no território. Referiu que, apesar da valorização e orgulho frequentemente manifestados relativamente à identidade e aos produtos de Azeitão, existem ainda diversas situações no espaço público que, no seu entender, comprometem a imagem e a qualidade do território.

7

Terminada a intervenção da Senhora D. Ana Maria Felizardo, foi chamado a intervir o Senhor Manuel Ryder.

No uso da palavra, o Senhor Manuel Ryder cumprimentou todos os presentes, dirigindo uma saudação particular ao Executivo da Junta de Freguesia, a quem desejou um bom mandato, manifestando a expectativa de que o mesmo decorresse da melhor forma em benefício da população.

Referiu que, mais do que apresentar queixas, pretendia chamar a atenção e convidar à reflexão sobre alguns aspetos relacionados com o território, alguns dos quais já haviam sido abordados em intervenções anteriores.

A propósito da referência feita anteriormente à instalação de postes, alertou para a existência de um poste, na zona da Florex, que, segundo referiu, se encontra degradado há cerca de quatro meses, continuando, contudo, a emitir luz. Salientou tratar-se igualmente de um poste associado a infraestruturas de telecomunicações, alertando para a possibilidade de poder vir a causar problemas nesse serviço.

Referiu depois que a paisagem constitui um dos principais ativos da região. Recordando que reside em Azeitão há cerca de quinze anos, afirmou considerar que o estado geral do território se tem vindo progressivamente a degradar. Salientou, contudo, que essa situação não resulta apenas da ação ou omissão das autarquias, considerando que também existe falta de civismo por parte de alguns fregueses, contribuindo igualmente para a degradação do território.



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE AZEITÃO
(SÃO LOURENÇO E SÃO SIMÃO)

Defendeu que o estado de conservação do espaço público influencia a forma como os cidadãos o tratam, considerando que um espaço limpo e cuidado tende a ser mais respeitado e preservado, enquanto a degradação pode contribuir para comportamentos menos cuidadosos.

Neste contexto, referiu aquilo que considera ser uma degradação dos serviços públicos, nomeadamente no que respeita à recolha de resíduos. Considerou que, apesar dos valores pagos pelos cidadãos por este serviço, se verifica uma diminuição da qualidade da recolha e a existência de lixo em diversos locais, situação que, no seu entender, acaba por contribuir para que as pessoas se tornem menos cuidadosas com o espaço público.

Defendeu, por esse motivo, que importa melhorar o aspeto geral da freguesia, de forma a incentivar uma maior valorização e preservação do território por parte da população.

Abordou também aquilo que considerou ser um generalizado desordenamento urbano. Referiu que, desde que reside em Azeitão, tem observado diversas situações que considera estranhas do ponto de vista urbanístico, recordando uma observação que lhe foi feita, há alguns anos, relativamente à existência de ruas que terminam em muros. Considerou que esta situação não melhorou ao longo dos anos.

Manifestou preocupação com a autorização de construções que, no seu entendimento, não respeitam a traça e a identidade arquitetónica da região. Referiu que a proliferação de edifícios de arquitetura moderna poderá contribuir para descaracterizar a paisagem de Azeitão, fazendo também referência ao novo auditório.

8

A propósito da questão anteriormente levantada sobre a eventual instalação de painéis fotovoltaicos, afirmou que, pessoalmente, preferiria a instalação desses equipamentos à construção de novas habitações que, no seu entender, poderiam causar um maior impacto na paisagem. Referiu não saber o que será efetivamente construído naquele terreno, mas considerou que a instalação de painéis fotovoltaicos permitiria, pelo menos, manter uma maior abertura visual sobre a Serra.

Prosseguiu a abordar situações que, no seu entendimento, contribuem para o desordenamento do território, referindo a existência de ocupações que considera desadequadas ao contexto paisagístico e residencial da freguesia.

Referiu, nomeadamente, a existência de galinheiros em quintais situados em zonas residenciais, bem como de depósitos de sucata junto a habitações. Afirmou já ter comunicado algumas dessas situações às entidades competentes, questionando a razão pela qual continuam a subsistir. Considerou que estas situações podem colocar em causa a salubridade e contribuir para a degradação da imagem do território.

Tendo o Senhor Manuel Ryder ultrapassado o tempo que lhe estava destinado, a Senhora Presidente da Assembleia advertiu o interveniente desse facto, solicitando-lhe que encurtasse e concluísse a sua intervenção.



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE AZEITÃO
(SÃO LOURENÇO E SÃO SIMÃO)

O Senhor Manuel Ryder pediu ainda alguns instantes para concluir, voltando a referir a existência de depósitos de sucata e acrescentando a existência de garagens alegadamente transformadas em habitações. Considerou existir uma insuficiente fiscalização relativamente a algumas situações existentes no território, esclarecendo que não atribuía à Junta de Freguesia a responsabilidade direta por todas essas matérias, mas considerava que a ausência de fiscalização por parte das entidades competentes permitia que estas situações se mantivessem.

Referiu, também, a situação da Rua de São Gonçalo, manifestando fortes críticas relativamente ao estado em que a mesma se encontra e à forma como a obra foi executada. Considerou que deveriam ser acionados os mecanismos de garantia aplicáveis à intervenção realizada.

Alertou para situações que considera perigosas para a circulação de pessoas e veículos, destacando o cruzamento entre a Rua da Matosa e a Rua da Florex. Referiu que já havia alertado anteriores Executivos para o risco existente naquele local, considerando que muitos condutores circulam naquela zona a velocidades excessivas.

Referiu ter apelado à Câmara Municipal para a colocação de sinalização que contribuísse para a redução da velocidade, afirmando que não tinha sido dada resposta às suas preocupações. Sugeriu, por esse motivo, a instalação de lombas nos dois sentidos, de forma a reduzir a velocidade de circulação e prevenir a ocorrência de acidentes.

9

A Senhora Presidente da Assembleia voltou a solicitar ao interveniente que concluísse a sua intervenção.

Retomando a palavra, o Senhor Manuel Ryder apresentou uma última recomendação relativamente à ciclovia existente, referindo que, apesar de considerar que a mesma apresenta deficiências na sua construção, importa garantir a segurança de todos os seus utilizadores.

Defendeu que os utilizadores de bicicletas e trotinetes deveriam moderar a velocidade de circulação, uma vez que se trata de uma via partilhada, considerando que alguns utilizadores circulam a velocidades superiores às que considera seguras para aquele espaço.

Terminou desejando a todos uma boa noite e um bom mandato.

Terminada a intervenção do Manuel Ryder, foi chamado a intervir o Senhor José Marques da Costa. O Senhor José Marques da Costa começou por cumprimentar a Senhora Presidente da Assembleia, os membros do Executivo da Junta de Freguesia, os restantes presentes e todos aqueles que acompanhavam a sessão através dos meios digitais.

Começou por sugerir que, em futuras sessões, fosse disponibilizada uma pequena mesa para os cidadãos que intervêm durante o período destinado ao público, considerando que tal proporcionaria melhores condições para a realização das intervenções.



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE AZEITÃO
(SÃO LOURENÇO E SÃO SIMÃO)

Referiu que os assuntos que o traziam à Assembleia eram preocupações que o acompanham há muitos anos, afirmando que sempre procurou olhar para os problemas existentes e contribuir para a sua resolução, apesar das dificuldades de saúde que referiu ter.

Dirigiu algumas palavras de reconhecimento ao Senhor Presidente Tiago Cardoso e ao Vogal Gil Raposo, presente na sessão, considerando que têm procurado resolver diversas situações e manifestando apreço pelo trabalho desenvolvido.

Recordou depois algumas situações relacionadas com a limpeza do espaço público, referindo que, no passado, verificava frequentemente a existência de lixo junto à zona da farmácia. Referiu que chegou a proceder pessoalmente à limpeza daquela zona, recordando, em particular, ter passado um Domingo de Páscoa a proceder à limpeza de uma parte do Bairro dos Trabalhadores.

Referiu que, apesar de algumas pessoas terem estranhado a sua iniciativa, nunca se preocupou com os comentários efetuados, considerando que a situação acabou por melhorar e que, atualmente, aquela zona se encontra mais limpa.

Manifestou depois a sua preocupação e desagrado relativamente ao estado de conservação de diversas estradas da região, dirigindo críticas às Infraestruturas de Portugal. Referiu, em particular, a degradação do pavimento na estrada entre a Setúbal e Casal do Marco / Casal do Marco e Setúbal, considerando que a situação se mantém há vários anos e representa um perigo para quem ali circula.

10

Apelou a que fosse transmitida esta preocupação ao Senhor Ministro das Infraestruturas, defendendo a necessidade de uma intervenção naquela via.

Referiu igualmente a degradação existente noutras estradas da região, nomeadamente nas zonas de Alcube e de Vila Amélia, considerando que o estado do pavimento provoca danos nos veículos e pode representar um perigo para a circulação.

Recordou uma situação existente numa rotunda na zona envolvente da Quinta do Conde, referindo que acompanhou o problema durante cerca de dois anos e que, apesar das diversas comunicações efetuadas, a resolução foi sendo sucessivamente adiada.

Dirigindo-se novamente ao Vogal Gil Raposo, referiu que, no seu entendimento, muitas situações poderiam ser resolvidas de forma mais célere caso os responsáveis se deslocassem aos locais acompanhados pelas pessoas que têm conhecimento direto dos problemas. Referiu que, por vezes, apesar dos sucessivos emails e contactos efetuados, as situações permanecem sem resolução.

Tendo feito referência à Rua Mário Viegas, manifestando preocupação com a situação existente naquela via.

Tendo o Senhor José Marques da Costa ultrapassado o tempo que lhe estava destinado, a Senhora Presidente da Assembleia informou-o de que teria de concluir a sua intervenção.



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE AZEITÃO
(SÃO LOURENÇO E SÃO SIMÃO)

O Senhor José Marques da Costa pediu mais algum tempo, afirmando pretender ainda fazer uma reflexão sobre o papel do poder local. Referiu que, embora o sistema político português não constitua uma democracia direta, a Constituição da República Portuguesa instituiu o poder local, precisamente para que, através da proximidade, a Administração pudesse resolver de forma mais eficaz os problemas das populações.

Considerou que, quando as entidades responsáveis não atuam perante situações que lhes são apresentadas, os cidadãos têm o direito e o dever de protestar e de exigir uma resolução mais célere dos problemas.

O Senhor José Marques da Costa finaliza reiterando que continuaria a acompanhar as situações que considera problemáticas e a insistir junto das entidades responsáveis até que fossem resolvidas. Referiu que existem situações que acompanhou pessoalmente durante vários anos e que acabaram por ser solucionadas na sequência da sua persistência.

A Senhora Presidente da Assembleia voltou a intervir, referindo que todos tinham compreendido a preocupação manifestada pelo interveniente e solicitando-lhe que terminasse, de forma a permitir que fosse dada a palavra aos restantes fregueses inscritos.

O Senhor José Marques da Costa pediu desculpa pelo tempo utilizado, referindo ter algumas dificuldades e agradecendo a compreensão da Senhora Presidente da Assembleia e dos restantes presentes.

11

Terminada a intervenção do Senhor José Marques da Costa, foi chamada a intervir a Senhora D. Maria de Jesus.

A Senhora D. Maria de Jesus começou por cumprimentar institucionalmente a Senhora Presidente da Assembleia, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia, os restantes membros do Executivo, os eleitos e o público em geral.

Apresentou-se como Maria de Jesus Rosinha Henriques, referindo que foi eleita para a Assembleia de Freguesia em 2005, pelo Partido Social Democrata, tendo permanecido como eleita durante vários anos. Recordou o trabalho desenvolvido nesse período, em conjunto com a Junta de Freguesia, a Câmara Municipal e a população, manifestando orgulho e honra por ter servido a Assembleia de Freguesia.

Referiu que o exercício de funções autárquicas implica uma responsabilidade perante a população, defendendo que os eleitos devem procurar dar o seu melhor em benefício daqueles que representam. Abordou depois a questão dos direitos e deveres dos cidadãos, considerando que, a par dos direitos, também existem deveres que devem ser cumpridos por todos.



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE AZEITÃO
(SÃO LOURENÇO E SÃO SIMÃO)

Neste contexto, fez referência ao artigo 66.º da Constituição da República Portuguesa, relativo ao direito a um ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado e ao dever de o defender, destacando a importância da educação ambiental e do respeito pelos valores ambientais.

Referiu que já haviam sido feitas diversas intervenções durante a sessão relativamente à acumulação de lixo em diversos locais da freguesia, situação que também quis destacar. Manifestou tristeza por verificar a existência de depósitos e amontoados de resíduos junto a árvores, nos espaços verdes e junto aos contentores, defendendo que os cidadãos devem ser chamados à responsabilidade.

Considerou que esta situação não constitui apenas um problema ambiental, mas também uma questão de saúde pública, apelando a uma maior consciencialização e responsabilidade por parte da população.

Fez igualmente referência ao reconhecimento, por parte da Assembleia Geral das Nações Unidas, do direito de todos a um ambiente limpo, saudável e sustentável, defendendo a necessidade de preservar o património ambiental existente.

Recordou que Azeitão se encontra integrada numa área de elevado valor ambiental, referindo que Azeitão se encontra em pleno Parque Natural da Arrábida, e manifestou preocupação pela falta de respeito demonstrada por algumas pessoas relativamente ao ambiente. Referiu a existência de resíduos abandonados em zonas verdes, incluindo eletrodomésticos, colchões e outros objetos.

Recordou ainda a existência, no passado, de um serviço que considerava útil para a recolha de determinados resíduos, referindo que chegou a recorrer ao mesmo e considerando que seria positivo avaliar a possibilidade da sua retoma. Referiu também os serviços disponibilizados pelo Município de Setúbal, que considerou funcionarem adequadamente.

Apelou, por fim, à preservação do património ambiental existente, de forma a garantir que as futuras gerações possam continuar a usufruir da riqueza natural da região.

Já a terminar, chamou a atenção para o estado de três arruamentos situados na zona da Jardia, que, segundo referiu, aguardam há vários anos pela conclusão das respetivas intervenções. Identificou a Rua dos Eucaliptos, que considerou ter ficado esquecida após a realização de intervenções nos restantes arruamentos, bem como a Rua do Cabo das Tormentas e a Rua do Pinhão, onde referiu existirem ainda troços por concluir.

Terminada a intervenção da Senhora D. Maria de Jesus, foi chamada a intervir a Senhora D. Ana Soares.

A Senhora D. Ana Soares começou por cumprimentar todos os presentes, referindo tratar-se da segunda vez que intervinha numa sessão da Assembleia de Freguesia. Observou que não pretendia passar a intervir em todas as sessões, sob pena de parecer uma antiga Presidente que, segundo referiu,



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE AZEITÃO
(SÃO LOURENÇO E SÃO SIMÃO)

costumava estar presente nas Assembleias anteriores e insistir frequentemente junto do Executivo, ressalvando, contudo, o respeito que tinha pela mesma e pelo trabalho por esta desenvolveu.

Referiu que pretendia colocar algumas questões relacionadas com assuntos abordados na sua primeira Assembleia.

Começou por questionar a situação de duas ou três árvores existentes junto à entrada do cemitério, relativamente às quais, segundo referiu, aguardava-se parecer do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas ou de outra entidade competente para o respetivo abate. Questionou se aquela situação já se encontrava resolvida.

Referiu depois a existência de uma viatura que continua abandonada na Estrada de São Gonçalo, situação que já havia sido abordada na sessão anterior. Manifestou estranheza pelo facto de a situação se manter, questionando se a Junta de Freguesia tinha possibilidade de desenvolver diligências que permitissem a sua resolução.

Abordou igualmente a questão dos transportes para Aldeias da Serra, referindo que, na atual época de verão, a situação poderá não se revelar tão problemática, mas manifestando preocupação de que, com a chegada do inverno, possam voltar a verificar-se as dificuldades anteriormente referidas. Questionou, por esse motivo, se o Executivo tinha, entretanto, desenvolvido diligências ou obtido alguma resposta relativamente àquela matéria.

Por último, referiu que, apesar de não ter previsto intervir na sessão, foi surpreendida, quando regressou de uma viagem, pela colocação de duas estruturas metálicas junto à sua residência. Relacionou esta situação com uma questão que havia levantado anteriormente, relativamente à localização de contentores de resíduos junto de uma paragem de transporte público.

Recordou que, na sessão anterior, havia chamado a atenção para a inconveniência da localização dos contentores junto à paragem, nomeadamente tendo em consideração as crianças que utilizam aquele local.

Referiu que tinha agora sido surpreendida com a colocação das referidas estruturas metálicas junto à sua residência, questionando se tal significava que os contentores seriam ali colocados.

Esclareceu não ter qualquer problema pessoal com a eventual localização dos contentores junto à sua casa, referindo, inclusivamente, que tal lhe permitiria acompanhar mais diretamente a regularidade da recolha dos resíduos e voltar a chamar a atenção para a situação caso os contentores não fossem despejados com a frequência adequada.

Terminada a intervenção da Senhora D. Ana Soares, foi chamado a intervir o Senhor Mário Rui Carvalho.

No uso da palavra, o Senhor Mário Rui Carvalho cumprimentou a Senhora Presidente da Assembleia, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia, os restantes membros do Executivo, os eleitos das diferentes bancadas e os fregueses presentes e aqueles que acompanhavam a sessão à distância.



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE AZEITÃO
(SÃO LOURENÇO E SÃO SIMÃO)

Referiu que pretendia colocar quatro questões, ligadas, no seu entendimento, ao mesmo princípio, designadamente o de que quem exerce funções públicas deve informar, prevenir, acompanhar e prestar contas, considerando que não basta anunciar intervenções, sendo necessário garantir a sua execução com qualidade e em tempo útil.

Como primeira questão, abordou a divulgação da sessão da Assembleia de Freguesia realizada no dia 29 de abril. Referiu que o respetivo edital estava datado de 20 de abril, mas que a página oficial da Junta de Freguesia apenas registava a sua publicação no próprio dia da realização da sessão. Referindo que, salvo erro, o artigo 22.º do Regimento determina a divulgação com pelo menos uma semana de antecedência, questionou a Senhora Presidente da Assembleia sobre a data e os locais em que o edital havia sido afixado, a razão pela qual apenas apareceu na página institucional no dia da Assembleia, quem era responsável pela divulgação e o que teria falhado.

Referiu que o edital da presente sessão já havia sido divulgado em tempo útil, cumprindo o disposto no Regimento, aproveitando para questionar as diferentes bancadas representadas na Assembleia sobre a razão pela qual não se tinham pronunciado relativamente à situação ocorrida com a divulgação da sessão anterior. Fez referência a uma conversa ocorrida nas redes sociais sobre o assunto, manifestando estranheza pelo facto de, enquanto freguês, não ter existido qualquer pronunciamento das bancadas relativamente à questão.

14

Como segundo ponto, abordou a prevenção de inundações, referindo que era durante o verão, e não quando regressasse a chuva no inverno, que deveriam ser inspecionadas e limpas as valetas, valas, sarjetas, sumidouros, aquedutos e passagens hidráulicas.

Questionou qual era o plano preventivo da Junta de Freguesia, quais as zonas prioritárias, quando se iniciariam e terminariam os trabalhos, quais os meios disponíveis e o que se encontrava articulado com a Câmara Municipal, a Proteção Civil e as restantes entidades competentes. Questionou quem fiscalizava os trabalhos, confirmava a remoção dos resíduos existentes e validava a sua conclusão.

Solicitou a disponibilização de um cronograma com a indicação dos locais, responsáveis e prazos, considerando que o mesmo poderia ser publicado na página institucional.

Reforçou que a prevenção se faz antes da chuva e não durante as inundações.

Como terceiro ponto, referiu-se à situação da vala da Vinha da Sardinha. Recordou que, durante o inverno rigoroso e chuvoso, havia alertado pessoalmente o Executivo para a erosão existente numa parte da estrada e para o risco de abatimento da via. Referiu que lhe havia sido transmitido que a situação seria encaminhada para a Proteção Civil, mas que, decorridos vários meses, tudo continuava, no seu entendimento, praticamente na mesma.

Referiu ter voltado ao local nesse mesmo dia, verificando apenas a existência de algumas pedras e de uma planta, considerando que tal não constituía uma obra de contenção nem garantia a estabilização do pavimento.

Assim, questionou em que data tinha sido efetuada a comunicação, qual a resposta recebida, se tinha sido realizada alguma vistoria técnica, por quem e quais as respetivas conclusões. Questionou,



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE AZEITÃO
(SÃO LOURENÇO E SÃO SIMÃO)

também, qual era a entidade responsável, se existia relatório, projeto, orçamento ou alguma intervenção de emergência prevista e qual o prazo para o início e conclusão dos trabalhos.

Considerou que encaminhar uma situação não era suficiente, defendendo que a Junta de Freguesia deveria acompanhar, insistir, fiscalizar e informar.

Por fim, e como último ponto, abordou a limpeza do território, a deservagem e a rega. Referiu que estavam registadas posições assumidas pelos atuais responsáveis quando se encontravam na oposição, nas quais criticavam a existência de mato, lixo, abandono e o facto de serem os próprios fregueses a realizar trabalhos que, no seu entendimento, competiriam à Junta de Freguesia. Mencionou, inclusivamente, que tinha sido manifestado lamento pelo facto de um freguês ter de proceder à limpeza de lixo, acrescentando que essa pessoa continuava atualmente a fazê-lo e que ele próprio era um desses fregueses.

Referiu, ainda, que, na última Assembleia, tinha sido dito que o território não havia aumentado, considerando que as justificações atualmente apresentadas começavam a assemelhar-se àquelas que anteriormente eram criticadas.

Aludiu a existência de ruas onde é cortada a vegetação, mas onde permanece no local o mato cortado e o lixo, considerando que isso não correspondia a uma verdadeira limpeza, mas apenas a tornar o lixo mais visível. Referiu que, se solicitado, poderia identificar algumas dessas ruas.

15

Recorrendo a uma comparação de carácter informal, referiu existirem intervenções que lhe faziam lembrar o penteado do cantor Rod Stewart, por existirem zonas cortadas, outras levantadas e outras completamente esquecidas.

Questionou quem vistoria os trabalhos, quem valida a conclusão das intervenções em cada rua e se existem mapas, fotografias ou fichas de controlo. Questionou quem determina o regresso das equipas quando os trabalhos ficam incompletos.

Referiu que vários fregueses questionavam igualmente a falta de rega em espaços públicos, lembrando que os recursos utilizados pertencem, em última análise, aos cidadãos, independentemente de serem provenientes da Câmara Municipal, do Estado ou da Junta de Freguesia.

Expôs que existirem árvores jovens, secas ou mortas, mencionando, a título de exemplo, árvores existentes em frente ao Continente, onde, segundo afirmou, tinha sido feita divulgação da respetiva plantação, situação que, referiu, também se verificava noutros locais.

A Senhora Presidente da Assembleia chamou a atenção do interveniente para a necessidade de concluir a sua intervenção.

O Senhor Mário Rui Carvalho respondeu que iria terminar, agradecendo.

Prosseguiu questionando se existia um plano de rega, quantas árvores tinham morrido ou se encontravam em risco, quanto tinha custado aquele investimento ao erário público, quem respondia pela sua manutenção e substituição e se existia alguma garantia contratual para a respetiva reposição.



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE AZEITÃO
(SÃO LOURENÇO E SÃO SIMÃO)

Dirigiu-se às restantes bancadas da Assembleia, questionando os eleitos que não integravam o Executivo sobre o acompanhamento que tinham efetuado desde as eleições. Referiu que, numa anterior sessão, lhes havia colocado diretamente questões às quais não tinha obtido resposta, considerando que os fregueses têm o direito de lhes pedir contas.

Questionou, concretamente, que visitas tinham realizado, que problemas tinham sinalizado e que propostas tinham apresentado desde as eleições, defendendo que Azeitão precisava de eleitos presentes durante os quatro anos de mandato e não apenas durante as semanas de campanha eleitoral.

Concluiu solicitando respostas objetivas às questões colocadas, preferencialmente por escrito, e que as respetivas perguntas e respostas ficassem registadas em ata.

A Senhora Presidente da Assembleia agradeceu a intervenção e, relativamente à questão que lhe havia sido dirigida sobre o edital datado de 20 de abril, esclareceu que o mesmo havia sido assinado por si nessa data e afixado nos três polos da Junta de Freguesia de Azeitão, nas respetivas vitrines. Acrescentou que, no mesmo dia, tinha sido enviado um email aos serviços responsáveis pela administração das páginas de Facebook, Instagram e do site institucional, podendo o referido email ser disponibilizado. Informou, contudo, que os serviços haviam comunicado a existência de um constrangimento informático que impossibilitou a colocação do edital online em data anterior àquela em que veio a ser publicado.

16

De seguida, questionou a bancada do Movimento Setúbal de Volta se pretendia pronunciar-se sobre as questões colocadas pelo interveniente, não tendo sido manifestada intenção de intervir naquele momento.

Terminada a intervenção do Senhor Mário Rui Carvalho, foi chamada a intervir a Senhora D. Adelina Morais.

A Senhora D. Adelina Morais cumprimentou a Senhora Presidente da Assembleia, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia, os restantes membros do Executivo, o público presente e todos aqueles que acompanhavam a sessão à distância.

Informou que intervinha em representação da Amosalmoura - Associação de Moradores da Salmoura, da qual era Presidente da Assembleia Geral.

Referiu que a sua intervenção vinha no seguimento de várias outras já realizadas durante a sessão, prendendo-se igualmente com a falta de limpeza do território, nomeadamente com a falta de corte das ervas por parte da Junta de Freguesia.

Explicou que a zona da Salmoura possui muitas ruas não pavimentadas, existindo extensas áreas onde as ervas e o feno se encontram muito altos, considerando que parte dessas zonas são da responsabilidade da Junta de Freguesia.

Disse que, durante o próprio dia, percorreu grande parte das ruas daquela área, tendo verificado que, para além da falta de limpeza em espaços cuja intervenção entende competir à Junta de Freguesia,



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE AZEITÃO
(SÃO LOURENÇO E SÃO SIMÃO)

existem também muitos terrenos particulares sem a devida limpeza, alguns sem construções e outros junto a habitações desocupadas, onde existem árvores, silvas, ramos e mato alto.

Considerou que esta situação coloca toda a zona numa situação de perigo, nomeadamente de risco de incêndio.

Referiu que contactou a GNR para procurar saber se tinha sido desenvolvida alguma ação de sensibilização junto dos proprietários ou moradores e qual a entidade responsável por essa matéria. Disse ter sido encaminhada para um departamento designado por GNR-SEPNA, não tendo, contudo, conseguido estabelecer contacto.

Nesse sentido, questionou qual a entidade responsável pela sensibilização dos proprietários e moradores para a necessidade de limpeza dos terrenos, questionando se essa responsabilidade compete à GNR, à Junta de Freguesia ou à Câmara Municipal, manifestando a intenção de encaminhar posteriormente as situações identificadas para os respetivos serviços.

Referenciou algumas das ruas onde identificou situações que considera preocupantes, convidando inclusivamente o Vogal Gil Raposo a realizar consigo um percurso pela zona, de forma a verificar no local aquilo que classificou como uma situação calamitosa.

Esclareceu que a única limpeza que verificou ter sido realizada até ao momento incidiu sobre parte da Rua dos Pinheiros, concretamente na zona norte da rua, correspondendo, no seu entendimento, a cerca de um terço da respetiva extensão.

Enumerou diversas ruas onde verificou a existência de terrenos e espaços por limpar, designadamente a Rua do Brejo de Camarate, Rua do Litoral, Rua dos Vagos, Rua Morgado, Rua dos Condes de Ferreira, Rua da Tolha, Rua da Malhada, Rua dos Pinheiros, Rua Padre António Bioso e Rua Vinha da Salmoura e Rua de São Gonçalo, bem como outras zonas na ligação entre estas vias.

Chamou particularmente a atenção para uma situação existente no cruzamento da Rua Vinha da Salmoura com a Rua de São Gonçalo, onde existem canas de grande dimensão que, segundo referiu, impedem uma adequada visibilidade para os condutores. Explicou que, para conseguir ver o trânsito proveniente do lado esquerdo, é necessário avançar excessivamente com o veículo para a zona de circulação, considerando urgente a remoção daquela vegetação.

Prosseguiu referindo que, para além da falta de limpeza da vegetação, existem também problemas relacionados com a deposição de lixo no território.

Destacou, em particular, a situação existente no cruzamento da Rua da Malhada com a Rua do Brejo de Camarate, referindo que naquele local continua a verificar-se uma acumulação de resíduos, onde são depositados diversos objetos, incluindo frigoríficos, mobiliário e resíduos provenientes de obras e remodelações.

Considerou que a situação não pode continuar daquela forma, referindo que, embora não pudesse garantir que nenhum morador da zona depositasse ali resíduos, entende que grande parte do lixo



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE AZEITÃO
(SÃO LOURENÇO E SÃO SIMÃO)

existente não é proveniente dos residentes locais, tratando-se sobretudo de resíduos associados a obras e remodelações.

Concluiu referindo que pretendia saber para que entidade deveria encaminhar formalmente as situações identificadas, de forma a que fossem tomadas as diligências necessárias.

Terminada a intervenção da Senhora D. Adelina Morais, foi chamado a intervir o Senhor Renato Araújo.

No uso da palavra, Renato Araújo cumprimentou todos os presentes, na pessoa da Senhora Presidente da Assembleia, cumprimentando toda a Assembleia e, na pessoa do Senhor Presidente da Junta de Freguesia, todo o Executivo e todos os eleitos presentes.

Pediu a todos os eleitos, sem qualquer aspeto retórico, que lutassem pelo bem-estar e pela qualidade de vida dos azeitonenses, independentemente das diferentes ideologias políticas, considerando ser para esse fim que todos ali se encontravam e para o qual deveriam contribuir.

Referiu que a sua intervenção incidia sobre três ou quatro pontos, alguns dos quais já tinham sido informalmente abordados com o Executivo.

Em primeiro lugar, referiu a Rua de São Gonçalo, considerando que este era um assunto que não deveria deixar de ser abordado. Salientou que Azeitão é uma zona cada vez mais congestionada, tendo aumentado em mais de dois mil habitantes desde os últimos Censos, apesar de considerar que esse crescimento poderá não estar totalmente refletido nos números registados, referindo que Azeitão poderá brevemente ultrapassar os vinte mil habitantes, o que inclusivamente irá trazer alterações à estrutura e ao número de eleitos.

Considerou que, ao nível da mobilidade, a Estrada Nacional 10 se encontra profundamente congestionada, sendo a Rua de São Gonçalo um dos únicos acessos possíveis à autoestrada. Recordou que a requalificação daquela via tem sido sucessivamente prometida desde anteriores Executivos, referindo que, em 2021, aquando da tomada de posse do então Presidente da Câmara Municipal, Senhor André Martins, a intervenção naquela rua teria sido apontada como uma das quatro grandes prioridades.

Referiu que a Rua de São Gonçalo nunca sofreu grandes melhoramentos, tendo apenas sido intervencionada numa primeira fase, no âmbito de uma intervenção da Coca-Cola destinada à resolução de problemas relacionados com os seus efluentes, permanecendo o restante troço nas condições atualmente existentes, que considerou confrangedoras.

Apelou, por isso, a todas as forças políticas representadas e ao Executivo para que se unissem na defesa da requalificação da Rua de São Gonçalo. Reconhecendo que se trata de uma estrada municipal e, por esse motivo, não é da competência direta da Junta de Freguesia, considerou que todas as bancadas deveriam assumir este objetivo nos respetivos planos de atuação.



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE AZEITÃO
(SÃO LOURENÇO E SÃO SIMÃO)

Defendeu que a requalificação deveria abranger não apenas a rede viária, mas também os acessos pedonais, considerando necessário, caso tecnicamente possível, criar condições para a circulação pedonal, nomeadamente através da construção de passeios, uma vez que atualmente não é possível circular em segurança a pé naquela via.

Relativamente à segunda questão, abordou a requalificação do Parque Desportivo do Choilo, assunto que referiu já ter sido anteriormente trazido à Assembleia. Disse ter conhecimento de que teria sido aberto um concurso público para exploração daquele espaço, considerando que, tratando-se de um espaço público, deveria ser mantido à disposição da população de Azeitão.

Referiu que, se se dividir o território da União das Freguesias de Azeitão pela Estrada Nacional 10, na zona situada a poente não existe uma infraestrutura desportiva onde os jovens possam, por exemplo, jogar à bola ou praticar basquetebol, considerando que o Parque Desportivo do Choilo desempenha essa função.

Questionou quem teria ganho o concurso e qual seria o respetivo adjudicatário, bem como em que fase se encontraria o processo, referindo que, segundo o seu conhecimento, estaria prevista a instalação de campos de padel e que as obras ainda não teriam sido iniciadas.

Esclareceu que nada tinha contra a iniciativa privada ou contra a prática de padel, mas considerou que estaria a ser dada a privados a possibilidade de exploração de um espaço destinado à prática desportiva, passando esta a depender de pagamento. Referiu igualmente os eventuais problemas de ruído que a prática daquela modalidade poderia causar na zona.

Reiterou que a palavra-chave deveria ser a requalificação do espaço desportivo, apelando diretamente ao Executivo para que fosse encontrada uma solução, eventualmente através de uma transferência de competências da Câmara Municipal para a Junta de Freguesia.

Prosseguiu ao terceiro ponto, referindo que o assunto seguinte já era conhecido e não constituía um tema novo, mas que pretendia deixar novamente vincado, respeitando ao acesso às praias da Arrábida. Referiu os constrangimentos atualmente existentes no acesso às praias, reconhecendo que alguns decorrem de motivos ambientais e outros do perigo de derrocadas.

Recordou que Azeitão integra, no território da antiga Freguesia de São Lourenço, as praias do Portinho da Arrábida, do Creiro e de Galapinhos, todas contíguas.

Salientou que, sendo praias públicas e devendo estar ao serviço de toda a população, também fazem parte do território da Freguesias de Azeitão. Referiu que, para acesso às praias, existe apenas a carreira 4470, com partida do terminal de Setúbal, considerando que, quando a mesma chega a Azeitão, já não permite a entrada de mais passageiros, impossibilitando, na prática, a população de Azeitão de aceder àquelas praias através daquele transporte.



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE AZEITÃO
(SÃO LOURENÇO E SÃO SIMÃO)

Disse que, não sendo possível o acesso por viatura particular, atendendo aos atuais constrangimentos e condicionamentos existentes, a população acaba por não dispor de uma alternativa que lhe permita chegar às praias, designadamente às praias do Creiro e da Figueirinha, situação que considerou particularmente relevante para os jovens.

A Senhora Presidente da Assembleia alertou o interveniente para o tempo disponível.

O Senhor Renato Araújo informou que iria terminar, passando ao último ponto da sua intervenção, que classificou como uma questão informativa, relacionada com o acesso aos cuidados hospitalares.

Referiu que um dos grandes problemas da freguesia, à semelhança de outros territórios, se prende com o acesso aos cuidados de saúde hospitalares, salientando que se encontra atualmente em curso o Plano de Saúde Arrábida 2030, no âmbito do qual estão a ser ponderadas medidas destinadas a retirar pressão do Hospital de São Bernardo, que considerou se encontrar numa situação de rutura, nomeadamente ao nível do serviço de urgência.

Explicou que uma das soluções em estudo passa pela criação de Serviços de Urgência Básica, abertos 24 horas por dia, destinados ao atendimento de situações agudas que não necessitem de cuidados hospitalares diferenciados, mas que possam ser resolvidas ao nível dos cuidados de saúde primários, referindo, a título de exemplo, situações como crises de asma, lombalgias, tosse ou febre.

Considerou que estes serviços permitiriam retirar fluxo ao Hospital de São Bernardo e proporcionar uma melhor resposta à população. Referiu que, segundo o seu conhecimento, existiriam atualmente duas unidades com capacidade para acolher este tipo de serviço, designadamente Vale do Cobro e Azeitão.

Referiu que as freguesias seriam envolvidas no referido plano e convidadas a colaborar, defendendo que seria muito benéfico para Azeitão dispor de um Serviço de Urgência Básica aberto 24 horas por dia. Acrescentou que há esta possibilidade e que o Governo Central está disponível para avançar com a criação deste tipo de resposta após a realização do estudo em curso.

Concluiu, defendendo que a freguesia, a população e todas as bancadas representadas deveriam unir esforços para que Azeitão pudesse vir a dispor de um Serviço de Urgência Básica aberto vinte e quatro horas por dia, agradecendo a atenção dispensada.

Terminada a intervenção do Senhor Renato Araújo, foi chamado a intervir o Senhor António Sousa. No uso da palavra, o Senhor António Sousa cumprimentou a Senhora Presidente da Mesa, estendendo os cumprimentos a todos os presentes.

Referiu que a sua intervenção tinha como objetivo expressar o seu descontentamento relativamente a algumas situações que tem vindo a observar nas ruas por onde passa e onde possui propriedades. Começou por referir a Rua do Telheiro, onde possui uma propriedade e onde se desloca diariamente para passear os seus cães. Referiu que, desde fevereiro, se encontram no final daquela rua, do lado



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE AZEITÃO
(SÃO LOURENÇO E SÃO SIMÃO)

direito, duas carradas de sobranes de cedros, encontrando-se parte do material sobre o passeio e outra parte num terreno privado sem muro. Manifestou estranheza pelo facto de a situação se manter, questionando como seria possível que ninguém tivesse ainda reparado na mesma.

Referiu, igualmente, que mantém limpos os passeios em frente à sua propriedade, procedendo ele próprio à sua limpeza, mas que, ao longo da rua, continuam a existir acumulações significativas de lixo.

Esclareceu que não responsabiliza a Junta de Freguesia pela deposição dos resíduos, mas manifestou indignação pela morosidade com que estas situações permanecem sem resolução, salientando que paga naquela zona os mesmos impostos que paga em Vila Nogueira, onde reside. Referiu sentir que existe uma diferença no tratamento dado às diferentes zonas da freguesia, afirmando que observa frequentemente trabalhadores com roçadoras e vassouras em Vila Nogueira, não verificando a mesma presença em Brejos de Azeitão. Manifestou o desejo de que a situação pudesse ser igualmente acompanhada naquela zona, questionando quais as razões para que tal não aconteça.

Prosseguiu, referindo-se à Rua de São Gonçalo, assunto que já havia sido abordado durante a sessão. Recordou que, em 2003, escreveu um artigo no jornal de Azeitão, no qual defendia que a Rua de São Gonçalo deveria constituir uma avenida, por considerar aquela via como a espinha dorsal de Brejos de Azeitão.

21

Mencionou que uma das situações que atualmente mais o preocupa é a falta de condições para a circulação pedonal, salientando que existem pessoas sem mobilidade própria que têm de percorrer aquele trajeto a pé para se deslocarem para o trabalho ou para utilizarem transportes públicos. Considerando que o espaço existente para circulação pedonal se encontra frequentemente coberto de vegetação, obrigando as pessoas a circular em condições difíceis e inseguras, mencionando inclusivamente pessoas que circulam ou correm na estrada devido à inexistência de condições adequadas.

Referiu ainda, no seguimento de uma situação já anteriormente mencionada por outra munícipe, a existência de uma viatura abandonada naquela zona, considerando que a sua permanência prolongada constitui uma imagem negativa de desleixo. Salientou que, embora a situação possa não ser da responsabilidade direta da Junta de Freguesia, as entidades competentes deveriam diligenciar pela sua remoção.

Mencionou, também, uma outra viatura localizada no final da Rua do Telheiro, que terá sido empurrada para o interior de um terreno, alertando para os potenciais riscos ambientais associados à permanência de veículos abandonados, nomeadamente devido à eventual libertação de óleo ou combustível. Considerou que, mesmo estando localizada em terreno privado, a situação deveria ser objeto de atenção.

Prosseguiu a sua intervenção, referindo outra zona por onde passa diariamente e onde também possui uma propriedade, na Rua do Rio, mencionando a existência, há vários meses, de um buraco ou



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE AZEITÃO
(SÃO LOURENÇO E SÃO SIMÃO)

irregularidade no pavimento, bem como uma zona de calçada danificada, situações que considerou perigosas para a circulação automóvel.

Referenciou, na mesma zona, a existência de cerca de vinte sacos de entulho abandonados na via, que, segundo indicou, ali permanecem desde fevereiro ou início de março, manifestando novamente o seu descontentamento pela demora na resolução destas situações.

Abordou a limpeza de uma rua que identificou como Estrada Forno do Grilo, referindo que no ano anterior a limpeza da vegetação apenas teria sido efetuada em setembro e que, no presente ano, até ao momento, ainda não tinha sido realizada qualquer intervenção.

A Senhora Presidente da Assembleia advertiu o interveniente para o tempo disponível.

O Senhor António Sousa reconheceu a advertência e referiu que, naquele dia, tinha procedido pessoalmente à limpeza de cerca de 400 metros da via, tendo iniciado o trabalho de manhã cedo, utilizando uma roçadora. Referiu que, apesar de compreender que possam existir outras zonas com maior necessidade de intervenção, lamentava verificar que o restante troço permanecia por limpar.

Concluiu, afirmando que procurava ser moderado nas suas exigências e que não pretendia fazer críticas excessivas, considerando que esse não seria o objetivo da sua intervenção. Pediu apenas que, dentro das possibilidades existentes, fossem desenvolvidos esforços para manter Azeitão mais arrumada, agradecendo a atenção dispensada.

Terminada a intervenção do Senhor António Sousa, foi chamado a intervir o Senhor Acácio Morais.

O Senhor Acácio Morais cumprimentou a Senhora Presidente da Assembleia e os restantes presentes, esclarecendo que intervinha em representação da Associação de Moradores da Salmoura, da qual é Presidente.

Referiu que procuraria ser pragmático na sua intervenção, abordando alguns aspetos que considerava relevantes e de resolução urgente.

Começou por referir a existência de um espelho de apoio à circulação rodoviária, situado entre a Rua Vinha da Salmoura e a Rua da Malhada, que, segundo afirmou, se encontra há vários meses virado para a parede, não cumprindo, por esse motivo, a função para a qual foi colocado.

Disser ter identificado hoje uma situação na Rua da Malhada, relacionada com uma ligação aérea que supôs ser elétrica, efetuada de um poste situado de um lado da rua para o outro, encontrando-se, segundo afirmou, a uma altura reduzida, condicionando a circulação de veículos de maior dimensão. Considerou urgente verificar a situação e averiguar o que poderia ser feito.

Abordou a questão da deposição de resíduos, referindo que, em outubro, havia enviado um e-mail à Junta de Freguesia relativamente a um local situado no cruzamento da Rua da Malhada com a Rua Brejos de Azeitão, onde, segundo afirmou, existe um fosso no qual são depositados diversos tipos de



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE AZEITÃO
(SÃO LOURENÇO E SÃO SIMÃO)

Handwritten signature and initials.

resíduos. Referiu ter solicitado, naquela altura, a colocação de um cartaz de proibição de deposição de lixo, à semelhança do que já havia existido anteriormente naquele local. Acrescentou que a situação havia também sido abordada com o Senhor Vereador Bruno Russo, numa reunião realizada através da Associação de Moradores da Salmoura, lamentando que, decorridos cerca de oito ou nove meses, nem a Associação nem o próprio, a título individual, tivessem recebido qualquer resposta.

Referiu, ainda, a existência de uma vala na Rua Brejos de Camarate, do lado norte, considerando que a mesma pode colocar em causa a circulação rodoviária e constituir um risco de acidentes pessoais. Salientou a necessidade de proceder à sua reparação, referindo que uma parte da situação teria sido intervencionada, permanecendo outra por resolver.

Relativamente à limpeza do território, acompanhou as preocupações anteriormente manifestadas pelo interveniente que o antecedeu, questionando as prioridades na afetação dos recursos disponíveis. Referiu, a título de exemplo, ter observado, cerca de quinze dias antes, trabalhadores a proceder à varredura da Rotunda das Ovelhas, junto ao Continente, considerando que essa intervenção lhe parecia menos prioritária do que a limpeza das ervas e do matagal existente na Rua da Salmoura.

Manifestou a perceção de que existem diferentes níveis de atenção entre zonas da freguesia, afirmando que a gestão deveria assentar em objetivos e prioridades, tendo em consideração os respetivos prazos e recursos disponíveis. Reforçou que a limpeza das ervas altas deveria constituir uma prioridade, atendendo ao risco de incêndio que, no seu entendimento, existe naquela zona, referindo a existência de terrenos com mato com cerca de um metro de altura e a proximidade de habitações, lamentando que, até àquela data, não tivesse sido efetuada qualquer intervenção no local.

23

Não havendo mais nenhuma intervenção por parte do público, a Senhora Presidente da Assembleia, deu a palavra ao Senhor Presidente da Junta.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia cumprimentou todos os eleitos, o público presente e aqueles que acompanham a sessão remotamente, agradecendo igualmente a presença e as questões colocadas.

Referiu que procuraria responder às intervenções ponto por ponto, esclarecendo que as questões relacionadas com a limpeza, deservagem e desmatagem seriam posteriormente abordadas pelo Vogal Gil Raposo, que acompanha essas matérias mais diretamente.

Relativamente à intervenção do Senhor Moisés Lopes, referiu que já haviam vindo a falar sobre a situação apresentada e que, conforme havia prometido, iriam demarcar o circuito pretendido, à semelhança de outros pedidos que já tinha efetuado. Acrescentou dispor de alguns esclarecimentos por parte da Carris Metropolitana relativamente à circulação de autocarros, manifestando disponibilidade para, em conjunto, definir o respetivo traçado e remetê-lo posteriormente àquela



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE AZEITÃO
(SÃO LOURENÇO E SÃO SIMÃO)

entidade, de forma a aferir qual a resposta ou solução que poderia ser apresentada relativamente ao percurso em causa.

Dirigindo-se ao Senhor Tiago Leitão, e respondendo igualmente a outras questões colocadas no mesmo sentido, abordou a situação dos campos do Choilo. Referiu que, segundo o seu conhecimento, se trata de uma concessão efetuada pelo anterior executivo, esclarecendo que, naquele momento, a concessão ainda não se encontrava entregue ao respetivo concessionário.

Referiu compreender a preocupação manifestada relativamente à eventual instalação de uma atividade de padel naquele local, salientando que já haviam sido abordadas as questões relacionadas com o ruído provocado pela prática daquela modalidade, à semelhança de situações verificadas noutras zonas da freguesia. Considerou que o desporto é necessário, mas defendeu que deverá existir bom senso e respeito pelos horários, de forma a compatibilizar a prática desportiva com o descanso dos moradores. Informou que, de acordo com os conhecimentos de que dispunha, o processo se encontrava ainda parado, não dispondo de mais informação sobre o estado da concessão.

Relativamente à questão do depósito de resíduos, referiu que, no âmbito do programa *Ouvir a População, Construir o Futuro*, durante as visitas realizadas pela Câmara Municipal, em conjunto com a Junta de Freguesia, com vista à auscultação da população, havia sugerido a criação de um local adequado para esse efeito, considerando que o depósito anteriormente existente no Choilo não reunia condições para responder às necessidades de Azeitão no que respeita a uma gestão controlada de resíduos.

Referiu ter proposto como possível localização uma zona junto ao Mercado Mensal, onde existe uma construção antiga, considerando que aquele local reuniria condições para a circulação de veículos pesados e para a colocação de contentores de grande dimensão. Salientou, contudo, que se trataria de um espaço que teria de ser devidamente organizado, controlado, vigiado e sujeito a fiscalização.

Sobre a situação geral da deposição de resíduos e monos, reconheceu que a situação se tem vindo a degradar, referindo que a Junta de Freguesia se encontra diariamente no terreno e reporta as situações que identifica. Considerou, contudo, que também existe uma falta de civismo por parte de alguns cidadãos, entendendo que o combate a esta situação exige o envolvimento de todos.

Disse que a retirada do depósito de resíduos do Choilo e, também, dos ecopontos, nomeadamente destinados ao cartão e ao plástico, agravou a situação, levando a que muitas pessoas passassem a depositar resíduos junto aos contentores de lixo comum.

Informou que são atualmente realizadas quatro voltas diárias, pelos Serviços Municipalizados de Setúbal, para recolha de monos, com duas viaturas durante a manhã e duas durante a tarde, considerando, contudo, que estes meios são insuficientes para dar resposta às necessidades existentes no território. Defendeu a necessidade de um maior envolvimento de todos, através da sensibilização



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE AZEITÃO
(SÃO LOURENÇO E SÃO SIMÃO)

da população, da divulgação e do reforço da fiscalização, referindo que já existem situações em que foram aplicadas coimas.

Esclareceu que, desde o início do mandato, a questão da gestão dos monos constituiu uma das suas principais preocupações junto da Câmara Municipal de Setúbal, reconhecendo que a Junta de Freguesia não dispunha de capacidade suficiente para assegurar essa competência. Referiu que a Junta possuía apenas uma viatura e que a recolha era anteriormente assegurada na totalidade pela própria Junta, tendo optado por deixar de assegurar essa competência por considerar não possuir meios suficientes para responder às necessidades existentes.

Acrescentou que, mesmo com o reforço dos Serviços Municipalizados, a Câmara Municipal de Setúbal não tem conseguido dar a resposta necessária, considerando que se trata de um assunto que terá de envolver todos e cuja resolução exige o contributo conjunto da Junta de Freguesia, da Câmara Municipal e da população.

Relativamente à questão dos resíduos, acrescentou que a situação da Amarsul também vinha levantar algumas questões relacionadas com o lixo, considerando existirem várias situações que, com o envolvimento de todos, poderiam contribuir para uma solução mais rápida do problema.

Prosseguindo sobre a recolha de monos, referiu que, atualmente, é recorrente a formação de buracos junto aos contentores do lixo comum, resultantes da atuação da grifa utilizada na recolha dos monos, situação que já havia reportado aos Serviços Municipalizados.

Considerou que, se a intenção é evitar a deposição de lixo ou de monos junto aos contentores, a atual situação acaba por propiciar que sejam ali colocados cada vez mais resíduos.

Em resposta à questão anteriormente colocada pelo Senhor Acácio Morais, referiu que a colocação de uma placa no local seria da responsabilidade da entidade competente, acrescentando que a situação já havia sido comunicada ao Senhor Vereador Bruno Russo, que teria referido que iria tratar do assunto. Salientou, contudo, que se os serviços competentes solicitassem a intervenção da Junta de Freguesia, esta estaria disponível para colaborar, afirmando que pretendem estar sempre do lado da solução e nunca do lado do problema.

Relativamente às questões colocadas pelo Senhor Joaquim Catarino, e concretamente quanto ao projeto da escola, referiu que, de acordo com a informação de que dispunha e com o anunciado pela Câmara Municipal de Setúbal, o projeto se encontrava em fase de conclusão. Referiu ter estado presente na apresentação de parte do mesmo, não sabendo, contudo, quando seria lançado o respetivo concurso, esperando que tal pudesse acontecer brevemente.

Salientou tratar-se de uma reivindicação com mais de quarenta anos, manifestando a esperança de que fosse agora possível concretizar o processo. Acrescentou que a Junta de Freguesia tem vindo a acompanhar o projeto em conjunto com a Câmara Municipal, sendo ouvida sobre algumas situações relacionadas com a sua execução, nomeadamente questões que terão de ser resolvidas enquanto a



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE AZEITÃO
(SÃO LOURENÇO E SÃO SIMÃO)

obra não se inicia, designadamente a circulação na envolvente da escola e as operações de carga e descarga dos alunos.

Quanto à questão dos painéis solares, referiu não ter conhecimento sobre o assunto. Relativamente ao cartaz existente no local, observou que o mesmo era semelhante a outro existente na Rua da Fábrica do Tomate, em Brejos de Azeitão, contendo a mesma identificação, presumindo que tivesse apenas a finalidade de identificar o proprietário do edifício, esclarecendo, contudo, não poder dar uma resposta concreta sobre essa questão.

Relativamente às questões colocadas pela Senhora Ana Felizardo, nomeadamente sobre a Estrada/Rua de São Gonçalo e a sinalização, referiu que já haviam vindo a falar sobre o assunto e que a Senhora Ana conhecia a sua opinião sobre a matéria.

Sobre a Rua de São Gonçalo, referiu que, em 2025, havia sido apresentado como muito urgente um projeto para a sua requalificação, considerando que, segundo o seu conhecimento, faltariam apenas as especialidades para a conclusão do projeto. Referiu que a intervenção abrangeria o troço desde a Estrada Nacional até à zona do estabelecimento conhecido como *Café Star*.

Acrescentou que, neste momento, considerava que a prioridade da Câmara Municipal de Setúbal incidia sobre o lado nascente, designadamente na questão da rede pluvial, com vista à resolução das pequenas inundações existentes no final da freguesia e na zona da Rua Vinha da Salmoura.

26

Considera que a obra deveria começar pela zona da Rua Padre António Briosso, seguindo uma sequência no sentido ascendente, de baixo para cima, de forma a permitir uma continuidade adequada no escoamento das águas.

Referiu que, tanto quanto sabia, o projeto estava concluído e seguiria para concurso, acrescentando que, de acordo com a informação que lhe havia sido transmitida, caso tudo decorresse dentro da normalidade, esperava que em outubro a situação estivesse adjudicada e pronta para avançar, ainda que os trabalhos pudessem não se iniciar nessa data.

Relativamente ao eventual encerramento da Rua de São Gonçalo durante a realização da intervenção, chamou a atenção para a necessidade de se encontrar uma solução para o trânsito alternado pela Rua da Salmoura, recordando as dificuldades verificadas durante obras anteriores naquela zona. Referiu que seria necessário analisar as condições em que poderia ser assegurada a circulação, designadamente quanto ao tipo de pavimento a utilizar e aos problemas relacionados com o pó durante o verão e com a lama durante o inverno.

Relativamente ao espelho parabólico referido pelo Senhor Acácio Moraes, esclareceu que a sua manutenção se encontra na competência da Câmara Municipal de Setúbal, referindo, contudo, que, sempre que necessário, a Junta de Freguesia procede à sua colocação ou reposição nas devidas



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE AZEITÃO
(SÃO LOURENÇO E SÃO SIMÃO)

condições. Acrescentou que, independentemente de qualquer comunicação formal da Câmara Municipal, iria providenciar pela reparação do espelho.

Referiu ainda que, relativamente à questão da Rua de São Gonçalo, já havia respondido ao Senhor Renato Araújo, recordando que se trata de um assunto que já havia sido amplamente discutido no mandato anterior e cuja resolução continua a merecer acompanhamento.

Quanto às alternativas à circulação naquela zona, referiu ter proposto à Senhora Presidente da Câmara Municipal e ao Senhor Vereador Bruno Russo a análise da possibilidade de criação de uma alternativa, caso tal se revele exequível, designadamente através da Rua da Areia Branca, cujo topónimo foi atribuído há relativamente pouco tempo, por proposta da Junta de Freguesia, no seguimento da Rua da Padaria, com ligação à zona junto à rotunda da BP e ao acesso à autoestrada. Salientou, contudo, que, mesmo com a criação de uma variante, subsiste a questão de assegurar o escoamento do trânsito proveniente da Rua de São Gonçalo para essa alternativa.

Referiu também que, relativamente à Rua da Mata, obra aguardada no âmbito das passagens hidráulicas, a intervenção não deverá iniciar-se brevemente, uma vez que ainda existem algumas afinações a realizar ao nível do projeto. Acrescentou que, face à demora do processo, será efetuado um ligeiro desvio da via para o lado do Carmona, permitindo facilitar o fluxo de trânsito proveniente da zona da Jardía e de Brejos de Azeitão.

27

Acrescentou que, no âmbito do Plano Plurianual de Investimentos da Junta de Freguesia, está igualmente prevista a requalificação e colocação de pavimento betuminoso no troço compreendido entre a Rua da Padaria e a Rua da Mata, numa extensão de cerca de 280 metros. Referiu que se encontram a aguardar autorização da Câmara Municipal de Setúbal para a execução da intervenção, quer em parceria com o Município, quer através da Junta de Freguesia, com o apoio dos meios municipais, manifestando a intenção de avançar logo que essa autorização seja concedida.

Ainda sobre o Plano Plurianual de Investimentos, mencionou o projeto da sala de convívio ou centro de dia, esclarecendo que a concretização do mesmo depende da cedência de um terreno por parte da Câmara Municipal de Setúbal, estando já a decorrer conversações nesse sentido.

Reforçou que a Junta de Freguesia não depende apenas dos seus próprios meios, necessitando da colaboração da Câmara Municipal de Setúbal, designadamente no âmbito das competências transferidas. Referiu que existem situações em que a Junta não dispõe de capacidade para intervir e que, nesses casos, as competências terão necessariamente de ser exercidas pela entidade competente.

Sobre as questões relacionadas com a limpeza e desmatção, referiu que, por vezes, existem dificuldades em determinar os limites das competências da Junta de Freguesia, sobretudo quando se trata de terrenos privados. Salientou que a Junta não pode proceder à limpeza de terrenos particulares, referindo que existem diversos casos em que o mato existente junto às estradas tem origem em propriedades privadas que não foram limpas.



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE AZEITÃO
(SÃO LOURENÇO E SÃO SIMÃO)

Disse que os incêndios ocorridos em Azeitão tiveram origem em terrenos privados, salientando, contudo, que a Junta de Freguesia tem vindo a desenvolver trabalhos de desmatção e que, apesar de ainda existirem muitos locais por intervencionar, estão empenhados na realização desses trabalhos. Acrescentou que, em algumas situações, necessita de confirmação por parte da Câmara Municipal de Setúbal quanto à natureza pública ou privada dos terrenos, informação necessária para determinar a possibilidade de intervenção.

Informou que os trabalhos de desmatção haviam sido iniciados há cerca de um mês e que os serviços se encontram no terreno, designadamente na zona superior da Serra, reconhecendo que as condições existentes são propícias à ocorrência de incêndios. Tendo dito que, no próprio dia, havia ocorrido um foco de incêndio que rapidamente se propagou devido à existência de feno seco.

Dirigindo-se ao Senhor Mário Rui Carvalho, referiu que tinha estado novamente no local da situação por este identificada, esclarecendo que a Junta de Freguesia procede à comunicação e reporte das ocorrências às entidades competentes, sendo posteriormente os assuntos encaminhados para os respetivos serviços, no caso os Serviços Municipalizados. Salientou que a Junta não dispõe de meios técnicos para executar intervenções como a reparação de valetas ou de situações de maior dimensão, referindo que, naquele caso concreto, já eram visíveis manilhas na zona afetada.

Acrescentou que ainda existem estradas encerradas desde janeiro e que algumas intervenções têm sido condicionadas pela indisponibilidade ou avarias das máquinas afetas aos trabalhos. Referiu o caso da Rua do Rio, explicando que, por vezes, a maquinaria utilizada para regularizar os caminhos acaba também por provocar novos sulcos ou irregularidades.

Esclareceu que a Junta de Freguesia não dispõe dos equipamentos necessários para realizar determinados trabalhos, embora procure intervir sempre que possível com os meios disponíveis e acompanhar as situações junto da Câmara Municipal de Setúbal.

Em resposta às questões colocadas pelos Senhores António Sousa e Mário Rui Carvalho, disse que, segundo informação transmitida pelos Serviços Municipalizados, os trabalhos de limpeza das valas reais deverão iniciar-se entre o final de agosto e o início de setembro. Acrescentou que a Junta dispõe de equipamento com braço móvel para dar continuidade aos trabalhos nas valetas da sua competência, defendendo que os trabalhos devem ser realizados de forma contínua, evitando que fiquem pequenos troços por intervencionar.

Referiu que, naquele momento, existe muita vegetação, reconhecendo a situação, mas considerou que a realização imediata dos trabalhos poderia não ser a solução mais adequada, uma vez que, dentro de cerca de um mês e meio, a vegetação poderia voltar a apresentar-se em condições semelhantes. Acrescentou que, com o calor, a vegetação acaba também por abafar, estando a ser ponderado o início de novos trabalhos no final de agosto ou no princípio de setembro.

Sendo que, nessa altura, deverá ser definido um planeamento dos trabalhos a realizar, acrescentando que, caso lhe seja dada autorização para o efeito, terá todo o gosto em facultar essa informação aos fregueses e munícipes.



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE AZEITÃO
(SÃO LOURENÇO E SÃO SIMÃO)

Quanto à questão da rega, referiu existirem dois problemas principais, designadamente as constantes faltas de água e a substituição dos contadores. Explicou que, com exceção da zona de Casas de Azeitão, onde existe depósito e água proveniente de furo, a restante rega é efetuada com água da rede.

Aludiu que as interrupções no abastecimento de água provocam problemas no sistema de rega, explicando que as tubagens existentes são de baixa pressão, preparadas para cerca de 4 Kg de pressão. Quando as condutas voltam a ser abertas, pode ocorrer o denominado fenómeno do golpe de aríete, provocando um aumento significativo da pressão e originando ruturas nas tubagens.

Acrescentou que o sistema de rega já se encontra envelhecido e que têm sido necessárias constantes reparações ao longo das linhas de rega dos jardins. Expôs também situações de furto e vandalização das caixas de rega e dos respetivos programadores, mencionando que são retiradas pilhas e outros componentes, havendo inclusivamente situações em que as caixas são novamente tapadas, dificultando a sua localização.

Deu nota, a título de exemplo, já ter adquirido cerca de 1600 pilhas de 9 volts para os programadores, salientando que estas situações representam custos e dificuldades acrescidas na manutenção do sistema.

Destacou que, quando um programador deixa de funcionar, mesmo durante apenas um dia, sobretudo com as temperaturas elevadas, a relva e outros espaços verdes podem rapidamente ser afetados pela falta de rega. Referiu que o sistema se encontra atualmente programado e pode ser acompanhado também através de telemóvel, permitindo verificar se os diferentes postos estão ou não a regar e, em caso de avaria, identificar o local e proceder à respetiva verificação.

Mais disse que, foram adquiridos cerca de 60 programadores, salientando que a manutenção dos jardins constitui um trabalho constante e diário. Reconheceu que os recursos humanos são reduzidos e que, durante o período de férias, essa situação se torna ainda mais exigente, mas afirmou que continuam empenhados em procurar resolver as situações que vão surgindo.

Em termos de fiscalização, informou que os Serviços Municipalizados tinham aberto concurso para 6 fiscais, referindo que alguns já se encontravam no terreno, mas que desconhece a quantidade de elementos que ficará alocada a Azeitão. Acrescentou que já tinha tido oportunidade de contactar com alguns desses fiscais e que a fiscalização relacionada com a deposição de monos e resíduos junto aos contentores tem produzido resultados, tendo algumas pessoas sido notificadas.

Sendo que, a Junta de Freguesia também acompanha estas situações, procurando reportar rapidamente as irregularidades detetadas, após o que os fiscais se deslocam aos locais e desenvolvem as diligências necessárias.

Respondendo à questão colocada pelo Senhor Mário Rui Carvalho sobre quem fiscaliza o trabalho desenvolvido pela Junta de Freguesia, referiu que procuram fazer o seu melhor, reconhecendo que, por vezes, esse trabalho poderá não ser suficiente, mas fortificou que existe um grande compromisso por parte do Executivo.



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE AZEITÃO
(SÃO LOURENÇO E SÃO SIMÃO)

Salientou que se encontra diariamente ao serviço e disponível para enfrentar os desafios que surgem, afirmando exercer as suas funções de corpo e alma e que, caso não tivesse esse compromisso, já não permaneceria no cargo.

Referiu que podem ser criticados pelas opções tomadas, mas afirmou que não deveriam existir dúvidas quanto ao seu compromisso pessoal com Azeitão, considerando-se um azeitonense de gema e alguém que gosta e deseja o melhor para a freguesia.

Acrescentou que tanto aqueles que nasceram em Azeitão como aqueles que escolheram ali viver têm o mesmo direito a desejar o melhor para a freguesia. Disse que as reclamações e comunicações dos fregueses podem também contribuir para a identificação de problemas, incentivando a população a reportar as situações de que tenha conhecimento.

Salientou que o seu contacto telefónico é conhecido por muitos fregueses e que procura atender e verificar as situações que lhe são comunicadas, exemplificando com a sinalização de buracos, fugas de água ou outras ocorrências. Explicou que, quando a situação é da competência da Junta de Freguesia, procuram resolvê-la e, quando não é, procedem ao respetivo reporte junto das entidades competentes.

Reconheceu, contudo, que os recursos humanos são reduzidos e que não conseguem chegar simultaneamente a todos os locais, considerando que o trabalho desenvolvido exige persistência e continuidade, comparando-o a uma maratona e não a uma corrida de 100 metros. Referiu que estão diariamente a aprender com os problemas e desafios encontrados.

30

Salientou que o atual Executivo enfrentou um período de cerca de três meses de paralisação, situação que, no seu entendimento, fez diferença na gestão da Junta de Freguesia, uma vez que coincidiu com um período em que deveriam ter sido iniciados trabalhos de desmatagem, limpeza de valetas, ruas e controlo das ervas.

Referiu que, quando os trabalhos foram iniciados, existiram também dificuldades relacionadas com a utilização de produtos fitofarmacêuticos para o controlo da vegetação, questão que, segundo referiu, já tinha sido abordada anteriormente.

Evidenciou que atualmente procuram chegar a todas as zonas do território de Azeitão, incluindo as áreas mais periféricas, referindo que essa maior abrangência territorial contribui para que os trabalhos demorem mais tempo. Comparou a situação com intervenções realizadas anteriormente, que incidiam sobretudo sobre determinadas ruas e zonas mais centrais, afirmando que atualmente procuram intervir em locais onde antes não eram efetuados trabalhos de limpeza.

Referiu que o Vogal Gil Raposo poderia prestar posteriormente informações mais detalhadas sobre as ruas onde já tinham sido realizadas intervenções, uma vez que possui um registo dos trabalhos efetuados.

Concluiu esta parte da sua intervenção reafirmando que existe um compromisso por parte do Executivo e que, quando determinada intervenção ainda não foi realizada, tal não significa falta de vontade, mas poderá resultar da insuficiência de meios disponíveis. Afirmou que, dispondo dos meios



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE AZEITÃO
(SÃO LOURENÇO E SÃO SIMÃO)

necessários, poderão demorar mais tempo, mas procurarão realizar os trabalhos e dar resposta às situações identificadas.

Em resposta ao Senhor José Costa, começou por agradecer as suas palavras, referindo que este vai comunicando à Junta de Freguesia diariamente situações relacionadas com buracos e ervas, estando a Junta de Freguesia em contacto permanente consigo. Salientou que, para que seja possível proceder à reparação de um buraco, é necessário que a situação seja devidamente identificada e localizada.

Deu conhecimento de que a Câmara Municipal de Setúbal também se havia disponibilizado perante a Junta de Freguesia para um apoio mais direto na questão da reparação dos buracos existentes nas vias. Explicou que a Junta aplica massas frias, não dispondo de condições para aplicar massas quentes, cuja aplicação é efetuada pela Câmara Municipal. Assim, a Junta fornecerá o material necessário e a Câmara procederá à aplicação das massas quentes.

Informou que existem cerca de 260 toneladas de material disponíveis para utilização, reconhecendo existirem muitos buracos por reparar e considerando que, entre as duas entidades, terão de conseguir dar resposta a essa situação.

Relativamente às questões colocadas pela Senhora Maria de Jesus Rosinha, referiu que algumas delas já tinham sido abordadas anteriormente, designadamente as relacionadas com as árvores e com os ecopontos.

31

Respondendo à Senhora Ana Soares, referiu que a situação do SIMBA já havia sido denunciada, esclarecendo tratar-se de uma propriedade privada. Salientou que a Junta de Freguesia não dispõe de competência para intervir diretamente e que, na ausência de resposta por parte do proprietário, compete à Câmara Municipal atuar no sentido da resolução da situação.

Quanto ao terreno conhecido como AERSET, mencionou não ter conhecimento concreto sobre o destino previsto para o local, nem sobre a existência de qualquer projeto específico. Manifestou, contudo, o desejo de que o espaço pudesse vir a ser aproveitado para um equipamento ou projeto de interesse para Azeitão. Salientou que a Junta já havia denunciado a existência de mato elevado naquele terreno, tratando-se igualmente de propriedade privada, pelo que a intervenção direta da Junta não é possível, cabendo à Câmara Municipal notificar o proprietário para proceder à respetiva limpeza.

Acrescentou que, relativamente à zona junto aos campos de futebol do Choilo, tinha existido um entendimento entre si, a bancada do movimento independente, com o eleito Nelson, no sentido de proceder à desmatização daquele terreno, uma vez que a situação já se apresentava perigosa e poderia, a qualquer momento, originar uma ocorrência grave.

Referindo que foi a própria Junta de Freguesia, aproveitando a presença da viatura e dos meios utilizados nos trabalhos de desmatização nas imediações, procedeu à limpeza da envolvente do espaço público. Salientou que essa intervenção não deixaria de ser realizada por causa de mais uma hora de



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE AZEITÃO
(SÃO LOURENÇO E SÃO SIMÃO)

trabalho, referindo que, embora normalmente seja necessário comunicar ou solicitar autorização à Câmara Municipal, naquele caso consideraram a situação urgente e perigosa.

Referiu que esta é a forma de atuação da Junta de Freguesia, procurando intervir sempre que dispõe de meios e condições para o fazer, desde que se trate de espaço público, ainda que, em determinadas situações, seja necessária autorização da Câmara Municipal. Salientou que, naquele caso concreto, a situação se apresentava iminente e perigosa, tendo sido possível, em articulação com o eleito Nelson Santos, a Junta de Freguesia proceder à limpeza e resolver a situação.

Relativamente às questões colocadas pelo Senhor Manuel Ryder, referiu que as matérias relacionadas com monos, licenciamentos e depósitos de sucata são da competência da Câmara Municipal. Salientou que a Junta de Freguesia procede às respetivas denúncias e comunicações, cabendo posteriormente aos serviços de fiscalização atuar sobre essas situações.

Indicou que a Junta continua a cumprir o seu papel, mas que a fiscalização de novas edificações e construções é uma competência municipal, sendo os respetivos processos acompanhados pela Câmara Municipal. Acrescentou que muitas das situações atualmente existentes poderão ter sido aprovadas pelo Executivo anterior.

Reforçou, ainda, que a urbanização conhecida como Xavier de Lima, situada na zona inferior ao Continente, não é da competência da Junta de Freguesia, uma vez que ainda não foi formalmente transferida para a responsabilidade da Junta de Freguesia.

Referiu que têm existido várias reclamações relativamente àquela urbanização, mas esclareceu que, segundo a informação transmitida pela Câmara Municipal de Setúbal, enquanto se mantiverem os trabalhos de construção e urbanização em curso e não forem concluídas as intervenções necessárias, designadamente a reposição dos pavimentos e a reparação dos danos causados nas vias, a Câmara Municipal não procederá à transferência daquele espaço para a Junta de Freguesia.

Acrescentou que, caso a Câmara Municipal venha a solicitar a intervenção da Junta, esta estará disponível para colaborar, mas que, até ao momento, não foi efetuada qualquer transferência de competências relativamente àquela urbanização. Referiu existirem outras urbanizações recentes na freguesia relativamente às quais a Junta também não dispõe de autorização para realizar qualquer tipo de intervenção.

No que respeita à inauguração do auditório, informou que a mesma deverá ocorrer em breve, encontrando-se os arranjos exteriores praticamente concluídos. Indicou que seria bonito que a inauguração pudesse ocorrer no dia 15 de setembro, por ocasião do Dia da Cidade, embora não pudesse confirmar se tal seria possível, aguardando que a Câmara Municipal de Setúbal comunique oportunamente a data da inauguração aos munícipes e fregueses.

Disse já ter tido oportunidade de visitar o auditório e considerou que, independentemente das opiniões existentes sobre o investimento, se trata de um equipamento necessário, atendendo à



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE AZEITÃO
(SÃO LOURENÇO E SÃO SIMÃO)

insuficiência das atuais infraestruturas disponíveis para acolher as iniciativas e atividades das associações e movimentos existentes na freguesia.

Salientou que o investimento realizado ronda os dois milhões de euros, incluindo o auditório e os respetivos arranjos exteriores. Considerou, contudo, que Azeitão deve procurar ser mais ambiciosa em termos de infraestruturas, referindo que o auditório terá cerca de 220-230 lugares.

Recordou que, tal como anteriormente referido pelo Senhor Renato Araújo, a população de Azeitão poderá ultrapassar os 22 mil habitantes nos próximos anos, podendo mesmo aproximar-se dos 25 mil, considerando que o crescimento populacional determinará, também, alterações na estrutura da Junta de Freguesia e do respetivo Executivo, nomeadamente a passagem de 5 para 7 elementos.

Nessa sequência, mencionou ter transmitido à Senhora Presidente da Câmara Municipal a necessidade de preparar Azeitão para o crescimento futuro, deixando as estruturas físicas e organizativas preparadas para responder às necessidades da população e de quem vier posteriormente assumir responsabilidades na freguesia.

Relativamente à situação dos postes e das ligações elétricas mencionada, referiu que a mesma também o tinha surpreendido, tendo solicitado esclarecimentos. Explicou que, segundo o seu conhecimento, as novas ligações deveriam atualmente ser efetuadas através de redes subterrâneas, manifestando estranheza pelo facto de voltarem a ser visíveis novas ligações aéreas.

33

Pelo que, aguardava uma resposta mais concreta sobre o assunto, acrescentando que a informação que lhe tinha sido transmitida no local era a de que, devido às condições existentes e à impossibilidade de fazer a passagem subterrânea naquele ponto, tinha sido necessário optar por uma solução aérea.

Acrescentou que essa solução teria sido estudada e autorizada pelas entidades competentes, incluindo a Câmara Municipal, encontrando-se já executada e em funcionamento, considerando, por isso, que a situação estaria devidamente legalizada, sem prejuízo dos esclarecimentos adicionais que aguardava.

Solicitou que lhe fosse indicado caso tivesse ficado alguma questão por responder.

Entretanto, relativamente à Rua do Pinhão, referiu que esta foi uma das primeiras ruas a ser intervencionada em termos de limpeza. Salientou, contudo, existir naquela zona uma situação relacionada com uma propriedade situada do lado esquerdo para quem desce a rua, onde subsistem alguns resíduos e outros problemas que ainda terão de ser resolvidos.

Acrescentou que a Junta de Freguesia também se deslocou à Rua do Pinhão na sequência da instalação de um acampamento de pessoas de etnia cigana naquele local, tendo sido utilizada a necessidade de proceder à limpeza da envolvente do pinhal como fundamento para a intervenção. Referiu que, com o apoio da GNR, foi possível desmontar o referido acampamento e fazer com que as pessoas abandonassem o local.



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE AZEITÃO
(SÃO LOURENÇO E SÃO SIMÃO)

Mais disse que, a Rua do Pinhão se encontra incluída no programa de intervenções previsto, estando a Junta de Freguesia, em articulação com a Câmara Municipal de Setúbal, a elaborar o respetivo projeto, uma vez que se trata de uma das ruas que ainda não dispõe de projeto concluído. Manifestou a expectativa de que o processo pudesse ser concluído brevemente, comprometendo-se a divulgar qualquer novidade que viesse a existir.

Quanto às situações dos Eucaliptos e Cabo das Tormentas, referiu tratar-se de processos que se arrastam há bastante tempo. Informou que recentemente tinha solicitado esclarecimentos sobre essas intervenções, considerando que, dentro dos orçamentos previstos, a Junta de Freguesia poderia ter capacidade para assumir aquelas duas rubricas.

Esclareceu, contudo, que qualquer intervenção terá sempre de ser articulada com a Câmara Municipal de Setúbal, uma vez que é esta entidade que autoriza e promove os respetivos procedimentos. Explicou que a Câmara Municipal procede ao concurso e que, posteriormente, a Junta poderá assumir a execução da obra, ficando como dona de obra em parceria com a Câmara, que assegura o acompanhamento e a fiscalização.

Em resposta à Senhora Ana Soares, relativamente às árvores, referiu que as situações se encontram devidamente identificadas e comunicadas, aguardando-se a intervenção da Câmara Municipal de Setúbal, uma vez que a Junta de Freguesia não dispõe de autorização para intervir diretamente nas árvores, incluindo oliveiras.

34

Referiu que, no Jardim dos Bacalhoa, todas as intervenções realizadas foram acompanhadas pela Câmara Municipal de Setúbal. Salientou que as oliveiras já estavam a recuperar e a regressar ao seu estado normal, reconhecendo, contudo, que a poda foi iniciada ligeiramente mais tarde do que seria desejável.

Acrescentou que, com o reforço da rega, as árvores têm vindo a recuperar, esperando que, dentro de cerca de um mês ou mês e meio, seja realizado o primeiro tratamento obrigatório, nomeadamente para controlo de pragas, de forma a assegurar a estabilização e recuperação definitiva das oliveiras. Dando nota de que as próximas podas deverão limitar-se essencialmente a cortes de embelezamento.

Quanto às árvores na Rua do Cemitério, esclareceu que uma já havia caído, mantendo-se ainda parte da raiz no local, estando prevista a sua remoção pela Câmara Municipal de Setúbal. Sendo que, a outra árvore, situada junto à entrada de uma garagem, referiu ter acompanhado a situação no local com técnicos da Câmara Municipal. Explicou que inicialmente se equacionou o corte de uma das pernas, mas que essa intervenção poderia comprometer a estabilidade da árvore, razão pela qual a situação se encontra ainda em análise.

Mencionou que aquela árvore apresenta igualmente raízes bastante elevadas sobre o pavimento, aguardando-se uma solução por parte da Câmara Municipal. Acrescentou que já existe um valor definido para a reposição do pavimento, referindo que, assim que a situação da árvore estiver resolvida, será efetuada a respetiva intervenção.



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE AZEITÃO
(SÃO LOURENÇO E SÃO SIMÃO)

Salientou que estas são obras e intervenções previstas para o decurso do mandato, manifestando a expectativa de que possam começar brevemente a concretizar alguns dos projetos e propostas anteriormente apresentados.

De seguida, considerando ter respondido às questões colocadas, passou a abordar a situação dos acessos às praias.

Sobre esta matéria, informou que, no dia 1 de junho, a Junta de Freguesia foi solicitada para proceder à limpeza da zona exterior do Mercado Mensal, com o objetivo de criar uma bolsa de estacionamento para viaturas e facilitar o acesso às praias da Arrábida. Indicou que os trabalhos foram realizados e o espaço ficou limpo, conforme solicitado pela Câmara Municipal.

Acrescentou que, antes dessa data, tinha participado numa reunião onde questionou qual seria o autocarro que asseguraria aquele circuito, e lhe foi transmitido que, durante o mês de junho, não existiria um autocarro direto para as praias, existindo apenas ligações entre Azeitão e Setúbal, designadamente através da zona do Auchan ou da Várzea.

Disse estar a aguardar mais informações por parte da Câmara Municipal de Setúbal, acrescentando ter sugerido a colocação de um painel informativo junto à Repsol, por ser aquele o local de paragem e recolha, onde poderiam ser divulgados os horários e a regularidade dos transportes para as praias.

35

Clarificou que este processo dependerá essencialmente da articulação entre a Câmara Municipal e a Carris Metropolitana, aguardando informações para dar continuidade ao assunto.

Sobre o percurso junto à passagem para Casais da Serra, a Junta de Freguesia questionou a Carris sobre a possibilidade de criação ou reposição de uma ligação entre Portinho e Azeitão, considerando que existe uma necessidade significativa naquela zona, sobretudo para a população mais envelhecida e para pessoas que não dispõem de transporte próprio para se deslocarem ao centro da vila ou aos serviços de saúde.

Relatou que a Carris solicitou à Junta de Freguesia a realização de um estudo, um levantamento da população existente em Casais da Serra, designadamente do número de estudantes, adultos ativos e eventuais trabalhadores que realizem deslocações regulares naquele percurso, incluindo deslocações de ida e regresso.

Manifestou alguma reserva quanto à viabilidade da carreira, considerando que o número de utilizadores poderá não ser suficiente para assegurar uma utilização regular do transporte, reconhecendo que se trata de uma questão relacionada com os custos e a sustentabilidade da operação.

Ainda assim, salientou que a Câmara Municipal de Setúbal tem um papel fundamental nesta matéria e que existem outros percursos identificados como necessários.



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE AZEITÃO
(SÃO LOURENÇO E SÃO SIMÃO)

Transmitiu que a Junta de Freguesia também já tinha manifestado a intenção de criar um circuito urbano através de um minibus, abrangendo zonas como a Várzea e o Choilo, atendendo também às necessidades das crianças e restantes utilizadores.

Salientou, contudo, que as atuais ligações são insuficientes, existindo situações em que o transporte passa apenas uma vez de manhã e volta a passar apenas durante a tarde, considerando necessário reforçar a frequência, designadamente com ligações durante a manhã, à hora de almoço e ao final do dia.

Indicou que já foram apresentados vários pedidos e que a Junta de Freguesia continua a acompanhar a situação junto da Carris, aguardando as respostas às propostas apresentadas.

Quanto à questão relacionada com o Hospital 2030, referiu que a Junta de Freguesia se encontra na linha da frente e tem acompanhado o processo. Destacou o trabalho desenvolvido pelos profissionais de saúde locais, referindo um evento recentemente realizado que decorreu de forma muito positiva e destacando a dedicação dos profissionais médicos, de enfermagem e restantes trabalhadores do centro de saúde.

Referiu que a Junta continuará a acompanhar o processo, considerando que tem um papel fundamental na defesa dos interesses da população.

Manifestou a sua concordância quanto à possibilidade de Azeitão vir a dispor de um serviço de urgência básica aberto 24 horas por dia, considerando que esta solução poderia responder a situações de menor gravidade e evitar deslocações desnecessárias ao Hospital de São Bernardo.

Aludiu que existem situações em que os utentes se deslocam a Setúbal e encontram os serviços de urgência condicionados ou encerrados, sendo posteriormente encaminhados para Almada, pelo que considera importante a existência de uma resposta de proximidade em Azeitão.

Concluiu referindo que, na sua opinião, seria importante que Azeitão pudesse dispor de um serviço de urgência básica com funcionamento permanente, considerando essa possibilidade positiva para a população.

Por fim, referiu julgar ter respondido a todas as questões colocadas, pedindo desculpa caso alguma tivesse ficado por responder, passando, de seguida, a palavra ao Vogal Gil Raposo.

No uso da palavra, o Vogal Gil Raposo começou por saudar a Senhora Presidente da Mesa, e o seu Secretariado, as restantes bancadas, o público presente, quem acompanhava os trabalhos à distância, os trabalhadores da Junta de Freguesia e os eventuais representantes da comunicação social.

Disse que procuraria fazer uma breve intervenção de enquadramento relativamente à componente operacional da Junta de Freguesia, por forma a complementar algumas das respostas já prestadas pelo Senhor Presidente da Junta às questões colocadas.

Relativamente aos trabalhos de limpeza, deservagem e desmatção, salientou que, embora a dimensão territorial da freguesia não tivesse aumentado, a visão e a forma de atuação do atual Executivo tinham sido alteradas, procurando atualmente intervir em todos os arruamentos do



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE AZEITÃO
(SÃO LOURENÇO E SÃO SIMÃO)

território de Azeitão. Considerou que esta opção implica uma maior exigência operacional e um alcance territorial mais alargado, comparativamente com o que sucedia anteriormente.

Recordou que, durante o primeiro trimestre do ano, uma parte significativa dos trabalhadores esteve envolvida nos trabalhos decorrentes das intempéries, acrescentando que, durante o mês de fevereiro, se registaram vários dias consecutivos de chuva, circunstância que dificultou a realização dos trabalhos de deservagem. Referiu, contudo, que, no segundo trimestre, as condições foram diferentes, tendo sido possível desenvolver um trabalho operacional mais regular e intenso.

Acrescentou que existiu um forte empenho por parte dos trabalhadores e do Executivo na otimização dos procedimentos de trabalho. Reconheceu que a questão da aplicação de produtos fitofarmacêuticos constituiu uma dificuldade, referindo, no entanto, que a Junta de Freguesia começou a recorrer a uma alternativa mais sustentável do ponto de vista ambiental e menos prejudicial para os animais de companhia.

Salientou, porém, que essa alternativa apresenta menor eficácia e exige aplicações mais frequentes, circunstância que implica um maior esforço operacional. Referiu, ainda, que a utilização da varredoura passou a ser feita de forma regular, procurando garantir intervenções diárias em diferentes localidades da freguesia.

37

Em resposta às observações efetuadas relativamente à concentração de trabalhadores em determinadas zonas, esclareceu que não existe qualquer localidade prioritária em detrimento das restantes, referindo que as equipas se encontram distribuídas por todo o território, incluindo nas Aldeias, Brejos de Azeitão, Brejoeira, Pinhal de Negreiros e outras localidades da freguesia.

Considerou que, apesar do trabalho já realizado, existem ainda oportunidades para melhorar a capacidade de resposta, adiantando que o Senhor Presidente da Junta se encontra a desenvolver procedimentos para reforço dos recursos humanos. Referiu que havia decorrido um procedimento concursal para a contratação de 4 trabalhadores, estando prevista a entrada de um novo trabalhador no dia seguinte, e que se encontravam igualmente em curso procedimentos para a contratação de mais 7 trabalhadores, incluindo motoristas, cantoneiros e trabalhadores para a área dos jardins.

Relativamente à manutenção dos espaços verdes, referiu que existe atualmente uma equipa praticamente dedicada em exclusivo à reparação dos sistemas de rega, enquanto outras equipas asseguram a manutenção dos espaços ajardinados. Considerou que sucede com os jardins uma situação semelhante à verificada na deservagem, uma vez que existem espaços que, durante vários anos, tinham ficado praticamente sem manutenção e que o atual Executivo pretende recuperar.

Referiu que esta opção por abranger um maior número de espaços pode transmitir a perceção de uma menor frequência das intervenções em determinados locais, considerando que a solução passa pelo reforço dos recursos humanos, processo que se encontra em curso.



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE AZEITÃO
(SÃO LOURENÇO E SÃO SIMÃO)

Sobre a eventual divulgação antecipada de calendários de intervenção, referiu que essa possibilidade nem sempre é fácil de concretizar, uma vez que existem situações imprevistas que obrigam à alteração da programação. A título de exemplo, mencionou a ocorrência de 4 ruturas consecutivas numa determinada zona, que obrigaram ao desvio das equipas e provocaram atrasos nos trabalhos inicialmente previstos.

Considerou que uma atualização constante da informação divulgada exigiria uma capacidade administrativa e documental que nem sempre é proporcional à dimensão e aos recursos atualmente disponíveis na Junta de Freguesia, salientando, contudo, que o acompanhamento operacional é efetuado diariamente.

Relativamente à desmatção, referiu que este terá sido um dos anos em que foram realizadas mais intervenções, considerando que o atual volume de trabalhos contratados para esta área é superior ao verificado em anos anteriores. Salientou que existem intervenções que nem sempre são visíveis para a população, referindo, como exemplo, trabalhos realizados numa zona junto a uma vala, nas imediações da Quinta dos Foios e Oleiros, onde existia vegetação com elevado potencial de propagação de incêndio e próxima de habitações.

Acrescentou que este tipo de intervenções, embora menos visíveis, também exige recursos e pode provocar atrasos noutras respostas, salientando, contudo, o compromisso da Junta de Freguesia em continuar a desenvolver o trabalho necessário.

38

Dirigindo-se à Senhora Ana Felizardo, questionou qual a rua concreta, em Brejos de Azeitão, a que se referia na sua intervenção, explicando que as equipas da Junta haviam iniciado trabalhos naquela localidade na semana seguinte à última sessão da Assembleia de Freguesia, começando estrategicamente pela Rua da Mata e prosseguindo pelos diversos arruamentos transversais. Não tendo sido possível identificar, naquele momento, a rua concreta mencionada, referiu que os trabalhos estavam em curso e que a intervenção em Brejos de Azeitão seria progressivamente concluída.

Relativamente às palavras dirigidas pelo Senhor José Costa, agradeceu as suas palavras, referindo, de seguida, que existem atualmente alguns arruamentos recentemente intervencionados, bem como outros trabalhos concluídos em diferentes zonas do território, incluindo Vila Nogueira. Salientou, contudo, que não pretendia valorizar essas intervenções como algo extraordinário, uma vez que fazem parte das obrigações da Junta de Freguesia, competindo-lhe assegurar que, progressivamente, todos os arruamentos da freguesia recebam o mesmo tipo de intervenção.

Em resposta ao Senhor Mário Rui Carvalho, referiu ter compreendido a questão colocada relativamente ao acompanhamento e fiscalização dos trabalhos realizados. Explicou que existe um encarregado responsável pelo acompanhamento das equipas e que o Executivo procura, igualmente, verificar no terreno, quer presencialmente quer através de registos fotográficos, a execução dos trabalhos.



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE AZEITÃO
(SÃO LOURENÇO E SÃO SIMÃO)

Deu nota de que a situação mencionada estaria provavelmente relacionada com a Rua Frei Agostinho da Cruz, esclarecendo que uma equipa tinha efetuado trabalhos naquele local sem que tivesse sido possível proceder previamente ao habitual aviso aos moradores. Assim, algumas zonas onde se encontravam viaturas estacionadas acabaram por não ser intervencionadas, permanecendo ervas nesses locais após a saída dos veículos.

Referiu que a situação já se encontrava identificada e que havia sido assumido o compromisso de regressar ao local para concluir os trabalhos em falta, acrescentando que a intervenção naquela zona de Oleiros ainda não se encontrava totalmente concluída. Salientou que, logo que possível, as equipas voltariam ao local para proceder à conclusão da limpeza.

Em complemento, relativamente à sinalização das zonas de trabalho, esclareceu que a Junta de Freguesia dispõe de placas de proteção, procurando utilizá-las sempre que possível e as circunstâncias o justifiquem. Referiu que, em situações em que existe menor circulação ou menor necessidade de delimitação da zona de trabalho, os trabalhadores procuram concentrar-se na execução das intervenções, evitando que um trabalhador tenha de permanecer exclusivamente afeto ao manuseamento da placa e permitindo, assim, aumentar a capacidade operacional das equipas.

Explicou que, sempre que possível, as equipas procuram também colocar avisos prévios nos arruamentos onde estão programadas intervenções. Reconheceu, contudo, que existem situações imprevistas que obrigam à alteração da programação inicialmente definida, não sendo, nesses casos, possível assegurar previamente essa comunicação.

Referiu, a título de exemplo, uma situação recente em que, devido a um problema com uma viatura, os trabalhadores tiveram de ser mobilizados para outra rua que se encontrava igualmente prevista para intervenção, designadamente a Rua 9 de Abril. Acrescentou que, nesse caso, havia sido comunicada ao Senhor Presidente da Junta uma situação relacionada com uma pessoa invisual, relativamente à qual existia uma preocupação acrescida, tendo sido diligenciado no sentido de dar uma resposta imediata. Explicou que, devido à necessidade de intervenção e à alteração da programação, não foi possível proceder previamente à colocação do habitual aviso aos moradores, reiterando, contudo, que essa é uma prática que procuram adotar sempre que as circunstâncias o permitem.

Mais disse que, tinha sido identificado internamente outro aspeto relacionado com os avisos colocados nos locais de intervenção, verificando-se que, por vezes, após a conclusão dos trabalhos, os mesmos permanecem nos locais. Referiu que já tinham sido dadas indicações às equipas para que seja prestada maior atenção à retirada desses avisos após a conclusão das intervenções.

Por outro lado, referiu a iniciativa *Junt'Azeitão*, no âmbito da qual é definida uma calendarização e identificados previamente os arruamentos onde serão realizadas intervenções. Salientou, contudo, que, apesar de considerar a iniciativa útil, a mesma não pode decorrer com demasiada regularidade, uma vez que implica a concentração dos recursos operacionais da Junta de Freguesia numa



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE AZEITÃO
(SÃO LOURENÇO E SÃO SIMÃO)

determinada zona, não podendo ser descuradas as restantes tarefas e intervenções necessárias no território. Explicou que, por esse motivo, a iniciativa decorre normalmente com uma periodicidade mensal.

Informou que tinham sido analisadas as várias zonas onde seria necessária uma intervenção, tendo sido identificada também uma situação considerada urgente na zona de Casal Bolinhos. Contudo, atendendo a que as duas últimas intervenções haviam ocorrido em zonas próximas daquela localidade, designadamente em Belcampo e na zona da Quinta da Vinha da Sardinha, optaram por realizar a próxima intervenção na Salmoura.

Referiu que a realização de uma intervenção naquela zona já havia sido anteriormente ponderada, caso não fosse possível assegurar a limpeza através dos trabalhos regulares antes dessa data. Acrescentou que a situação foi analisada com o Senhor Presidente da Junta, que validou a realização da iniciativa, informando que, em condições normais, a mesma teria lugar no dia 15 de julho.

Quanto à questão relacionada com a identificação e limpeza dos mecanismos de drenagem, referiu que, conforme já havia sido explicado pelo Senhor Presidente da Junta, seriam desenvolvidos os contactos e diligências necessários a partir do final do corrente mês, prevendo-se a realização de intervenções durante os meses de agosto e setembro.

Acrescentou que já existiam determinadas situações identificadas, incluindo alguns aquedutos e mecanismos de drenagem que apresentavam elevados níveis de obstrução. Referiu que, à medida que são identificadas situações de maior gravidade, nomeadamente estruturas que se encontram totalmente entupidas, as mesmas vão sendo comunicadas às entidades competentes.

Explicou que existem procedimentos articulados com os Serviços Municipalizados, cabendo à Junta de Freguesia assegurar determinadas intervenções e aos Serviços Municipalizados outras ações da respetiva competência. Referiu que o objetivo é procurar identificar, comunicar e resolver o maior número possível de situações.

Relativamente às questões relacionadas com o planeamento e a monitorização dos trabalhos, reconheceu que são frequentemente solicitadas informações mais detalhadas sobre a calendarização das intervenções. Considerou, contudo, que existe uma dificuldade em conciliar o acompanhamento permanente dos trabalhos no terreno com todas as exigências administrativas e documentais associadas à atividade da Junta de Freguesia.

Salientou que determinados instrumentos de planeamento, monitorização e registo constituem importantes procedimentos de qualidade, mas que, atendendo à dimensão e aos recursos atualmente disponíveis na Junta de Freguesia, nem sempre é possível proceder a uma documentação minuciosa de todas as intervenções realizadas. Considerou, por isso, necessário ajustar esses procedimentos à realidade e à capacidade operacional da Junta de Freguesia.

No que respeita à Salmoura, mencionou que, conforme havia sido assumido na sessão anterior, a Junta de Freguesia cumpriu o compromisso de intervir naquela zona. Explicou, contudo, que a execução dos



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE AZEITÃO
(SÃO LOURENÇO E SÃO SIMÃO)

trabalhos nem sempre decorre ao ritmo inicialmente previsto, uma vez que, durante as intervenções, surgem frequentemente situações que exigem trabalhos adicionais e condicionam o planeamento das equipas.

Deu como exemplo uma intervenção realizada na Rua dos Pinheiros, onde as equipas se depararam com uma situação que exigiu uma operação de maior dimensão do que inicialmente previsto. Referiu que, numa rua com cerca de 7 metros de largura, a vegetação existente tinha reduzido significativamente o espaço disponível para circulação, havendo zonas onde a passagem se encontrava limitada a cerca de 2 metros. Tal situação implicou um trabalho mais intenso de desmatagem e remoção de resíduos verdes, o que naturalmente ocupou mais tempo e recursos.

Entretanto, foram igualmente realizadas intervenções noutras zonas, designadamente no Brejo Pequeno, na Rua Padre Brioso e no Brejo da Camarate. Relativamente a esta última intervenção, explicou que os trabalhos tiveram de ser temporariamente suspensos devido à grande quantidade de pó levantada pelo trator, tendo-se optado por aguardar por condições mais favoráveis, nomeadamente alguma precipitação, que permitisse realizar os trabalhos em melhores condições.

Salientou, assim, que determinados atrasos na execução dos trabalhos não resultam de falta de operacionalidade ou de menor ritmo de trabalho, mas antes das circunstâncias concretas encontradas no terreno e da necessidade de adaptar a intervenção às situações existentes.

Informou que seria importante que os munícipes, para além de apresentarem as suas reclamações, que considerou legítimas, procurassem também contactar a Junta de Freguesia ou solicitar esclarecimentos sobre as situações verificadas, uma vez que dessa forma seria possível explicar os constrangimentos existentes e dar a conhecer o trabalho que se encontra a ser desenvolvido no território.

41

Quanto aos restantes arruamentos existentes naquela zona, referiu que os trabalhos de desmatagem e manutenção irão continuar, reiterando o compromisso já assumido pelo Executivo de procurar intervir progressivamente em todo o território.

Respondendo ao Senhor António Sousa, disse que a Junta de Freguesia procurará assegurar, dentro das suas possibilidades e competências, a desmatagem e manutenção dos restantes arruamentos e espaços da zona.

Prosseguindo a sua intervenção, o Vogal Gil Raposo referiu pretender esclarecer uma situação anteriormente mencionada, salientando que, por vezes, o diálogo permite compreender melhor as circunstâncias em que determinadas intervenções são realizadas.

Explicou que, quando as equipas se deslocam para realizar trabalhos de manutenção de jardins das rotundas, é também solicitado que, sempre que possível, seja intervencionada a respetiva envolvente, contribuindo igualmente para os trabalhos de deservagem e limpeza.

Afirmou que, na situação concreta mencionada, não se tratava de uma intervenção isolada ou aleatória num determinado passeio. Esclareceu que estava prevista a realização de trabalhos de desmatagem na zona em frente ao local onde se encontravam as árvores, junto ao estabelecimento Continente, tendo



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE AZEITÃO
(SÃO LOURENÇO E SÃO SIMÃO)

sido solicitado que uma equipa se deslocasse ao local para apoiar esses trabalhos, procedendo à limpeza e deservagem das respetivas zonas envolventes e das caldeiras das árvores, uma vez que o trator ainda não se encontrava disponível para realizar essa intervenção.

Acrescentou que o trator acabou por não chegar no momento inicialmente previsto, devido a uma situação ocorrida, tendo a equipa, entretanto, presente no local avançado com os trabalhos que era possível realizar manualmente.

Salientou, assim, que existem, por vezes, justificações operacionais para determinados procedimentos ou intervenções que, vistas isoladamente, podem não ser imediatamente perceptíveis.

Por fim, disse crer que havia respondido às questões colocadas, colocando-se disponível para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais, caso necessário.

II - Período Antes da Ordem do Dia

A Senhora Presidente da Assembleia informou que se daria início ao período de Antes da Ordem do Dia, referindo que o expediente havia sido previamente distribuído a todos os membros.

❖ **Aprovação da ata** relativa à sessão ordinária de 29 de abril de 2026 (ata n.º 1/2026)

Submetida a votação, foi a mesma aprovada por unanimidade.

Aprovado em minuta

42

A Senhora Presidente da Assembleia anunciou que se daria início à leitura das recomendações, moções e saudações pela ordem de entrada nos serviços, começando pelas apresentadas pela bancada do CHEGA.

Referiu que a primeira seria a recomendação relativa à realização de diligências entre a Junta de Freguesia de Azeitão, a Câmara Municipal de Setúbal e os Serviços Municipalizados, tendo em vista a reabertura urgente do Centro de Recolha de Resíduos do Choilo.

Antes de se proceder à respetiva leitura, questionou se todos os eleitos dispunham da documentação necessária, tendo sido alertada para o facto de alguns membros não terem recebido os documentos, designadamente a bancada da CDU.

Sobre o assunto, foi esclarecido que o eleito Hercílio Ferreira (CDU) havia procedido ao levantamento da documentação física em momento anterior à receção das recomendações, moções e saudações apresentadas pelas bancadas. Não obstante, foi referido que essa documentação havia sido posteriormente remetida por via digital à bancada da CDU, informação que foi contestada.



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE AZEITÃO
(SÃO LOURENÇO E SÃO SIMÃO)

Perante a inexistência da documentação junto dos eleitos da bancada da CDU, a Senhora Presidente solicitou aos serviços que procedessem de imediato à respetiva impressão, tendo os documentos em causa sido imediatamente entregues aos referidos eleitos.

A Senhora Presidente da Assembleia concedeu a palavra à bancada do CHEGA.

O eleito António Ventura (CH) começou por cumprimentar a Senhora Presidente da Mesa, o Senhor Presidente do Executivo, as restantes bancadas, o público presente, bem como todos aqueles que acompanhavam os trabalhos à distância.

De seguida, procedeu à leitura da seguinte Recomendação:

- ❖ **Recomendação para diligências entre a Junta de Freguesia de Azeitão, a Câmara Municipal de Setúbal e os Serviços Municipalizados de Setúbal (SMS) para a reabertura urgente do Centro de Recolha de Resíduos do Choilo**, apresentada pela bancada do CH.
(Recomendação *apensa à ata*)

A Senhora Presidente da Assembleia concedeu a palavra à eleita Elisabete Fernandes (SET-V).

Interveio a eleita Elisabete Fernandes (SET-V).

Começou por cumprimentar a Senhora Presidente da Assembleia, o Senhor Presidente da Junta e os restantes membros da Assembleia.

Referiu que a bancada do Movimento Setúbal de Volta considera que todas as iniciativas que possam contribuir para melhorar a qualidade de vida dos azeitonenses e reforçar os serviços prestados à população merecem a sua atenção e o seu apoio.

Salientou que é importante que a Junta de Freguesia mantenha um diálogo permanente com a Câmara Municipal e com os Serviços Municipalizados, promovendo todas as diligências que permitam avaliar as soluções mais adequadas para responder às necessidades da freguesia.

Acrescentou que o que verdadeiramente importa é que os azeitonenses disponham de respostas eficazes e ajustadas às suas necessidades, razão pela qual informou que o Movimento Setúbal de Volta acompanharia favoravelmente a recomendação.

Terminada a intervenção da eleita Elisabete Fernandes (SET-V), interveio o eleito Duarte Tavares (PS).

Principiou por cumprimentar novamente todos os presentes, referindo que procuraria ser pragmático e sintético, tendo em conta a hora avançada.

Referiu que a bancada do Partido Socialista acompanhava a preocupação subjacente à recomendação, esclarecendo, contudo, que não iria votar favoravelmente a mesma, não por discordar da necessidade identificada, com a qual afirmou concordar.

Referiu que, apesar de não se tratar de uma matéria propriamente da competência da Junta de Freguesia, existiam atualmente conversações entre a Junta de Freguesia, a Câmara Municipal e os Serviços Municipalizados relativamente à reabertura do serviço.



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE AZEITÃO
(SÃO LOURENÇO E SÃO SIMÃO)

Contudo, esclareceu que, segundo a informação de que dispunha, o Centro de Recolha de Resíduos não seria instalado no Choilo. Referiu que, sendo essa localização uma parte substancial da recomendação apresentada, tal justificava o voto contra da bancada do Partido Socialista.

Esclareceu, ainda, que os restantes pontos constantes da recomendação, designadamente as questões relacionadas com a fiscalização, a sensibilização e o reforço da informação pública, eram consensuais para a bancada do Partido Socialista. Referiu reconhecer que a Junta de Freguesia tem procurado cumprir as suas competências e manter conversações e contactos com as entidades competentes, salientando que, no final, mais importante do que a questão das competências seria agir em prol dos interesses dos azeitonenses.

Concluiu referindo que, perante a alteração da localização prevista para o Centro de Recolha de Resíduos, não faria sentido votar favoravelmente a recomendação nos termos em que havia sido apresentada, considerando, contudo, que o Senhor Presidente da Junta poderia pronunciar-se sobre essa questão e prestar esclarecimentos adicionais.

Terminada a intervenção do eleito Duarte Tavares (PS), interveio o eleito Hercílio Ferreira (CDU).

O eleito começou por cumprimentar o público presente, os restantes eleitos, a Mesa da Assembleia na pessoa da sua Senhora Presidente, o Senhor Presidente da Junta e o restante Executivo.

Relativamente à recomendação apresentada, referiu que, segundo o seu conhecimento, o encerramento do Centro de Recolha de Resíduos do Choilo teria resultado de uma determinação do Ministério do Ambiente dirigida à Câmara Municipal, tendo sido referido, à época, que a manutenção daquele espaço em funcionamento poderia sujeitar a Câmara Municipal a uma coima de valor elevado. Esclareceu não ter a certeza de que essa informação se mantivesse atual ou de que tivesse sido efetivamente essa a razão do encerramento, referindo, contudo, que essa teria sido a informação transmitida na altura, existindo inclusivamente no local uma placa com indicação dos motivos que levaram ao encerramento.

Manifestou, por esse motivo, algumas dúvidas quanto à possibilidade prática de concretização da recomendação, tendo em conta o eventual envolvimento do Ministério do Ambiente na decisão de encerramento do espaço. Questionou se o Senhor Presidente da Junta dispunha de mais informações sobre o assunto, considerando que, caso não fosse possível a reabertura daquele local, poderia igualmente existir dificuldade em encontrar outro espaço para o mesmo fim em Azeitão.

Referiu que pretendia colocar esta questão à Assembleia por considerar importante que a mesma fosse debatida, tendo em conta a existência de resíduos depositados a céu aberto em diversos locais do território, incluindo zonas de pinhal, situação que, no seu entendimento, exige a procura de uma solução que tenha igualmente em consideração a proteção do meio ambiente.

Recordou que, na altura em que integrava o anterior Executivo, alguns fregueses haviam alertado para esta situação, referindo que existiam contentores com contactos e informações destinados a permitir à população solicitar a recolha de monos. Questionou, contudo, qual a regularidade com que esse



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE AZEITÃO
(SÃO LOURENÇO E SÃO SIMÃO)

serviço era realizado e referiu ter ficado com a perceção, através da intervenção do Senhor Presidente da Junta, de que a Junta de Freguesia já não detinha atualmente essa responsabilidade.

Concluiu referindo que não pretendia aprofundar mais a questão, tendo apenas procurado chamar a atenção para a necessidade de esclarecer se a proposta apresentada se encontrava enquadrada face às circunstâncias atuais e à eventual existência de condicionantes legais ou ambientais que pudessem impedir a reabertura do Centro de Recolha de Resíduos do Choilo.

Terminada a intervenção do eleito Hercílio Ferreira (CDU), interveio o Senhor Presidente da Junta de Freguesia, Tiago Cardoso.

O Senhor Presidente da Junta esclareceu que o encerramento do espaço existente no Choilo se deveu às condições em que ali era efetuado o depósito de resíduos, considerando que o funcionamento daquele local não cumpria os princípios e as exigências ambientais necessárias.

Referiu que naquele espaço eram depositados resíduos de diferentes naturezas, incluindo entulho, sacos com diversos materiais, móveis e madeiras, sem a necessária separação ou controlo, pelo que não estariam reunidas as condições adequadas para a continuidade daquele tipo de recolha.

Explicou que a solução atualmente em análise seria diferente, referindo, a título de exemplo, modelos existentes noutros municípios, designadamente em Sesimbra e no concelho de Palmela, mais concretamente no Pinhal Novo. Referiu que se pretende criar um espaço com contentores devidamente identificados, destinado à separação dos diferentes resíduos e sujeito a uma fiscalização rigorosa, garantindo que os materiais sejam depositados nos locais adequados.

Salientou que uma solução desta natureza teria de cumprir todos os procedimentos legais e ambientais exigíveis, envolvendo as entidades competentes, designadamente a Câmara Municipal, em articulação com a Junta de Freguesia.

Referiu que o que não poderia continuar a acontecer seria a situação atualmente existente, em que, após se ter procurado sensibilizar e educar a população para a separação dos resíduos, deixaram de existir locais adequados para o respetivo depósito, desde os ecopontos ao anterior espaço de recolha, levando a que muitas pessoas acabassem por deixar resíduos em diversos locais da freguesia.

Considerou, assim, que seria necessário combater esta situação através da criação de um espaço físico devidamente delimitado, definido e fiscalizado, que reunisse todas as condições ambientais necessárias ao seu funcionamento. Salientou que, caso essas condições não fossem garantidas, não deveria existir qualquer espaço destinado ao depósito de resíduos, sob pena de se voltar à situação anteriormente verificada.

Afirmou que esta solução havia sido proposta pela Junta de Freguesia à Câmara Municipal, existindo, segundo afirmou, um compromisso entre ambas as entidades no sentido de procurar resolver o problema da deposição de lixo e monos em diversos locais da freguesia.

Acrescentou que esta situação constitui uma preocupação diária, referindo que mantém contacto frequente com os responsáveis pelos serviços de limpeza e recolha afetos à freguesia, solicitando intervenções sempre que são identificados locais com acumulação de resíduos e com um aspeto particularmente degradado.



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE AZEITÃO
(SÃO LOURENÇO E SÃO SIMÃO)

Concluiu referindo que tem existido uma boa articulação com os serviços competentes nesta matéria e que estão a ser desenvolvidos esforços no sentido de encontrar uma solução, alertando, contudo, que, caso nada seja feito, a tendência será para o agravamento da situação. Referiu, por fim, que continuam a decorrer contactos com a Câmara Municipal, estando esta a desenvolver as diligências necessárias com vista à criação de uma solução para o problema.

Seguidamente interveio a eleita Carla Machado (CH), que começou por cumprimentar todos os fregueses presentes, a Senhora Presidente da Assembleia e o Senhor Presidente da Junta.

De seguida, salientou que o mais importante seria encontrar uma solução eficaz para o problema, independentemente do local concreto onde viesse a ser instalado um espaço destinado à deposição de resíduos.

Referiu que a recomendação menciona o Choilo por ter sido, tradicionalmente, o local associado à deposição e recolha deste tipo de resíduos, esclarecendo, contudo, que a bancada do CHEGA não vê qualquer impedimento à procura de outra localização ou solução alternativa, desde que permita resolver o problema existente.

Manifestou particular preocupação com a deposição de resíduos provenientes de obras e outros sobrantes junto dos contentores de resíduos indiferenciados, referindo que existem situações em que esses resíduos acabam por ocupar ou mesmo obstruir vias públicas. Alertou para a necessidade de evitar que situações desta natureza assumam dimensões suscetíveis de configurar problemas ambientais graves.

46

Nesse sentido, esclareceu que a recomendação apresentada pretende essencialmente contribuir para a procura de uma solução, seja através da eventual criação de um novo espaço no Choilo ou noutro terreno municipal que reúna as condições adequadas. Considerou, igualmente, viável a solução apresentada pelo Senhor Presidente da Junta relativamente à criação de um espaço devidamente organizado, delimitado e fiscalizado para esse efeito.

Concluiu manifestando a disponibilidade da bancada do CH para colaborar e contribuir com ideias ou informações que possam ajudar à resolução do problema.

Não havendo mais intervenções, a Senhora Presidente da Assembleia submeteu a votação a suprarreferida recomendação.

Submetida a votação foi a mesma aprovada por maioria com 7 votos a favor (3 por parte do Set-V, 3 por parte do CH e 1 por parte da IL), com 4 votos contra por parte do PS e 2 abstenções por parte da CDU.

Aprovada em minuta

A Senhora Presidente da Assembleia informou que se passaria à apreciação da recomendação seguinte, apresentada pela bancada do CHEGA, relativa à fiscalização dos depósitos ilegais de resíduos.



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE AZEITÃO
(SÃO LOURENÇO E SÃO SIMÃO)

O eleito **Frederico Pereira (CH)** começou por dirigir uma boa noite a todos os presentes, à Senhora Presidente da Assembleia, ao Senhor Presidente da Junta e a todos aqueles que acompanhavam os trabalhos à distância.

De seguida, procedeu à leitura da seguinte Recomendação:

- ❖ **Recomendação para diligências entre a Junta de Freguesia de Azeitão, a Câmara Municipal de Setúbal e os Serviços Municipalizados de Setúbal (SMS) para o reforço da recolha dos resíduos indiferenciados e fiscalização ao depósito ilegal de resíduos**, apresentada pela bancada do CH.
(Recomendação *apensa à ata*)

A Senhora Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao eleito Aníbal Silva (IL).

Interveio o eleito Aníbal Silva (IL), começou por cumprimentar todos os presentes e referiu ter apenas uma questão relativamente à recomendação em apreciação. Questionou concretamente onde pretendia a bancada proponente instalar os sistemas de videovigilância, salientando que, caso fossem colocados num determinado local, existia a possibilidade de as pessoas passarem a depositar os resíduos ilegalmente noutro ponto. Solicitou, assim, um esclarecimento quanto à solução concretamente proposta.

47

A Senhora Presidente da Assembleia questionou se pretendiam exercer o direito de resposta, tendo concedido a palavra ao eleito Frederico Pereira (CH).

O eleito **Frederico Pereira (CH)** referiu que, embora reconhecesse que a deposição ilegal de resíduos poderia deslocar-se para outros locais, existem zonas habitualmente utilizadas para esse efeito que são conhecidas. Considerou, assim, que seria necessário procurar soluções que permitissem aumentar a vigilância e, pelo menos, dissuadir quem procede à deposição ilegal de resíduos.

Referiu que, à semelhança do que acontece com a colocação de placas de aviso, que muitas vezes são ignoradas, seria necessário adotar outras medidas, designadamente através da instalação de sistemas de videovigilância, mesmo que estes tivessem apenas um efeito dissuasor. Salientou que seria necessário encontrar formas de afastar ou desencorajar quem pratica este tipo de comportamentos. Acrescentou que existem situações em que os resíduos são depositados em plena via pública e à luz do dia, referindo ter presenciado, juntamente com outras pessoas, situações desse género na zona de São Simão. Concluiu que a videovigilância poderia constituir uma das soluções para o problema, não afirmando que seria a solução ideal, mas considerando que seria necessário adotar medidas para combater estas práticas.

Seguidamente interveio a eleita Elisabete Fernandes (SET-V), que referiu que a bancada do Movimento Setúbal de Volta partilhava o objetivo de melhorar continuamente o serviço prestado à população nesta matéria. Contudo, considerava que a recomendação continha alguns pressupostos e apreciações que não acompanhavam integralmente a realidade do trabalho desenvolvido pelos



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE AZEITÃO
(SÃO LOURENÇO E SÃO SIMÃO)

Serviços Municipalizados e pelo Município. Por essa razão, informou que a bancada optaria pela abstenção.

De seguida, interveio o eleito João Pinto (PS), que referiu que a bancada do PS concorda em absoluto com as preocupações expressas na recomendação. Contudo, informou que a bancada do Partido Socialista optaria pela abstenção, por considerar a recomendação, em parte, redundante.

Explicou que já existe um canal de comunicação direto entre a Junta de Freguesia e os Serviços Municipalizados de Setúbal, acrescentando que a regulamentação já prevê a elaboração de relatórios semestrais com indicadores de desempenho relativos ao serviço de recolha em Azeitão. Considerou ainda que a matéria em causa deveria, eventualmente, ter sido objeto de proposta em sede de Assembleia Municipal.

Não havendo mais intervenções, a Senhora Presidente da Assembleia submeteu a votação a suprarreferida recomendação.

Submetida a votação foi a mesma aprovada por maioria com 4 votos a favor (3 por parte do CH e 1 por parte da IL) e 9 abstenções (3 por parte do Set-V, 4 por parte do PS e 2 por parte da CDU).

Aprovada em minuta

48

A Senhora Presidente da Assembleia informou que se passaria à apreciação da recomendação seguinte, igualmente apresentada pela bancada do CHEGA, relativa à limpeza urbana e à deservagem do espaço público em Azeitão.

O eleito António Ventura (CH), procedeu à leitura da seguinte Recomendação:

- ❖ **Recomendação para limpeza urbana e a deservagem dos espaços públicos em Azeitão**, apresentada pela bancada do CH.
(Recomendação *apensa à ata*)

A Senhora Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao eleito Duarte Tavares (PS).

Interveio o eleito Duarte Tavares (PS), que começou por dizer que a bancada do Partido Socialista não se opõe a recomendações que possam contribuir para a melhoria das condições de vida e para a defesa dos interesses dos azeitonenses.

Contudo, considerou que uma parte significativa das medidas constantes da recomendação já se encontra a ser assegurada pela Junta de Freguesia, entendendo, por isso, que a mesma seria, em grande medida, redundante. Salientou que seria demagógico afirmar que a situação da limpeza urbana se encontra totalmente resolvida, reconhecendo que continuam a existir arruamentos e zonas por intervencionar.



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE AZEITÃO
(SÃO LOURENÇO E SÃO SIMÃO)

Referiu, no entanto, a complexidade da gestão da limpeza urbana numa freguesia com a dimensão e dispersão territorial de Azeitão, recordando igualmente as condições climáticas verificadas durante o ano e as dificuldades operacionais que delas decorreram. Apesar disso, considerou que tem sido desenvolvido um trabalho significativo no controlo das ervas infestantes e na recuperação e limpeza dos arruamentos.

Destacou que, sobretudo desde o mês de março, tem sido notório o aumento das intervenções realizadas, referindo, a título de exemplo, trabalhos efetuados na Rua da Matosa, Rua dos Marmelinhos, Rua da Padaria, parcialmente na Rua de São Gonçalo, Aldeia de São Pedro, Aldeia da Piedade, Aldeia da Portela, bem como em diversos arruamentos da Salmoura e de Oleiros, acrescentando que outras zonas ainda serão intervencionadas brevemente.

Relativamente ao controlo da vegetação seca e às ações de desmatização, considerou que o volume de intervenções atualmente assegurado é superior ao verificado em anos anteriores, recordando a abertura de procedimentos concursais, o reforço dos meios disponíveis e a existência de uma equipa de varredura exclusiva da Junta de Freguesia.

Quanto às propostas de reforço das equipas e de otimização dos procedimentos constantes da recomendação, referiu que essas medidas já se encontram, em grande medida, em execução, nomeadamente através do reforço das equipas, da contratação externa e do aumento das intervenções previstas nos respetivos cadernos de encargos.

No que respeita às ações de sensibilização relacionadas com a deposição de monos e resíduos, referiu que já existem iniciativas nesse sentido, considerando, contudo, que os esforços de sensibilização poderão continuar a ser reforçados.

Por fim, relativamente à articulação entre as diversas entidades administrativas, salientou que já existe um canal de comunicação e articulação permanente entre a Junta de Freguesia e as entidades competentes, considerando que essa prática já corresponde ao objetivo previsto na recomendação.

Face ao exposto, informou que a bancada do Partido Socialista se iria abster, por entender que a maioria das medidas propostas já se encontra a ser desenvolvida pela Junta de Freguesia de Azeitão.

Seguidamente interveio a eleita Carla Machado (CH), referindo que a recomendação apresentada visava precisamente reforçar a necessidade de continuidade das intervenções na área da limpeza urbana e da desmatização.

Reconheceu que algumas zonas da freguesia já tinham sido intervencionadas, facto que considerava visível, mas salientou que subsistiam outras áreas onde os trabalhos ainda se encontravam por realizar. Referiu que a bancada do CHEGA também procurava dar voz ao descontentamento manifestado pela população, pretendendo, nesse sentido, chamar a atenção para as situações que ainda carecem de intervenção.

Sublinhou que a recomendação não pretendia constituir um apontar de dedo ao Executivo, mas sim um reforço da necessidade de prosseguir o trabalho em curso. Referiu, inclusivamente, que a própria recomendação fazia referência à Rua dos Marmelinhos, tendo verificado que, entretanto, já havia sido efetuada a respetiva desmatização.

Acrescentou que a bancada reconhecia igualmente o trabalho já desenvolvido e os constrangimentos existentes, tendo em consideração que o atual Executivo se encontrava ainda em funções há menos



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE AZEITÃO
(SÃO LOURENÇO E SÃO SIMÃO)

de um ano. Salientou, contudo, que, enquanto oposição, cabia também à sua bancada dar voz aos fregueses e às situações que continuavam a necessitar de resposta.

Não havendo mais intervenções, a Senhora Presidente da Assembleia submeteu a votação a suprarreferida recomendação.

Submetida a votação foi a mesma aprovada por maioria com 7 votos a favor (3 por parte do CH, 3 por parte do Set-V e 1 por parte da IL) e 6 abstenções (4 por parte do PS e 2 por parte da CDU).

Aprovada em minuta

A Senhora Presidente da Assembleia informou que se passaria à apreciação da moção seguinte, igualmente apresentada pela bancada do CHEGA, relativa à defesa do património da arrábida.

A eleita Carla Machado (CH), procedeu à leitura da seguinte Moção:

- ❖ **Moção - Em defesa do património da Arrábida – as praias são do povo português**, apresentada pela bancada do CH.
(Moção *apensa à ata*)

50

A Senhora Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao eleito Aníbal Silva (IL).

Interveio o eleito Aníbal Silva (IL), que começou por referir que a bancada da Iniciativa Liberal partilhava plenamente a preocupação com a proteção da Arrábida e com a preservação do acesso das populações às suas praias.

Contudo, considerou que a Assembleia deveria adotar uma posição prudente, tendo em conta a existência de um processo judicial em curso. Salientou que não competia aos órgãos políticos substituir os tribunais na determinação da natureza jurídica dos terrenos em litígio, cabendo-lhes, antes, defender o interesse público, acompanhar o processo e exigir que a Câmara Municipal estivesse preparada para salvaguardar os interesses dos setubalenses, qualquer que fosse a decisão judicial. Por essa razão, referiu que a bancada acompanhava o objetivo da iniciativa, mas não algumas das suas formulações, por entender que estas antecipavam conclusões cuja determinação competia exclusivamente aos tribunais.

Concluiu, informando que a posição da bancada da Iniciativa Liberal seria de abstenção.

Seguidamente interveio a eleita Elisabete Fernandes (SET-V), que referiu que a bancada do Movimento Setúbal de Volta entendia que a defesa da Arrábida constituía uma causa que ultrapassava diferenças partidárias.

Salientou que as praias da Arrábida faziam parte do património natural, ambiental e identitário da região, devendo continuar a constituir espaços de acesso público. Nesse sentido, afirmou que o Movimento acompanhava todas as iniciativas que contribuíssem para a defesa daquele património, reafirmando a posição de que as praias da Arrábida são públicas e devem continuar acessíveis a todos.



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE AZEITÃO
(SÃO LOURENÇO E SÃO SIMÃO)

Concluiu referindo que, com esse espírito, a bancada do Movimento Setúbal de Volta votaria favoravelmente a moção.

De seguida interveio o eleito Fábio Casalão (PS), que declarou que a bancada subscrevia integralmente a moção em defesa do património da Arrábida.

Contudo, considerou estranho que a iniciativa fosse apresentada pelo CHEGA, tendo em conta que este partido havia votado favoravelmente a proposta *Arrábida sem Carros*. Entendeu que os condicionalismos excessivos e restritivos ao acesso às praias da Arrábida poderiam facilitar os interesses de quem pretendesse privatizá-las, considerando o CHEGA cúmplice dessa situação.

Disse que a bancada do PS votaria favoravelmente a moção, desde que fosse retirado ou alterado o ponto n.º 3.

Em resposta, interveio a eleita Carla Machado (CH), que esclareceu que uma coisa era a privatização do domínio público marítimo e outra, distinta, era o acesso às praias em consequência de eventuais catástrofes ou da degradação das estradas.

Nesse sentido, afirmou que a bancada do CH não retiraria o ponto n.º 3 da moção, por entender que o mesmo constituía uma defesa da manutenção das praias como espaços públicos. Considerou que a privatização do areal não se confundia com o acesso, a mobilidade ou as condições de circulação para as praias, criticando a mistura destes assuntos.

Concluiu reafirmando que a bancada não aceitaria a retirada do referido ponto.

51

Interveio o eleito Duarte Tavares (PS), que considerou existir alguma confusão relativamente à posição anteriormente expressa.

Referiu que, conforme havia sido mencionado pelo eleito Fábio Casalão, a questão do programa *Arrábida sem Carros* deveria ser analisada tendo em conta todas as sensibilidades envolvidas, salientando, contudo, que as restrições à acessibilidade tinham sido excessivas e desproporcionais, sem que tivessem sido disponibilizadas alternativas reais que permitissem aos fregueses um acesso efetivo às praias, as quais, conforme referido na moção, são de todos.

Esclareceu que o PS não havia votado favoravelmente o programa *Arrábida sem Carros*, ao contrário do partido CHEGA.

Relativamente ao ponto n.º 3, explicou que a alteração pretendida pelo eleito Fábio Casalão consistia apenas em substituir a menção ao CHEGA pela menção à Assembleia de Freguesia de Azeitão, mantendo-se o restante teor. Referiu que a formulação proposta, segundo a qual o direito de propriedade privada é um pilar constitucional que o CHEGA defende acerrimamente, deveria ser substituída, tendo em conta a prática adotada noutras recomendações e moções, nas quais se faz referência à Assembleia de Freguesia de Azeitão quando o sentido da posição é favorável.

Reiterou que a bancada do PS votaria favoravelmente a moção, nos termos propostos.

Em resposta, interveio novamente a eleita Carla Machado (CH), que reiterou que o programa *Arrábida sem Carros* não estava relacionado com a questão da privatização, tratando-se de assuntos distintos que, no entendimento da bancada, deveriam ser analisados separadamente.



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE AZEITÃO
(SÃO LOURENÇO E SÃO SIMÃO)

Salientou que uma coisa era a mobilidade e outra, completamente diferente, era a propriedade privada e o domínio público marítimo.

Interveio novamente o eleito Duarte Tavares (PS), que considerou existir alguma confusão na discussão, esclarecendo que compreendia a distinção entre a privatização e as acessibilidades às praias.

Referiu, contudo, que era necessário atender às consequências práticas do programa *Arrábida sem Carros*, designadamente às restrições desproporcionais à acessibilidade às praias, sem que tivessem sido asseguradas alternativas eficientes. Considerou que tal situação poderia conduzir a uma diminuição da frequência das praias, favorecendo, na sua perspetiva, os interesses de quem pretendesse privatizá-las.

Concluiu reconhecendo a existência de uma divergência de opiniões e afirmando que não seria necessário prolongar o debate.

De seguida, interveio o eleito David Marques (SET-V), que, dirigindo-se à Senhora Presidente, cumprimentou, na sua pessoa, todos os presentes e quem acompanhava os trabalhos.

Referiu que, no seu entendimento, estava a ocorrer alguma confusão e que pretendia apenas esclarecer o sentido das posições apresentadas. Recordou que a referência ao programa *Arrábida sem Carros* havia sido inicialmente feita pelo eleito Fábio Casalão, tendo o eleito Duarte Tavares esclarecido posteriormente que a alteração pretendida ao ponto n.º 3 consistia em substituir a menção ao CHEGA pela referência à Assembleia de Freguesia de Azeitão.

Salientou que, entretanto, o eleito Duarte Tavares voltara a abordar o programa *Arrábida sem Carros* enquanto a bancada do Movimento Independente acompanhava o entendimento da bancada do CHEGA de que a questão da propriedade privada não se confundia com as acessibilidades ou a mobilidade.

Concluiu referindo que pretendia apenas esclarecer a posição da bancada, não tendo intenção de criticar, mas considerando que estavam a ser misturados assuntos distintos.

Não havendo mais intervenções, a Senhora Presidente da Assembleia submeteu a votação a suprarreferida moção.

Submetida a votação foi a mesma aprovada por maioria com 12 votos a favor (4 por parte do PS, 3 por parte do Set-V, 3 por parte do CH e 2 por parte da CDU) e 1 abstenções por parte da IL.

Aprovada em minuta

A Senhora Presidente da Assembleia informou que se passaria, de seguida, à apreciação das recomendações da Iniciativa Liberal, começando pela Recomendação pela resolução definitiva dos problemas da Rua de São Gonçalo e pela responsabilização na execução das obras públicas.

O eleito Aníbal Silva (IL), procedeu à leitura da seguinte Recomendação:



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE AZEITÃO
(SÃO LOURENÇO E SÃO SIMÃO)

- ❖ **Recomendação pela resolução definitiva dos problemas da Rua de São Gonçalo e pela responsabilização na execução das obras públicas**, apresentada pela bancada do IL.
(Recomendação *apensa à ata*)

A Senhora Presidente da Assembleia concedeu a palavra à Elisabete Fernandes (SET-V).

Interveio a eleita Elisabete Fernandes (SET-V), que referiu que a bancada do Movimento Setúbal de Volta partilhava a preocupação com a necessidade de resolver definitivamente os problemas da Rua de São Gonçalo.

Contudo, salientou que o Município já havia deliberado avançar com a empreitada destinada precisamente a responder a essas necessidades, encontrando-se o respetivo procedimento em desenvolvimento.

Por outro lado, referiu que a bancada não dispunha de elementos que lhe permitissem acompanhar as conclusões constantes da recomendação relativamente a eventuais responsabilidades pela execução de intervenções anteriores.

Nestes termos, informou que o Movimento Setúbal de Volta optaria pela abstenção.

De seguida, interveio o eleito Frederico Pereira (CH), que informou que a bancada do CHEGA votaria favoravelmente a recomendação, apresentando, contudo, algumas ressalvas relativamente aos pontos n.ºs 1 e 2.

Relativamente ao ponto n.º 1, na qual indica que a Rua de São Gonçalo havia sido alvo de intervenções públicas ao longo dos anos, esclareceu que, nos últimos 20 anos, tinha ocorrido apenas uma intervenção a nível de obras públicas na primeira parte da rua e, que a segunda parte, entre o Café Star e a Rotunda da Carroça, tinha sido objeto de duas intervenções previstas que acabaram por não se concretizar, permanecendo aquela zona sem a intervenção necessária.

Quanto ao ponto n.º 2, esclareceu que não haviam sido realizadas obras de renovação da rede de abastecimento de água, conforme referido na recomendação. Explicou que, na parte final da Rua de São Gonçalo, tinha sido executada uma intervenção na rede de saneamento, encontrando-se a intervenção relativa à rede de abastecimento de água ainda em projeto, sem ter avançado.

Concluiu reiterando que, apesar destas ressalvas, a bancada do CHEGA votaria favoravelmente a recomendação.

Não havendo mais intervenções, a Senhora Presidente da Assembleia submeteu a votação a suprarreferida recomendação.

Submetida a votação foi a mesma aprovada por maioria com 8 votos a favor (4 por parte do PS, 3 por parte do CH e 1 por parte da IL) e 5 abstenções (3 por parte do Set-V e 2 por parte da CDU).

Aprovada em minuta



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE AZEITÃO
(SÃO LOURENÇO E SÃO SIMÃO)

A Senhora Presidente da Assembleia anunciou a apreciação da recomendação seguinte, apresentada pela Iniciativa Liberal, intitulada "Pela transparência tarifária, eficiência na gestão dos resíduos e reforço da reciclagem".

O eleito Aníbal Silva (IL), procedeu à leitura da seguinte Recomendação:

- ❖ **Recomendação pela transparência tarifária, eficiência na gestão de resíduos e reforço da reciclagem**, apresentada pela bancada do IL.
(Recomendação *apensa à ata*)

A Senhora Presidente da Assembleia concedeu a palavra à eleita Elisabete Fernandes (SET-V).

Interveio a eleita Elisabete Fernandes (SET-V), que referiu que a bancada do Movimento Setúbal de Volta partilhava os objetivos de reforçar a transparência, promover a reciclagem e melhorar continuamente a gestão dos resíduos.

No entanto, salientou que a bancada não acompanhava integralmente a fundamentação e a caracterização da situação constantes da recomendação, pelo que optaria pela abstenção.

54

Não havendo mais intervenções, a Senhora Presidente da Assembleia submeteu a votação a suprarreferida recomendação.

Submetida a votação foi a mesma aprovada por maioria com 8 votos a favor (4 por parte do PS, 3 por parte do CH e 1 por parte da IL) e 5 abstenções (3 por parte do Set-V e 2 por parte da CDU).

Aprovada em minuta

A Senhora Presidente da Assembleia anunciou a apreciação da recomendação seguinte, apresentada pela bancada da Iniciativa Liberal, intitulada "Pela melhoria da eficiência da limpeza urbana e controlo de vegetação na freguesia de Azeitão".

O eleito Aníbal Silva (IL), procedeu à leitura da seguinte Recomendação:

- ❖ **Recomendação pela melhoria da eficiência e qualidade dos serviços de limpeza urbana e controlo de vegetação na freguesia de Azeitão**, apresentada pela bancada do IL.
(Recomendação *apensa à ata*)

O eleito Aníbal Silva (IL) aproveitou a intervenção para referir que, pela primeira vez naquele ano, tinham sido utilizadas varredoras que já não dispunham do sistema de rega do asfalto anteriormente existente.



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE AZEITÃO
(SÃO LOURENÇO E SÃO SIMÃO)

Considerou que, durante o processo de varredura, as máquinas levantavam uma quantidade significativa de poeira, situação que, nas zonas onde ocorria, era altamente incomodativa, acabando o pó por se depositar junto às habitações. Acrescentou que, posteriormente, a passagem do camião para recolha do pó provocava novamente poeira, dificultando a circulação na rua naquele momento.

Nesse sentido, sugeriu que, antes da passagem da varredora, fosse utilizado um camião-tanque ou outro equipamento que permitisse lavar a estrada, ou que as varredoras passassem a ser utilizadas noutras alturas.

Reconheceu que a limpeza das ruas era necessária, mas considerou que aquelas varredoras não funcionavam adequadamente, nas condições em que estavam a ser utilizadas.

Interveio o Vogal Gil Raposo, que confirmou que, numa fase inicial, a varredora dispunha de um mecanismo próprio de rega, com aspersores destinados a evitar que a escova levantasse poeira, bem como de mecanismos de água na parte traseira, junto ao motor, para conter a dispersão do pó.

O eleito Aníbal Silva (IL) questionou se essa função da varredora está a ser usada.

O Vogal Gil Raposo disse que sim, esclarecendo que, numa fase inicial, o sistema não se encontrava devidamente afinado, mas que, entretanto, tinha sido melhorado. Acrescentou que, caso ainda fosse necessário, competiria à Junta continuar a aperfeiçoar o seu funcionamento.

De seguida interveio o eleito Fábio Casalão (PS), que referiu que a bancada concordava, na generalidade, com o conteúdo do documento, considerando, contudo, que era exigido um maior controlo de qualidade.

Salientou que, para assegurar esse controlo, seriam necessários mais recursos, os quais a Junta de Freguesia não tinha atualmente, pelo que tal reforço poderia implicar deixar de prestar outros serviços. Pelo que, nessas condições, a bancada não poderia integrar integralmente o teor da recomendação.

Em resposta, interveio o eleito Aníbal Silva (IL), que reconheceu a falta de recursos e mencionou que, nesse sentido, havia sido aprovado um orçamento que previa precisamente o reforço do número de trabalhadores naquela área. Manifestou a expectativa de que os mesmos fossem disponibilizados com a maior brevidade, de forma a fazer face à situação identificada.

De seguida, interveio o eleito Nelson Santos (SET-V), que cumprimentou a Senhora Presidente da Assembleia, o Senhor Presidente da Junta, os membros da Assembleia, os fregueses presentes e os que acompanhavam os trabalhos através dos meios digitais.

Referiu que a bancada do Movimento Setúbal de Volta apreciava o apontamento apresentado pela Iniciativa Liberal, mas considerou importante ressaltar que a Iniciativa Liberal integrava o Executivo da Junta de Freguesia. Nesse sentido, salientou que muitas das preocupações manifestadas poderiam ser equacionadas e trabalhadas através de uma ação executiva conjunta, com maior partilha de informação e uma proximidade cada vez mais eficaz entre os membros do Executivo.



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE AZEITÃO
(SÃO LOURENÇO E SÃO SIMÃO)

Seguidamente interveio o Senhor Presidente da Junta de Freguesia, que assegurou existir total transparência no âmbito do Executivo, esclarecendo que todos os processos e todas as ações desenvolvidas eram partilhados, não havendo qualquer membro colocado de parte.

Salientou que o Executivo constituía um bloco único, independentemente dos pontos de vista políticos, referindo que, quando tomou conhecimento da recomendação, havia questionado o vogal Jorge Jesus sobre a existência de articulação entre os membros do Executivo. Considerou que, existindo essa articulação, não faria sentido a apresentação da recomendação, embora reconhecesse tratar-se de uma questão política.

Reafirmou que, independentemente da força política, todos os membros do Executivo eram envolvidos nas decisões, sendo as propostas discutidas, as opiniões ouvidas e as soluções ponderadas em conjunto. Concluiu que, apesar de cada membro ter as suas funções, existia unanimidade relativamente às decisões tomadas e que a transparência constituía precisamente essa prática.

Em resposta, interveio o eleito Nelson Santos (SET-V), que esclareceu que, em momento algum, havia sido questionada a transparência do Executivo. Referiu que a sua intervenção se destinava apenas a salientar a importância de uma maior entreaajuda, partilha de informação e articulação na atuação, reiterando que a transparência não estava em causa.

De seguida, interveio o Vogal Jorge Jesus, que confirmou a existência de partilha de informação e de assunção conjunta de responsabilidades no âmbito do Executivo. Esclareceu que, embora alguns membros estivessem mais ligados ao trabalho no terreno e outros a funções de natureza mais operacional ou administrativa, as responsabilidades eram partilhadas por todos.

Aludiu que a bancada da Iniciativa Liberal tinha a sua própria voz e liberdade para apresentar as propostas que entendesse, à semelhança das restantes bancadas. Considerou que a recomendação demonstrava uma preocupação com o estado da limpeza urbana e da vegetação, preocupação essa que também era partilhada pelo Executivo, conforme havia sido anteriormente referido pelo Senhor Presidente da Junta.

Acrescentou que a questão do reforço de meios já estava prevista no orçamento, encontrando-se o Executivo a aguardar a concretização desse reforço. Concluiu que era saudável que as bancadas trouxessem à Assembleia as preocupações transmitidas pelas populações, não considerando que a apresentação da recomendação colocasse em causa a integridade ou a posição do Executivo, uma vez que as bancadas tinham plena liberdade para apresentar propostas e formular preocupações.

Por fim, interveio o eleito Aníbal Silva (IL), que explicou ter ponderado se deveria apresentar a recomendação, mas que, em última análise, estava na Assembleia para representar a Iniciativa Liberal e, sobretudo, os habitantes de Azeitão.

Expôs que, após uma deslocação pelos Brejos de Azeitão, havia constatado que a situação identificada era generalizada, não se limitando à sua rua ou às ruas próximas. Por esse motivo, considerou que não ficaria de consciência tranquila se não apresentasse uma situação que sabia estar a ser tratada pelo Executivo, embora reconhecesse que o processo tinha começado mais tarde do que seria desejável. Terminou afirmando que, perante a dimensão generalizada do problema, entendeu ser seu dever apresentar a recomendação.



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE AZEITÃO
(SÃO LOURENÇO E SÃO SIMÃO)

Não havendo mais intervenções, a Senhora Presidente da Assembleia submeteu a votação a suprarreferida recomendação.

Submetida a votação foi a mesma aprovada por maioria com 7 votos a favor (3 por parte do Set-V, 3 por parte do CH e 1 por parte da IL) e 6 abstenções (4 por parte do PS e 2 por parte da CDU).

Aprovada em minuta

A Senhora Presidente da Assembleia anunciou que se passaria, de seguida, à apreciação da saudação apresentada pela CDU, intitulada "A luta dos trabalhadores e a derrota do pacote laboral".

O eleito Diamantino Estanislau (CDU) começou por cumprimentar os presentes e os que acompanhavam os trabalhos à distância.

De seguida, procedeu à leitura da seguinte Saudação:

❖ **Saudação - À luta dos trabalhadores e à derrota do Pacote Laboral**, apresentada pela bancada da CDU.

(Saudação apenas à ata)

57

A Senhora Presidente da Assembleia concedeu a palavra à eleita Carla Machado (CH).

Interveio a eleita Carla Machado (CH), que começou por referir que apreciava as saudações e moções apresentadas pela CDU, por lhe fazerem recordar o período do Processo Revolucionário em Curso (PREC).

Considerou que a saudação constituía uma tentativa do PCP de se apropriar da luta dos trabalhadores, salientando que esta classe abrangia diversas profissões, incluindo médicos, engenheiros, informáticos, professores e operários, não se limitando aos trabalhadores fabris.

Contrapôs à afirmação constante da saudação que a derrota do Pacote Laboral resultara da força da luta organizada dos trabalhadores e do contributo dos sindicatos, afirmando que a vitória dos trabalhadores havia sido concretizada pelos próprios trabalhadores, pela sociedade civil e também pelo bom senso do partido CHEGA, e não pelos três deputados do PCP. Acrescentou que se tratava do mesmo partido que, segundo afirmou, era frequentemente apontado e acusado de fascismo.

Relativamente à referência a uma grande vitória no plano social, político e ideológico, considerou que o ciclo histórico do PCP em Portugal estaria próximo do fim, aludindo ao papel que o voto útil poderia desempenhar nesse contexto.

Por fim, referiu-se às conquistas alcançadas ao longo de décadas de luta, muitas delas consagradas após o 25 de Abril, afirmando que haviam sim sido consagradas após o 25 de Novembro, acontecimento que, no seu entendimento, teria impedido que o País evoluísse para um estado de anarcocomunismo.



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE AZEITÃO
(SÃO LOURENÇO E SÃO SIMÃO)

De seguida interveio o eleito Aníbal Silva (IL), que manifestou a sua recusa em acompanhar a saudação, com base nos fundamentos seguintes.

Começou por afirmar que a Iniciativa Liberal respeitava profundamente o direito constitucional à greve, a organização sindical e a negociação coletiva, considerando tratar-se de direitos fundamentais de um Estado de direito democrático que deveriam continuar plenamente garantidos.

Não obstante, defendeu que o respeito por esses direitos não poderia impedir o debate sobre as reformas de que o País necessitava. Referiu que, conforme recentemente divulgado na comunicação social, o crescimento económico registado nos últimos anos se teria devido essencialmente ao aumento da população, e não à criação efetiva de riqueza, mantendo Portugal na cauda da União Europeia e num processo de empobrecimento relativo face à média europeia.

Neste contexto, considerou evidente a necessidade de implementar reformas estruturais que aumentassem a produtividade, reforçassem a competitividade das empresas e criassem melhores oportunidades para os trabalhadores.

Afirmou que essa oportunidade se havia perdido com o chumbo do Pacote Laboral, que atribuiu a calculismo eleitoral e falta de sentido de Estado, por se terem colocado interesses ideológicos acima do interesse nacional. Considerou ainda que, ao rejeitar sucessivamente reformas destinadas a modernizar o mercado de trabalho, a esquerda contribuía para perpetuar um modelo económico pouco competitivo, limitando o investimento, travando a criação de emprego qualificado e condenando o País à estagnação económica e ao empobrecimento continuado.

Por fim, defendeu que a verdadeira defesa dos trabalhadores se fazia através de uma economia dinâmica e competitiva, capaz de gerar mais emprego, carreiras mais qualificadas e salários mais elevados, e não através da transformação de qualquer proposta de modernização das relações laborais num alegado ataque aos direitos conquistados.

58

Seguidamente interveio Nelson Santos (SET-V), que começou por salientar que a temática dos direitos dos trabalhadores e do Pacote Laboral merecia muita atenção e carinho, revelando que todos precisamos de todas as estruturas representativas dos trabalhadores.

Afirmou que a bancada do Movimento Setúbal de Volta reconhecia a importância dos direitos dos trabalhadores, designadamente a negociação coletiva e o diálogo social e valores essenciais num Estado de direito democrático.

Contudo, considerou que a Assembleia de Freguesia deveria concentrar a sua atividade, prioritariamente, nas questões diretamente relacionadas com a freguesia de Azeitão e com a vida dos seus habitantes.

Por essas razões, embora considerasse a saudação um reconhecimento interessante e gratificante, a bancada do Movimento Setúbal de Volta não poderia votar a favor, por entender que a matéria se encontrava desenquadrada daquilo que justificava a intervenção da Assembleia.

Em resposta, interveio o eleito Diamantino Estanislau (CDU), que começou por lamentar a posição assumida pela bancada do CHEGA, considerando que, num País em que se vive em liberdade, não deveria procurar limitar a apresentação de outras propostas ou a existência de diferentes tendências políticas.



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE AZEITÃO
(SÃO LOURENÇO E SÃO SIMÃO)

Esclareceu que a saudação apresentada pela CDU não se referia exclusivamente aos trabalhadores fabris ou mineiros, abrangendo todos os trabalhadores, independentemente da sua categoria profissional, quer sejam engenheiros, doutores, arquitetos e ou outros trabalhadores.

Afirmou que a saudação pretendia homenagear o povo trabalhador português e todos aqueles que lutaram para impedir o avanço do Pacote Laboral. Criticou, nesse contexto, a posição assumida pelo CHEGA, alegando que, depois de ter garantido que votaria favoravelmente, acabou por votar contra o Pacote Laboral, alterando a sua posição no momento da votação por razões relacionadas com dificuldades políticas.

Por fim, lamentou o que considerou ser a utilização recorrente daquele tipo de linguagem pela eleita Carla Machado relativamente ao PCP e aos trabalhadores.

A eleita Carla Machado (CH) afirmou que não pretendia alimentar o debate, reconhecendo que a CDU tinha legitimidade para apresentar a saudação e defender a sua posição. Contudo, reiterou que, do seu ponto de vista, a iniciativa constituía uma tentativa do PCP de se apropriar politicamente da luta dos trabalhadores, salientando que essa era uma opinião legítima da sua bancada, tal como a CDU tinha legitimidade para a contestar.

Esclareceu que considerava não ter utilizado qualquer linguagem imprópria nem ofendido ninguém.

A Presidente da Assembleia apelou que não se entrasse em diálogo.

Pediu para intervir o eleito Hercílio Ferreira (CDU), que começou por se referir à intervenção do eleito Aníbal Silva (IL), designadamente à importância atribuída à produtividade das empresas.

Considerou que a produtividade não poderia ser analisada apenas numa perspetiva de redução dos direitos dos trabalhadores, nomeadamente através do despedimento sem justa causa, do ataque à contratação coletiva ou do aumento da precariedade laboral. Referenciou as dificuldades dos jovens em construir uma carreira profissional, num contexto marcado por baixos salários.

Afirmou que a direita e a extrema-direita apresentavam uma visão diferente da economia e do seu desenvolvimento, defendendo que deveriam ser consideradas questões como o investimento nas empresas, a modernização tecnológica e os custos da eletricidade e das comunicações, especialmente relevantes para as pequenas e médias empresas, que representam uma parte significativa do tecido empresarial nacional.

Salientou que cerca de um milhão de trabalhadores auferiam menos de mil euros brutos mensais, questionando a ideia de que o ataque aos direitos dos trabalhadores pudesse ser justificado com o argumento da promoção da produtividade, do crescimento económico e do aumento dos salários.

Referiu que existiam grandes empresas com lucros elevados que, ainda assim, não aumentavam os salários dos trabalhadores, verificando-se uma crescente concentração da riqueza, que seria distribuída pelos acionistas, enquanto os trabalhadores permaneciam sujeitos a baixos salários e a condições de maior precariedade.

Acrescentou que o salário mínimo nacional se encontra cada vez mais próximo do salário médio, considerando que estes factos contrariavam os argumentos apresentados por outras forças políticas. Concluiu que se verificava um desequilíbrio e uma desigualdade cada vez mais acentuados na



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE AZEITÃO
(SÃO LOURENÇO E SÃO SIMÃO)

distribuição da riqueza e que a criação de riqueza não significava, necessariamente, a sua distribuição pelos trabalhadores.

Em resposta, interveio o eleito Aníbal Silva (IL), que afirmou que os países com legislação laboral mais favorável, conforme previsto em parte no Pacote Laboral, eram atualmente mais ricos do que Portugal. Em contraponto, referiu que, nos países que, no seu entendimento, seguem a orientação política defendida pelo PCP, as populações enfrentavam dificuldades económicas, dando como exemplo Cuba, onde, segundo afirmou, chegava a faltar sal, apesar de se tratar de uma ilha rodeada de água salgada. Considerou que tal situação evidenciava a falta de iniciativa associada às políticas defendidas pelo PCP. Por fim, mencionou como exemplos de países com políticas mais liberais e onde, segundo afirmou, as populações viviam melhor, a Dinamarca, os Países Baixos, a Alemanha e a Suécia, acrescentando que apenas conhecia Cuba como exemplo de um país que seguia a orientação política do PCP.

Voltou a intervir o eleito Hercílio Ferreira (CDU), que salientou que a luta dos trabalhadores pela preservação dos seus direitos não se verificava apenas em Portugal, existindo também grandes manifestações e movimentos de luta dos trabalhadores noutros países, nomeadamente na Europa.

De seguida interveio o eleito Frederico Pereira (CH), que afirmou partilhar, em parte, a opinião do eleito Nelson Santos (SET-V), no sentido de que aquela matéria não deveria ser objeto de debate naquela Assembleia.

Referiu, contudo, que pretendia deixar uma nota sobre a necessidade de o país se adaptar às transformações tecnológicas, designadamente ao desenvolvimento da inteligência artificial. Mencionou a sua atividade profissional nas áreas dos sistemas de informação, da cibersegurança e da inteligência artificial, alertando que, se Portugal não acompanhasse essa evolução, poderia perder muitos postos de trabalho.

Defendeu que a legislação laboral também teria de se adaptar, considerando que, apesar da luta dos trabalhadores e das manifestações, o país teria necessariamente de mudar, sob pena de enfrentar um futuro muito difícil.

No que respeita à discussão sobre os salários, os trabalhadores e os acionistas, afirmou que nem todas as pessoas tinham possibilidade de escolher o local onde trabalhavam e que a evolução dos salários não dependia apenas das empresas, mas também das más opções legislativas e políticas adotadas. Referiu, a este propósito, a imigração que considerou descontrolada, esclarecendo, contudo, que não era contra a imigração, mas a favor de uma imigração controlada e legal.

Aludiu à sua própria experiência de emigração para os Estados Unidos da América, onde afirmou ter gostado de viver e de apreciar o respetivo sistema, salientando, porém, que havia emigrado legalmente e que, posteriormente, regressara a Portugal.

Reiterou que o país teria de se adaptar às novas realidades e que algumas das questões suscitadas em torno do Pacote Laboral poderiam estar relacionadas com a necessidade de proceder a essas mudanças, as quais, no seu entendimento, ocorreriam de forma voluntária ou, caso contrário, de forma imposta pelas circunstâncias.

Por fim, referiu o anúncio da Volkswagen, na Alemanha, relativo à eliminação de cerca de 100 000 postos de trabalho, como exemplo da evolução que se verificava no setor automóvel, concluindo que



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE AZEITÃO
(SÃO LOURENÇO E SÃO SIMÃO)

o país atravessava uma evolução complexa e que não pretendia prolongar mais o debate sobre aquela matéria.

Não havendo mais intervenções, a Senhora Presidente da Assembleia submeteu a votação a suprarreferida saudação.

Submetida a votação foi a mesma reprovada por maioria com 6 votos a favor (4 por parte do PS e 2 por parte da CDU) e 7 votos contra (3 por parte do Set-V, 3 por parte do CH e 1 por parte da IL).

Não havendo mais intervenções ou questões, a Senhora Presidente da mesa da Assembleia deu início ao período da ordem do dia.

III - Período da Ordem do Dia

1. Informação do Presidente da Junta de Freguesia acerca da atividade da junta e da situação financeira da freguesia

O Senhor Presidente da Junta informou que o documento havia sido remetido a todos os eleitos, referindo que procurava refletir, de forma cada vez mais detalhada, a atividade desenvolvida, e procurando perceber qual era a perceção dos restantes membros, tendo em conta a discussão que vinha sendo feita sobre a sua elaboração.

Referiu que o processo estava a ser progressivamente agilizado, embora houvesse sempre aspetos a melhorar. Salientou, em termos gerais, o empenho do Executivo na melhoria dos procedimentos, destacando o aumento da atividade administrativa e do volume de documentação, bem como a necessidade de continuar a utilizar, internamente, os meios e mecanismos mais adequados para agilizar os processos.

Acrescentou que esta seria uma preocupação recorrente, considerando o aumento da população e, consequentemente, das solicitações dirigidas à Junta. Concluiu, manifestando a disponibilidade do Executivo para acolher sugestões que contribuíssem para melhorar o documento, questionando se algum dos presentes teria algo a acrescentar.

A Senhora Presidente da Mesa informou os eleitos poderiam interpelar o Executivo sobre matéria em apreço, caso o entendessem, dando de seguida a palavra ao eleito Nelson Santos (SET-V).

No uso da palavra, o eleito Nelson Santos (SET-V) começou por reconhecer, de forma positiva, o cuidado e o trabalho que têm vindo a ser desenvolvidos pelo Executivo, considerando que esse esforço tem produzido resultados.

Não obstante, referiu que alguns fregueses lhe haviam transmitido preocupações relativamente a determinadas situações, que a bancada também partilhava, considerando que o Executivo delas teria conhecimento e estaria a acompanhar a sua resolução. Destacou, nesse sentido, algumas das questões que considerava mais relevantes, designadamente:



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE AZEITÃO
(SÃO LOURENÇO E SÃO SIMÃO)

- A existência de entulho, há alguns meses, junto ao parque infantil de Vendas, situação que suscitava preocupações tanto pelo impacto visual como por eventuais questões de saúde pública;
- Alguns incidentes na escola da Brejoeira, relacionadas com a falta de sanitas e com pequenas obras de manutenção da responsabilidade da Junta de Freguesia;
- Uma situação mais recente, verificada no próprio dia, por ocasião de um evento relacionado com o final das aulas, que motivou uma maior afluência de pais ao estabelecimento escolar. Nesse contexto, foram transmitidas à bancada algumas preocupações quanto à existência de mato nas imediações da escola. Esclareceu que, pessoalmente, não tinha estado no local nem confirmado a situação, mas que, tendo a mesma sido referida por várias pessoas, considerava importante dar conhecimento da preocupação ao Executivo.
- Referiu ter recebido, igualmente, algumas observações relacionadas com o sistema de rega, nomeadamente quanto à utilização de jerricãs e baldes para a rega dos jardins e para a realização de trabalhos de manutenção, na ausência de uma viatura adequada ou perante alguma insuficiência do sistema existente.

Reconheceu o esforço acrescido dos trabalhadores que executavam essas tarefas manualmente, considerando, contudo, que se tratava de um método mais demorado e que a afetação de trabalhadores a essas funções poderia significar a sua falta noutros locais. Nesse sentido, questionou o Executivo sobre a existência de algum plano para resolver aquela situação.

Concluiu referindo que pretendia ser porta-voz das preocupações transmitidas pelos fregueses, solicitando os devidos esclarecimentos, de modo a poder igualmente transmitir-lhes essa informação.

62

Terminada a intervenção do eleito Nelson Santos (SET-V), interveio o eleito Diamantino Estanislau (CDU).

No uso da palavra, o eleito Diamantino Estanislau (CDU) começou por colocar algumas questões ao Executivo relativamente à informação constante do documento, designadamente:

Relativamente à gestão e manutenção dos espaços verdes, chamou a atenção para a situação da praceta situada no início da Rua Poeta Calafate, incluindo a zona das traseiras, cuja resolução havia sido anunciada pelo Vogal Gil Raposo, na última Assembleia de Freguesia, no prazo de uma semana. Referiu que a situação se mantinha, com a relva seca nas traseiras dos prédios e sem qualquer rega, questionando se teria ocorrido algum problema com o programador ou com o sistema de rega. Salientou que os canteiros existentes em redor dos prédios se encontravam totalmente secos. Quanto à limpeza do parque infantil, do mesmo local, referiu que o parque infantil também não teria sido objeto de limpeza recentemente, encontrando-se o respetivo caixote do lixo cheio e a transbordar há algum tempo.

No que respeita à reparação de calçadas, chamou a atenção para o estado de degradação da calçada na Rua Luísa Tody, junto ao local onde se encontram os contentores do lixo, um ecoponto e, salvo erro, um oleão. Referiu que as pedras se encontravam levantadas e que já teriam ocorrido quedas naquele



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE AZEITÃO
(SÃO LOURENÇO E SÃO SIMÃO)

espaço, considerando que, apesar de se tratar de uma extensão reduzida, a reparação seria necessária, por se encontrar numa situação perigosa.

Ainda sobre a Rua Luísa Tody, entre a zona comercial e o bairro, onde existe um elevado movimento diário de peões, salientou que a degradação da calçada obrigava as pessoas a circular pelo centro da rua, esclarecendo que se referia, em particular, à zona em frente à pizzeria e não apenas à área junto aos contentores do lixo.

Sobre as Festas do Associativismo, questionou o Executivo sobre a realização das Festas do Associativismo, recordando que existia um compromisso nesse sentido e que, habitualmente, o evento decorria até ao dia 31 de maio. Perguntou se a data teria sido alterada ou se a iniciativa não se realizaria, tendo em conta a quantidade de festas que coincidiram com o mês de maio.

Quanto à divulgação das atividades da Junta, considerou que a divulgação das atividades não deveria depender exclusivamente das redes sociais. Referiu que, embora a Junta desenvolvesse muitas atividades e organizasse diversos eventos, os fregueses que não acompanhassem as redes sociais poderiam não ter conhecimento dessas iniciativas.

Nesse sentido, sugeriu que, para além da divulgação digital, fossem utilizados cartazes, folhetos ou outros meios de divulgação em espaços públicos, à semelhança do que acontecia anteriormente. Deu como exemplo as Festas da Arrábida e de Azeitão, o Festival de Jazz e outras iniciativas de que só teve conhecimento por acompanhar a página da Junta de Freguesia no Facebook.

Por fim, chamou a atenção para a existência de um placard da Junta de Freguesia em Pinhal Negreiros que deveria ser aproveitado para divulgar as atividades e outras informações relevantes para a freguesia, incluindo, quando aplicável, os editais das Assembleias de Freguesia.

Terminada a intervenção do eleito Diamantino Estanislau (CDU), interveio o eleito David Marques (SET-V).

No uso da palavra, esclareceu que a intervenção anteriormente realizada pelo eleito Nelson Santos havia constituído uma interpelação ao Executivo, não tendo ainda a bancada apresentado a sua posição relativamente à informação do Senhor Presidente da Junta.

Considerou, por isso, que seria mais adequado que o Senhor Presidente respondesse primeiro às interpelações colocadas e que, posteriormente, a Assembleia procedesse à análise da informação, de modo a evitar a mistura das duas matérias. Concluiu apresentando essa sugestão à Senhora Presidente da Mesa.

A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia acolheu a sugestão apresentada e deu a palavra ao Senhor Presidente da Junta.

O Senhor Presidente da Junta começou por responder às questões colocadas pelo eleito Nelson Santos (SET-V), começando pela situação do parque infantil de Vendas.



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE AZEITÃO
(SÃO LOURENÇO E SÃO SIMÃO)

Afirmou que os parques infantis continuam a constituir uma preocupação, uma vez que, depois de terem sido adquiridos equipamentos para praticamente todas as escolas e de alguns parques terem sido renovados, são necessárias inspeções periódicas e intervenções de manutenção mais frequentes.

Relativamente ao parque infantil de Vendas, explicou que, na sequência da queda de uma pernada sobre um baloiço, a Junta articulou-se com a Câmara Municipal de Setúbal, responsável pelo parque, tendo sido previsto o tratamento da situação. Contudo, a requisição efetuada pelos serviços da Câmara Municipal contemplava apenas as correntes e o assento do baloiço, não incluindo a estrutura, o que resultou de uma falha de comunicação interna daqueles serviços. Acrescentou que os procedimentos de aquisição são demorados, podendo decorrer, no mínimo, cerca de dois meses até à aquisição de um equipamento.

Informou que, entretanto, o baloiço já se encontrava instalado e que o parque infantil estava em pleno funcionamento. Esclareceu, contudo, que o parque e o jardim envolvente se encontravam bastante degradados, sobretudo devido às raízes das árvores, considerando que a intervenção deveria ser feita de forma integrada, abrangendo todo o espaço. Disse também que faltavam algumas estruturas metálicas de proteção no skatepark, tendo já solicitado um orçamento para a qualificação daquela área.

Salientou que não faria sentido intervir apenas no parque infantil e deixar o restante espaço degradado, uma vez que uma intervenção parcial poderia danificar outras zonas e, caso não fosse possível concluir todos os trabalhos, deixar o espaço numa situação ainda pior. Referiu ainda que, sendo natural de Vendas, conhecia a preocupação dos moradores, que lhe chamavam frequentemente a atenção para a situação, embora o assunto estivesse a ser tratado.

Esclareceu que o parque infantil de Vendas já havia sido objeto de vistoria e que, naquele momento, todos os parques infantis se encontravam em funcionamento. Explicou que, quando um equipamento não reúne condições de segurança, existem duas possibilidades, encerrar o parque ou retirar o equipamento em causa, mantendo em funcionamento os equipamentos que estejam certificados e vistoriados.

A título de exemplo, referiu a situação do parque infantil do Morango, cuja última vistoria determinara a necessidade de colocar mais dez centímetros de pedra de amortecimento, retirar a pedra existente e proceder a uma escavação até aos quarenta centímetros previstos na lei, o que resulta numa intervenção com um custo aproximado de 15.000 euros, acrescido do custo de uma nova inspeção por uma entidade externa, acrescendo que os trabalhos implicariam a utilização de camiões e máquinas, podendo também danificar o jardim envolvente.

Relativamente às escolas, informou que a situação das sanitas na escola da Brejoeira era do conhecimento da respetiva coordenadora e que as ocorrências eram comunicadas à Junta através das coordenadoras dos estabelecimentos escolares. Referiu que, sempre que recebe uma dessas comunicações, procede à análise da intervenção necessária, tendo ele próprio instalado uma nova sanita na escola da Brejoeira, resolvendo uma situação que se arrastava há vários anos.

Acrescentou que o processo relativo às quatro sanitas encastradas que se encontravam danificadas estava a ser agilizado em articulação com a Câmara Municipal de Setúbal. Explicou que, devido à natureza dos trabalhos e à presença das crianças nas escolas, as intervenções de maior dimensão



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE AZEITÃO
(SÃO LOURENÇO E SÃO SIMÃO)

deveriam ser realizadas após o encerramento do período escolar, altura em que as equipas poderiam intervir diretamente e em melhores condições.

Expôs, ainda, a existência de uma situação específica no pré-escolar de Casal de Bolinhos, onde o pavimento de um bloco havia cedido, tendo cedido a madeira e o piso. Informou que estava a ser elaborado o respetivo orçamento, de modo a que, quando a escola encerrasse, o procedimento estivesse concluído e a intervenção pudesse ser realizada de imediato.

Quanto à limpeza das escolas, afirmou que, tanto quanto era do seu conhecimento, os trabalhos tinham sido realizados, reconhecendo, contudo, que poderia surgir pontualmente uma erva ou outra. Reiterou que a Junta procurava responder sempre que lhe era comunicada qualquer situação. Deu como exemplo a intervenção realizada na escola de Vila Fresca, onde foram removidos arbustos e cepos, tendo sido também detetada e reparada uma rotura existente por baixo dos cepos, que não era visível.

Relativamente ao sistema de rega, explicou que a Junta se encontrava a enfrentar dificuldades com as viaturas disponíveis. Informou que têm estado com défice de 2 ou 3 viaturas necessárias para assegurar a mobilidade das equipas operacionais, que 4 viaturas se encontravam na oficina, sendo veículos com vários anos de utilização e para os quais começava a ser difícil encontrar material de manutenção.

Referiu que a Junta estava a procurar resolver essas situações, embora algumas viaturas apresentassem problemas mais complexos. Explicou que anteriormente não eram feitas determinadas intervenções de manutenção, como a substituição das correias de distribuição, das bombas de água e de outros componentes, e que agora, como têm sido feitas, as mesmas implicavam custos elevados, situados, em média, entre 1.500 e 2.000 euros por viatura.

Considerou, por isso, que não seria adequado continuar a assegurar a rega com jerricãs e baldes, defendendo a necessidade de a Junta dispor de uma viatura própria, equipada com cisterna.

Esclareceu, contudo, que a situação não se verificava apenas em Azeitão, existindo também zonas em Vendas, onde o sistema de rega não se encontrava totalmente interligado.

Referiu que, apesar das limitações existentes, não seria possível deixar de regar, uma vez que tal poderia agravar ainda mais a situação dos jardins. Assim, enquanto não fosse encontrada uma solução definitiva, as equipas continuariam a assegurar a rega manualmente, estando a Junta a trabalhar na resolução do problema.

Concluiu referindo que o reforço de pessoal previsto permitiria melhorar a capacidade de resposta da Junta e assegurar, de forma mais eficaz, as tarefas que ainda se encontravam em falta.

Em resposta às questões colocadas pelo eleito Diamantino Estanislau (CDU), o Senhor Presidente da Junta começou por se referir à situação da Rua Luísa Tody, junto à zona comercial.

Explicou que, embora o espaço tenha uma utilização pública, existe também uma componente privada, designadamente o estabelecimento comercial Auchan, não estando ainda totalmente clarificadas as responsabilidades pela manutenção da envolvente daquela área. Referiu que a própria Câmara



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE AZEITÃO
(SÃO LOURENÇO E SÃO SIMÃO)

Municipal de Setúbal também não estaria, neste momento, a assegurar a manutenção daquele espaço, designadamente na envolvência do espaço comercial, encontrando-se a Junta a articular-se com a Câmara para perceber até onde vão as suas competências e as responsabilidades transferidas para a Junta.

Informou que, por iniciativa da Junta, já estava a ser assegurada a manutenção até à rotunda e do jardim junto à farmácia, estando prevista, brevemente, uma intervenção naquele espaço. Relativamente à zona posterior, onde se encontram os contentores do lixo, o ecoponto e o oleão, referiu que também não estava definido quem deveria assegurar a respetiva manutenção, aguardando a Junta uma clarificação da Câmara Municipal.

Acrescentou que, inicialmente, a Junta tinha previsto proceder apenas à substituição das papeleiras. Contudo, perante a utilização abusiva daqueles equipamentos, com a colocação de sacos de lixo no chão mesmo quando as papeleiras se encontravam vazias, foi dada ordem para retirar uma das papeleiras situada junto à estrutura onde são colocados os carrinhos de compras, uma vez que a acumulação de lixo impedia o acesso aos próprios carrinhos.

Concluiu que a situação estava a ser articulada com a Câmara Municipal e que, caso fosse confirmado que a responsabilidade pela manutenção cabia à Junta, esta asseguraria a intervenção.

Relativamente às Festas do Associativismo, explicou que tinham sido equacionadas várias datas, mas que algumas já coincidiam com atividades previamente agendadas por associações e coletividades, não pretendendo a Junta prejudicar ou cortar a programação dessas entidades.

Referiu que chegou a ser considerada a data de 5 de setembro, mas que, entretanto, se verificou que a Festa de Nossa Senhora da Saúde estava marcada para a mesma ocasião. Posteriormente, foi ponderado o dia 12 de setembro, que coincidia com o início da época desportiva e com a apresentação das equipas de várias coletividades.

Perante essas circunstâncias, informou que a Junta tinha decidido não realizar, naquele ano, a apresentação conjunta dos vários projetos e atividades do movimento associativo, considerando preferível preparar a iniciativa com mais tempo e realizá-la no ano seguinte. Acrescentou que, no próximo ano, a data seria definida logo no início do ano, em articulação com as coletividades e associações, de modo a garantir melhores condições para a realização do evento.

Quanto à divulgação das atividades, reconheceu a importância dos meios em papel, mas referiu que a Junta também tem procurado divulgar as iniciativas através das redes sociais, do site oficial e de cartazes colocados em estabelecimentos comerciais. Considerou, contudo, que seria necessário encontrar, em articulação com o comércio local, a melhor forma de reforçar essa divulgação, uma vez que os folhetos distribuídos acabam frequentemente por ser deitados fora.

Referiu que o site da Junta se encontrava a funcionar plenamente e que a informação era atualizada com rapidez. Manifestou a intenção de começar também a divulgar algumas atividades promovidas pelas coletividades, reconhecendo que, por vezes, essas iniciativas acabam por passar despercebidas no meio da quantidade de informação publicada.

Relativamente ao placard existente no Pinhal Negreiros, considerou que deveria ser melhor aproveitado para a divulgação de atividades e de informação relevante para a freguesia. Admitiu,



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE AZEITÃO
(SÃO LOURENÇO E SÃO SIMÃO)

contudo, que nem sempre é possível afixar os programas com muita antecedência, uma vez que, por vezes, estes ainda não se encontram totalmente definidos e podem sofrer alterações.

Deu como exemplo as Festas da Arrábida e de Azeitão, cujo programa apenas ficou fechado cerca de duas semanas antes da realização, considerando que não faria sentido divulgar uma programação que ainda pudesse sofrer alterações.

Quanto ao Jazz e ao Blues, informou que a divulgação estava a ser realizada, esclarecendo, também, que o Festival de Blues decorria em parceria com a Câmara Municipal de Setúbal, sendo a Câmara a entidade organizadora e a Junta uma parceira fundamental. Explicou que, devido às características específicas dos espetáculos e aos diferentes locais onde se realizariam, a divulgação de alguns eventos era feita mais próximo da respetiva data.

Considerou, contudo, que a divulgação do Jazz tinha decorrido muito bem, registando uma participação significativa, ao contrário do que se verificara numa sessão de cinema realizada no Rossio, também em parceria com a Câmara Municipal de Setúbal, que contou com apenas seis espectadores. Salientou que essa diferença não se devia à falta de divulgação, mas antes ao diferente interesse que as várias iniciativas despertavam junto da população.

Concluiu afirmando que a Junta continuaria a melhorar os meios de informação e divulgação, considerando que o contributo de todas as bancadas seria importante nesse processo.

Interveio o Vogal Gil Raposo começou por responder às questões colocadas pelo eleito Nelson Santos (SET-V), esclarecendo, relativamente à escola da Brejoeira, que não tinha sido essa a situação abordada anteriormente.

Referiu que havia estado no local algumas semanas antes, no âmbito de uma visita com uma entidade que acompanhava a supervisão de parte dos jardins, tendo sido identificada uma situação relacionada com as sebes. Contudo, considerou que seria possível aguardar pelo final do ano letivo, evitando causar constrangimentos durante o período escolar, para realizar a intervenção com a devida interrupção das atividades.

Esclareceu que, até então, não tinha sido detetada qualquer evolução mais grave da situação, nem tinha sido comunicada à Junta a necessidade de uma intervenção urgente. Acrescentou que, caso tivesse sido transmitida essa informação, a Junta teria procurado regularizar a situação, como sucede noutras ocasiões.

Relativamente à situação referida no Pinhal de Negreiros, identificou o local como sendo a Praceta Poeta Calafate, junto à zona onde se encontra a loja Raposo, onde existem placas ajardinadas. Informou que iria verificar o que tinha acontecido e que daria conhecimento da situação logo que possível.

Explicou que, naquela zona, existiam diversas situações relacionadas com o sistema de rega, incluindo uma rotura antiga, já identificada há alguns meses. Na sequência dessa ocorrência, a Junta procedeu à abertura do terreno, tendo-se constatado que a rotura se encontrava a uma profundidade significativa. Acrescentou que a válvula existente, da responsabilidade dos serviços municipais, também não se encontrava adequada, tendo sido necessário proceder à respetiva correção.



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE AZEITÃO
(SÃO LOURENÇO E SÃO SIMÃO)

Referiu, de forma circunstanciada, que, por coincidência, a Junta se encontrava a tapar o local ao mesmo tempo que os serviços municipais procediam à reparação da válvula, ficando o sistema novamente operacional.

Informou ainda que, naquela altura, uma equipa da Junta se encontrava no local a realizar trabalhos de higiene urbana e que a equipa dos jardins iria proceder à requalificação das placas ajardinadas situadas entre a Praceta Poeta Bocage e a Rua da Fonte de Negreiros. Considerou que essa intervenção estaria, entretanto, concluída, acrescentando que seriam posteriormente avaliadas e intervencionadas outras placas ajardinadas existentes na zona.

Por fim, referiu-se à situação existente na Rua Luísa Tody, junto aos números 80 e 79, esclarecendo que, ao contrário do que havia sido transmitido, os aspersores do sistema de rega se encontravam a funcionar. Explicou que o problema resultava sobretudo da acumulação de caruma, que acabava por danificar parcialmente as placas ajardinadas.

Informou que, caso não fosse possível realizar a intervenção naquela semana, uma equipa deslocar-se-ia ao local na semana seguinte, com o objetivo de proceder à limpeza e assegurar novamente a requalificação do sistema de rega.

A Senhora Presidente da Assembleia questionou se havia mais alguma questão a colocar ao Executivo. Não havendo intervenções, informou que se passaria à apreciação da informação apresentada pelo Senhor Presidente da Junta, dando a palavra ao eleito Nelson Santos (SET-V).

68

No uso da palavra, o eleito Nelson Santos (SET-V) iniciou por reconhecer a evolução positiva verificada na organização e disponibilização da informação escrita apresentada pelo Senhor Presidente da Junta, comparativamente com o relatório do trimestre anterior.

Considerou que o documento apresentava uma estrutura mais clara, integrava cada vez mais elementos estatísticos e permitia uma perceção mais abrangente da atividade desenvolvida pelos diferentes serviços da Junta de Freguesia, entendendo que esse esforço merecia ser reconhecido e valorizado.

Referiu, contudo, que ainda existia margem para continuar a aperfeiçoar aquele instrumento, num espírito construtivo, sobretudo no que respeitava à apresentação dos resultados do trabalho desenvolvido.

Considerou que o relatório demonstrava, de forma muito clara, que a Junta de Freguesia desenvolvia atividade em diversas áreas, nomeadamente na limpeza urbana, espaços verdes, manutenção, cemitérios, escolas, ação social, apoio ao movimento associativo e cultura, entre outras competências. Porém, salientou que existia uma diferença importante entre a atividade desenvolvida e os resultados alcançados, ou seja, aquilo que era efetivamente sentido pela população.

Referiu que uma boa gestão não se media apenas pelo trabalho desenvolvido, mas também pela capacidade de transformar esse trabalho em melhorias concretas para os fregueses.

Nesse sentido, observou que o relatório apresentava vários indicadores relativos ao número de limpezas, desmatamentos, regas, substituições de plantas, pequenas intervenções e atividades



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE AZEITÃO
(SÃO LOURENÇO E SÃO SIMÃO)

realizadas, mas não permitia responder a questões como: existiam atualmente menos reclamações dos cidadãos? Tinha diminuído o tempo médio de resposta aos pedidos apresentados pelos moradores? Tinha melhorado efetivamente o estado de limpeza da freguesia? As intervenções realizadas tinham produzido os resultados esperados? Como avaliava o próprio Executivo a eficácia do trabalho desenvolvido?

Considerou que eram questões legítimas às quais um relatório daquela natureza poderia, no futuro, começar a responder, numa perspetiva de melhoria contínua.

A título de exemplo, referiu as preocupações que, ao longo dos últimos meses, tinham sido manifestadas por vários moradores relativamente à limpeza e à manutenção do espaço público, considerando que esta continuava a ser uma matéria que preocupava bastante os azeitonenses.

Salientou que, embora o relatório identificasse diversas intervenções de limpeza, desmatção e manutenção dos espaços verdes, não permitia perceber claramente em que locais tinham sido realizadas, qual a periodicidade prevista para cada zona, quais os critérios utilizados para definir as prioridades ou quais as áreas que continuavam a necessitar de intervenção.

Considerou, assim, que era possível conhecer a quantidade de trabalho realizado, mas não tanto a forma como esse trabalho era planeado, organizado e avaliado.

Neste contexto, questionou o Senhor Presidente da Junta sobre a existência de um plano de limpezas que abrangesse toda a freguesia e, em caso afirmativo, se esse plano se encontrava calendarizado, se era do conhecimento da população e se estava disponível para consulta pública, bem como sobre os critérios utilizados para definir a frequência das intervenções em cada localidade.

Considerou que a divulgação dessa informação seria extremamente útil e valorizada pelos fregueses, por reforçar a transparência da atuação da Junta de Freguesia e permitir aos moradores saber quando estava prevista a intervenção em cada zona, evitando dúvidas, reclamações e a perceção, por vezes existente, de que determinadas áreas recebiam uma atenção diferente das outras.

Sugeriu, ainda, que os próximos relatórios de atividade continuassem o caminho de evolução já iniciado, passando a integrar, para além da descrição das ações realizadas, indicadores de desempenho e de resultados.

Referiu, como exemplos, a evolução do número de reclamações dos azeitonenses, o tempo médio de resposta aos pedidos dos cidadãos, a percentagem de solicitações resolvidas, o grau de execução dos planos de intervenção, a comparação com períodos homólogos ou outros indicadores que o Executivo considerasse adequados para avaliar a eficiência e a eficácia de cada ação.

Considerou que essa evolução poderia ser muito positiva e beneficiaria todos, o próprio Executivo, porque lhe permitiria demonstrar de forma mais objetiva os resultados alcançados; a Assembleia de Freguesia, que passaria a dispor de melhores instrumentos para exercer a sua função de acompanhamento e fiscalização; e, sobretudo, a população, que teria uma perceção mais clara não apenas do trabalho realizado, mas também dos resultados efetivamente obtidos.



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE AZEITÃO
(SÃO LOURENÇO E SÃO SIMÃO)

Concluiu reafirmando que as observações apresentadas não pretendiam desvalorizar o trabalho desenvolvido pelos trabalhadores ou pela Junta de Freguesia. Pelo contrário, pretendiam reconhecer a evolução do relatório e incentivar a continuação desse caminho, tornando os documentos cada vez mais completos, transparentes e orientados para aquilo que verdadeiramente interessava aos cidadãos: conhecer não apenas o que tinha sido feito, mas, sobretudo, perceber quais os resultados concretos desse trabalho na melhoria da qualidade de vida da freguesia.

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Junta começou por agradecer ao eleito Nelson Santos o reconhecimento manifestado, referindo que, desde o início, têm vindo a ser introduzidas melhorias no documento apresentado à Assembleia.

Explicou que a obtenção dos resultados pretendidos dependia da informação reunida nos relatórios elaborados no âmbito de cada processo de descentralização ou transferência de competências, bem como do trabalho desenvolvido pela Junta e dos meios disponíveis.

Considerou que, apesar de a Junta conseguir assegurar a realização de muitas das tarefas, nem sempre era possível alcançar de imediato os resultados pretendidos. Referiu, contudo, que o Executivo estava no caminho certo, designadamente porque a informação proveniente dos serviços operacionais era, anteriormente, praticamente inexistente, resumindo-se a uma simples ficha de trabalho.

Esclareceu que estavam a ser introduzidas melhorias no processo, de modo a que toda a informação inserida no sistema fosse cada vez mais transparente, objetiva e devidamente associada a cada situação. Reconheceu que se tratava de um processo exigente, mas afirmou que o Executivo estava a trabalhar nesse sentido, reiterando o seu empenho e o dos restantes membros do Executivo, cada um na respetiva área de responsabilidade.

Relativamente às reclamações, informou que existiam quatro trabalhadores praticamente afetos a essa matéria. Explicou que existiam dois canais de entrada: através do programa Albatroz, sendo que as situações aí registadas correspondiam a ocorrências e não propriamente a reclamações, e presencialmente, mediante comunicação do freguês ao balcão e nem sempre eram registadas no sistema. Referiu que, atualmente, também essas situações passaram a ser registadas no programa, o que permitia agilizar o processo.

Acrescentou que, posteriormente, o Vogal Gil Raposo poderia explicar melhor a forma como era feita a monitorização e o planeamento das intervenções. Referiu, contudo, que a gestão das ocorrências tinha em conta o grau de gravidade e de prioridade de cada situação, sendo dada resposta imediata aos casos mais críticos, mesmo que isso implicasse interromper trabalhos previamente programados. Explicou que essa gestão de prioridades fazia com que o planeamento inicialmente definido nem sempre pudesse ser cumprido. Referiu que havia trabalhos calendarizados, mas que, quando surgiam várias ocorrências numa determinada rua, a Junta tinha de deixar o que estava previsto para outro local e deslocar-se àquela rua para dar resposta às situações comunicadas pelos fregueses.



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE AZEITÃO
(SÃO LOURENÇO E SÃO SIMÃO)

Explicou que essa gestão das prioridades acaba por alterar frequentemente o planeamento inicial, uma vez que a Junta tem de acudir primeiro às situações que vão sendo comunicadas pelos fregueses.

Referiu, a título de exemplo, uma situação em que um freguês registou 40 ocorrências relativas a buracos existentes num espaço de cerca de 3 metros, quando, na realidade, estava em causa uma única situação, que poderia ter sido comunicada através de um único registo, com a identificação da rua e do local onde se encontravam os vários buracos.

Aludiu que mais de 60% das ocorrências registadas diziam respeito a situações cuja responsabilidade era da Câmara Municipal de Setúbal. Considerou que seria útil que, quando uma ocorrência dessa natureza fosse registada, a mesma pudesse ser encaminhada diretamente para a Câmara Municipal, sem permanecer no sistema da Junta.

Informou que a Junta já estava a trabalhar com a Câmara Municipal nesse sentido, através do próprio programa Albatroz utilizado pelos serviços municipais, de modo a permitir que, mediante um simples procedimento no sistema, a ocorrência fosse encaminhada diretamente para a Câmara e deixasse de ficar pendente na Junta de Freguesia.

Esclareceu, contudo, que essa solução exigia a afetação permanente de um trabalhador ao programa, o que implicaria retirar esse trabalhador de outras funções, numa realidade em que os meios humanos e as instalações disponíveis eram escassos. Referiu que estavam a ser ponderadas soluções para a falta de espaço.

Reforçou que quanto à existência de um planeamento de limpezas, explicou que o mesmo existia, mas que era frequentemente alterado em função das ocorrências que iam surgindo. Referiu que, por vezes, uma determinada rua era incluída no planeamento e, na semana seguinte, surgiam várias comunicações relativas à mesma situação, obrigando a Junta a alterar as prioridades.

Considerou que aquela realidade tornava difícil disponibilizar publicamente um planeamento rígido, uma vez que a Junta tinha de responder às situações que surgiam no imediato. Salientou que não se tratava de uma fábrica, em que o planeamento pudesse ser cumprido de forma linear, mas de intervenções na via pública, sujeitas a ocorrências e necessidades urgentes.

Explicou que, quando era necessário acudir de imediato a um freguês, a equipa podia ter de interromper a intervenção que estava a realizar noutra rua. Reconheceu que isso tornava a concretização de um plano de limpezas mais difícil, embora a Junta estivesse a trabalhar para melhorar progressivamente o sistema.

Concluiu referindo que, à medida que as intervenções em falta fossem sendo concluídas e os serviços entrassem num ritmo de funcionamento mais regular, seria mais fácil responder de imediato às ocorrências e produzir também a respetiva informação. Reiterou que o Executivo continuaria empenhado em melhorar o processo, de modo a que, futuramente, fosse possível identificar, para cada rua, o trabalho realizado, o que permanecia por executar e os motivos que justificavam eventuais atrasos.



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE AZEITÃO
(SÃO LOURENÇO E SÃO SIMÃO)

De seguida interveio o Vogal Gil Raposo começou por referir que não iria acrescentar muito ao que já havia sido dito. Disse entender o proposto pelo eleito Nelson Santos e que ficou o compromisso de relatório após relatório, procurar aperfeiçoar a informação disponibilizada.

Considerou que a plataforma utilizada pela Junta poderia contribuir para esse objetivo, uma vez que já dispõe de diversos indicadores e permite obter elementos que poderão enriquecer os relatórios. Referiu, contudo, que ainda não era possível estabelecer comparações com anos homólogos, dado que os relatórios do ano transato não apresentavam os mesmos dados, sendo essa comparação apenas possível a partir do ano seguinte.

Afirmou, por isso, que não existia qualquer resistência à introdução de melhorias, mas antes um compromisso nesse sentido. Salientou, contudo, a necessidade de ter em conta a dimensão e os recursos da Junta de Freguesia, distinguindo a realidade de uma grande administração, que pode dispor de uma equipa exclusivamente dedicada à qualidade, à contabilidade analítica e ao tratamento de dados, da realidade de uma Junta com cerca de quatro trabalhadores administrativos e duas pessoas praticamente afetas, a tempo inteiro, ao trabalho operacional na rua.

Explicou que, muitas vezes, era necessário optar entre assegurar o trabalho documental e dar resposta às necessidades operacionais, acabando por ser dada prioridade à intervenção no terreno. Considerou que, embora a componente documental fosse relevante, a Junta não poderia deixar de executar os trabalhos para se dedicar exclusivamente ao seu registo e tratamento.

72

Relativamente à calendarização, reiterou que esta tinha vindo a revelar-se uma matéria particularmente difícil, uma vez que a indicação antecipada de datas poderia criar expectativas junto da população que, posteriormente, não seriam possíveis de cumprir. Explicou que, quando surgia uma situação mais grave ou urgente, as equipas tinham de interromper os trabalhos que estavam a realizar para se deslocarem ao local e dar resposta à ocorrência.

Deu como exemplo uma situação ocorrida no próprio dia, em que uma equipa que se encontrava a trabalhar na Rua da Matosa teve de interromper a intervenção devido a uma situação de incêndio. Referiu que este tipo de ocorrências podia desencadear alterações sucessivas no planeamento, obrigando a Junta a reajustar constantemente a sequência dos trabalhos.

Considerou que, para assegurar uma calendarização rigorosa e permanentemente atualizada, seria necessário dispor de uma equipa dedicada exclusivamente a essa tarefa, o que não era compatível com a dimensão e os meios atualmente disponíveis. Acrescentou que, caso fossem divulgadas datas que depois não pudessem ser cumpridas, tal poderia gerar um efeito negativo, levando os fregueses a apresentar novas reclamações e aumentando a pressão sobre os serviços administrativos.

Disse que, apesar dessas limitações, as equipas tinham capacidade para acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos nos loteamentos e nas diferentes localidades, permitindo, em muitos casos, dar aos fregueses uma previsão aproximada da deslocação ao local.

Partilhou, ainda, uma situação que esteve na origem de uma das poucas reclamações recebidas pela Junta. Explicou que, numa determinada ocasião, uma equipa tinha estado a trabalhar num arruamento e, depois de seguir numa determinada direção, ainda não tinha concluído a intervenção nessa zona.



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE AZEITÃO
(SÃO LOURENÇO E SÃO SIMÃO)

Embora permanecesse nas proximidades, alguns moradores entenderam que a equipa já não iria intervir na sua rua e deslocaram-se à Junta para apresentar uma reclamação.

Referiu que, nessas situações, os serviços procuravam esclarecer os moradores, explicando que a equipa ainda se encontrava naquela zona e que iria prosseguir os trabalhos até chegar ao respetivo arruamento. Acrescentou que, muitas vezes, as equipas avançavam de forma sequencial pelas ruas, sendo possível informar os fregueses de que a intervenção seria realizada quando chegassem à sua zona.

Explicou também que, depois de concluídos os trabalhos, as equipas deixavam um aviso no local, nomeadamente junto às habitações que se encontravam próximas do arruamento intervencionado, para dar conhecimento da intervenção aos moradores.

Considerou que, se a Junta divulgasse previamente uma data concreta para a realização dos trabalhos e, por qualquer motivo, a equipa não conseguisse comparecer nesse dia, os moradores poderiam deslocar-se aos serviços para apresentar reclamações, sobrecarregando ainda mais a parte administrativa e tornando a resposta mais complexa.

Concluiu afirmando que existiam ainda várias matérias em que seria possível otimizar procedimentos e que a calendarização seria também uma dessas áreas a melhorar, logo que houvesse condições para o fazer.

73

Não havendo mais questões ou intervenções por parte dos membros da Assembleia, a Senhora Presidente da Assembleia deu início ao segundo ponto da Ordem do Dia.

2. Projeto de alteração ao Regulamento da Feira de Antiguidades, Velharias e Artesanato de Azeitão

No uso da palavra, o Vogal Gil Raposo iniciou por referir que a Junta dispõe de um mercado mensal, com regulamento próprio, que poderá também vir a ser revisto e apresentado à Assembleia no próximo ano.

Explicou que, sendo a realização da Feira de Velharias no Rossio, a Junta procurou alargar a iniciativa a outras localidades, tendo começado por Vendas. Referiu que, posteriormente, surgiu também a possibilidade de realizar a feira na zona do Morango, podendo vir a ocorrer, inclusivamente, dois eventos em simultâneo.

Acrescentou que se pretendia manter a possibilidade de realizar a feira noutros locais, desde que devidamente anunciados, considerando que essa flexibilidade permitiria adaptar a iniciativa às diferentes localidades e aos eventos que viessem a ser organizados.

Mencionou que, conforme anteriormente abordado, a divulgação através de flyers poderia ser articulada com outras formas de comunicação, permitindo otimizar a informação prestada à população.



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE AZEITÃO
(SÃO LOURENÇO E SÃO SIMÃO)

Explicou que, perante a necessidade de enquadrar estas possibilidades, se considerou necessário proceder à elaboração do regulamento em apreciação, o qual era muito semelhante ao regulamento do mercado mensal, embora tivesse sido otimizado em função das características da iniciativa.

Concluiu referindo que o regulamento já havia sido apresentado aos eleitos e que se tratava de um documento simples, salientando que a previsão da possibilidade de realização da feira em várias localidades permitiria, futuramente, alterar o local dos eventos sem necessidade de proceder novamente à alteração do regulamento.

Pediu para intervir o eleito Hercílio Ferreira (CDU), que questionou o Executivo sobre a continuidade da Feira de Antiguidades, Velharias e Artesanato no Parque de Vendas, onde a iniciativa já se havia realizado. Perguntou se a feira iria deixar de decorrer naquele espaço, passando para outro local, ou se estava prevista a sua manutenção também em Vendas. Referiu que algumas pessoas lhe haviam colocado essa questão e considerou positiva a realização da iniciativa naquele local, por contribuir para a dinamização do espaço.

Em resposta, o Vogal Gil Raposo explicou que a iniciativa tinha começado por sugestão da Junta, tendo a primeira edição sido realizada junto ao Parque da Cooperativa, onde decorreu muito bem. Referiu, contudo, que se verificou uma quebra significativa na procura no segundo evento. Entretanto, entre os vários locais ponderados, surgiu a possibilidade de realizar a feira no Parque do Morango, onde a procura e o interesse dos operadores eram diferentes.

Esclareceu, porém, que o Executivo não pretendia abdicar da realização da feira no Parque de Vendas, admitindo que a iniciativa pudesse voltar a decorrer naquele espaço, designadamente quando coincidissem com outros eventos. Salientou que essa possibilidade permitiria aproveitar o contexto e as características do local, contribuindo para criar dinâmicas e promover a realização de iniciativas nas diferentes localidades de Azeitão.

Não havendo mais intervenções, a Senhora Presidente da Assembleia submeteu a votação a proposta “Projeto de alteração ao Regulamento da Feira de Antiguidades, Velharias e Artesanato de Azeitão”.

Submetida a votação, foi a mesma aprovada por unanimidade.

Aprovado em minuta

A Senhora Presidente da Assembleia deu início ao terceiro ponto da Ordem do Dia.

**3. Projeto de Regulamento do Orçamento Participativo Jovem da Junta de Freguesia de Azeitão
(São Lourenço e São Simão)**



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE AZEITÃO
(SÃO LOURENÇO E SÃO SIMÃO)

No uso da palavra, a Secretária Ana Pereira principiou por cumprimentar os presentes e, atendendo à hora avançada, informou que faria uma apresentação mais breve da proposta, considerando que os eleitos já teriam tido oportunidade de consultar o projeto de regulamento.

Explicou que a criação do Orçamento Participativo Jovem já estava prevista no plano de atividades inicial da Junta para aquele ano, tendo sido posteriormente objeto de discussão interna do Executivo e submetida a consulta pública. Esclareceu que o documento agora apresentado à Assembleia incorporava o resultado dessa consulta pública, encontrando-se, por isso, sujeito à apreciação dos eleitos.

Referiu que, caso fossem apresentadas sugestões ou propostas de alteração, estas poderiam ainda ser consideradas, de modo a permitir que a iniciativa fosse colocada em prática durante o ano em curso. Salientou que o objetivo do Orçamento Participativo Jovem era aproximar os jovens da vida ativa e participativa, permitindo-lhes compreender melhor o funcionamento das instituições e incentivar a participação cívica. Considerou que os jovens se encontravam, de um modo geral, afastados destas matérias e que todas as iniciativas promovidas pelas instituições públicas com vista à sua aproximação seriam importantes.

Concluiu referindo que aquela proposta constituía um primeiro passo nesse sentido e que, após a aprovação pela Assembleia de Freguesia, se pretendia colocar o Orçamento Participativo Jovem em prática ainda até ao final do ano.

Pediu para intervir a eleita Elisabete Fernandes (SET-V), que disse que a bancada do Movimento Setúbal de Volta considerava positiva a iniciativa do Orçamento Participativo Jovem e que merecia ser saudada, salientando que todas as medidas que promovam a participação cívica dos jovens e os aproximem da vida pública constituem um investimento na cidadania, no reforço da democracia local e no futuro da freguesia.

Referiu que a sua bancada considerou que a criação de um Orçamento Participativo Jovem representava uma oportunidade importante para incentivar os jovens a identificar necessidades, apresentar propostas e participar ativamente na definição das prioridades para Azeitão.

A bancada registou, igualmente, de forma positiva o facto de o regulamento estabelecer regras claras relativamente à apresentação e apreciação das propostas, ao processo de votação e à divulgação dos resultados, procurando assegurar um processo transparente e participado. Considerou, também, muito relevante que a Comissão de Acompanhamento integrasse representantes de todas as forças políticas com assento na Assembleia de Freguesia, reforçando a transparência, a pluralidade e a confiança em todo o processo.

Referiu que, tratando-se da primeira edição da iniciativa, seria expectável que a experiência permitisse introduzir melhorias nas edições futuras, considerando que esse é o percurso normal de qualquer instrumento de participação pública.

Neste contexto, a bancada do Movimento Setúbal de Volta apresentou duas questões ao Executivo. A primeira relacionava-se com a componente financeira, uma vez que o regulamento previa que a dotação financeira a afetar ao Orçamento Participativo Jovem, bem como o valor máximo de cada projeto, fossem definidos anualmente pelo Executivo. Questionado, assim, se já existia alguma previsão relativamente ao montante que seria disponibilizado para a primeira edição, considerando



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE AZEITÃO
(SÃO LOURENÇO E SÃO SIMÃO)

que essa informação seria importante para que os jovens pudessem conhecer a dimensão dos projetos que poderiam apresentar e para que a Assembleia pudesse acompanhar o alcance efetivo da iniciativa. A segunda questão prendia-se com a divulgação e mobilização dos jovens. Salientou que o sucesso de um orçamento participativo dependia, em grande medida, da capacidade de envolver os seus destinatários, questionando qual seria a estratégia prevista pelo Executivo para promover a iniciativa junto da população jovem da freguesia. Perguntou, concretamente, se estava prevista alguma articulação com os agrupamentos de escolas, associações juvenis, coletividades, clubes desportivos ou outras entidades locais, de forma a garantir uma participação alargada e representativa dos jovens de Azeitão.

A bancada considerou que esse seria um fator determinante para o sucesso da iniciativa e para que o Orçamento Participativo Jovem se afirmasse como um verdadeiro instrumento de participação cívica, e não apenas como um mecanismo formal. Referiu que um processo participado não se media apenas pela existência de um regulamento, mas sobretudo pela capacidade de mobilizar os jovens, ouvir as suas ideias e transformar essas ideias em projetos concretos para a freguesia.

Por fim, a bancada do Movimento Setúbal de Volta manifestou a sua disponibilidade para acompanhar o processo de forma construtiva e contribuir, sempre que possível, para o seu aperfeiçoamento, robustecendo que uma democracia local mais forte se construía também através da participação dos mais jovens, esperando que a iniciativa se traduzisse em projetos concretos capazes de responder às suas ideias, necessidades e expectativas, contribuindo para uma freguesia cada vez mais participativa. Concluiu afirmando que uma oposição responsável não se limitava a fiscalizar, devendo também reconhecer as boas iniciativas e apresentar propostas de melhoria, contribuindo para que Azeitão tivesse instituições cada vez mais próximas da população. Foi nesse espírito que a bancada do Movimento Setúbal de Volta afirmou que iria analisar e acompanhar o projeto.

Em resposta às questões colocadas, a Secretária Ana Pereira começou por se referir à divulgação da iniciativa, esclarecendo que o artigo 8.º do regulamento já previa a sua divulgação inicial através do site institucional e das redes sociais da Junta de Freguesia, nos locais de estilo, no Agrupamento de Escolas de Azeitão e através do movimento associativo da freguesia.

Considerou que a preocupação manifestada pela bancada era pertinente, salientando que o Orçamento Participativo Jovem teria de ser um projeto desenvolvido em parceria com a comunidade. Referiu que, para além da divulgação junto do Agrupamento de Escolas e do movimento associativo, tinha sido ponderada a realização de sessões iniciais de esclarecimento junto dos jovens.

Relativamente ao montante a disponibilizar, informou que, para já, não estava definido. Explicou que, no âmbito da Comissão de Acompanhamento, seria apresentada uma proposta de valor, mas que o Executivo não pretendia impor esse montante sem antes o discutir com a Assembleia e com as diferentes forças políticas representadas na Comissão.

Salientou que se pretendia que o Orçamento Participativo Jovem fosse um projeto da freguesia para a freguesia, e não uma iniciativa exclusivamente do Executivo, procurando que fosse construído de forma participada, não apenas pelos jovens, mas também pelos restantes intervenientes no processo.



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE AZEITÃO
(SÃO LOURENÇO E SÃO SIMÃO)

Por fim, acrescentou que estavam previstos outros desenvolvimentos relacionados com a participação cívica dos jovens, os quais poderiam vir a ser apresentados numa próxima Assembleia de Freguesia, logo que o trabalho em articulação com o Agrupamento de Escolas estivesse mais consolidado. Referiu que essa era uma preocupação importante da Junta, abrangendo não apenas os jovens até aos 30 anos, que poderiam participar no Orçamento Participativo Jovem, mas também faixas etárias mais novas.

A Senhora Presidente da Assembleia perguntou se havia mais alguma questão, propondo que, não havendo, se passasse à votação.

Pediu novamente a palavra a Secretária Ana Pereira, que começou por pedir desculpa por não ter identificado anteriormente um lapso constante da proposta. Explicou que, após nova leitura do documento, verificara que, no n.º 2 do artigo 5.º, relativo aos participantes, se encontravam previstos como impedidos de apresentar propostas os membros do Executivo da Junta, os membros da Comissão de Acompanhamento e os funcionários envolvidos na análise técnica.

Considerou, contudo, que também deveriam ser incluídos os membros da Assembleia de Freguesia, uma vez que poderiam existir eleitos com idade compatível com a participação no Orçamento Participativo Jovem e que, integrando a Comissão de Acompanhamento, não faria sentido que pudessem igualmente apresentar propostas.

Assim, propôs que fosse acrescentada a referência aos membros da Assembleia de Freguesia, considerando que essa alteração tornaria o regulamento mais claro e transparente.

77

A Senhora Presidente da Mesa perguntou se alguém se opunha ao acréscimo da alínea d) ao n.º 2 do artigo 5.º, não se tendo registado qualquer oposição, informou que se passaria à votação.

O Senhor Presidente da Junta aproveitou para esclarecer que a constituição da Comissão de Acompanhamento não havia sido apresentada naquela Assembleia apenas para dar tempo às várias bancadas de indicarem quem pretendiam que nelas estivesse representado. Informou que, na próxima Assembleia, seria apresentada e discutida a constituição da Comissão, podendo, a partir desse momento, iniciar-se o respetivo trabalho.

Não havendo mais intervenções, a Senhora Presidente da Assembleia submeteu a votação a proposta “Projeto de Regulamento do Orçamento Participativo Jovem da Junta de Freguesia de Azeitão (São Lourenço e São Simão)”.

Submetida a votação, foi a mesma aprovada por unanimidade.

Aprovado em minuta

A Senhora Presidente da Assembleia deu início ao quarto ponto da Ordem do Dia.

4. 2.ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano 2025- 2029



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE AZEITÃO
(SÃO LOURENÇO E SÃO SIMÃO)

O Senhor Presidente da Junta explicou que a 2.ª revisão orçamental decorria, essencialmente, de duas situações que ainda não se encontravam totalmente fechadas aquando da apresentação das últimas contas, relacionadas com os autos de transferência de recursos e com o quiosque da hasta pública. Disse que era necessário consolidar algumas verbas antes de proceder à revisão na sua totalidade, tendo em conta a existência de uma adenda ao contrato interadministrativo celebrado entre o Município e a Junta de Freguesia de Azeitão, bem como uma adenda ao auto de transferência de recursos.

Esclareceu que, no âmbito dos autos de transferência, tinha sido anulada a verba de 282.001,64 €, tendo, entretanto, sido previsto, na respetiva adenda, um acréscimo de 11.326,00 € para 2026. Acrescentou que a revisão resultava da conjugação de várias verbas, incluindo, entre outras, valores relativos a alugueres, ao quiosque de arte pública e ao recenseamento eleitoral, neste último caso com um acréscimo de 55.000 €.

Mencionou, também, ter ocorrido uma transferência adicional por parte da Câmara Municipal de Setúbal, relativa ao recenseamento eleitoral, no valor aproximado de 13.000 €. Assim, considerando os valores anulados e os, entretanto, transferidos se verificava uma anulação global no montante de 250.330,69 €.

Informou que dispunha de um documento elaborado pelo técnico oficial de contas da Junta, que não pudera estar presente por se encontrar a acompanhar a família na sequência do nascimento do seu filho, tendo solicitado que fossem apresentadas desculpas pela sua ausência. Salientou, contudo, que o documento permitia prestar uma informação mais detalhada sobre a matéria.

78

Por fim, esclareceu que, relativamente às transferências de competências, a responsabilidade da Direção-Geral das Autarquias Locais perante a Junta de Freguesia abrangia o período compreendido entre junho e dezembro, enquanto as verbas respeitantes ao período de janeiro a maio, incluindo eventuais retroativos ou acertos, seriam da responsabilidade da Câmara Municipal de Setúbal. Concluiu referindo que, caso viessem a ser necessários acertos relativos àquele período, seria a Câmara Municipal de Setúbal a proceder à disponibilização das verbas correspondentes. Explicou que a revisão não tinha sido apresentada anteriormente por ainda estarem pendentes aqueles procedimentos, que, entretanto, haviam sido concluídos, agradecendo a atenção.

Pediu para intervir o eleito Hercílio Ferreira (CDU), que, reportando-se à proposta de alteração orçamental, referiu que algumas das dotações previstas no orçamento aprovado surgiam agora reduzidas ou anuladas.

Disse que, juntamente com o eleito Diamantino Estanislau (CDU), tinha analisado o mapa apresentado no Plano Plurianual de Investimentos, designadamente nas páginas 1 e 2, pretendendo obter um esclarecimento do Executivo sobre o significado dessas alterações.

Referiu, a título de exemplo, as dotações relativas à construção do parque canino, no valor de 35.000 €, que apresentava uma redução de 33.900 €, bem como outras rubricas, designadamente:

- ferramentas, com uma redução de 15.000 €;
- apoio a obras e instalações do movimento associativo, com uma redução de 7.000 €;



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE AZEITÃO
(SÃO LOURENÇO E SÃO SIMÃO)

- requalificação do Jardim de Pinhal de Negreiros, com uma redução de 39.000 €;
- placas e sinalética, com uma redução de 3.000 €;
- abrigos de passageiros, com uma redução de 3.000 €;
- pilaretes, com uma redução de 10.000 €;
- veículo elétrico, com uma redução de 28.000 €;

Questionou, assim, se aquelas reduções significavam que as respetivas intervenções e aquisições deixariam de ser realizadas, considerando que estava em causa um conjunto significativo de investimentos anteriormente previstos no orçamento.

Concluiu solicitando ao Executivo esclarecimentos sobre a razão das alterações e sobre a possibilidade de concretização das intervenções em causa.

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Junta esclareceu que a redução das dotações resultava da necessidade de proceder à segunda revisão orçamental, na sequência da regularização dos autos de transferência e da diminuição de algumas verbas anteriormente previstas.

Explicou que o orçamento era um instrumento móvel, que tinha de ser ajustado às necessidades e às verbas efetivamente disponíveis. Referiu que, quando eram celebrados novos contratos ou revistas as verbas transferidas, poderia ser necessário retirar dotações de determinadas rubricas, sem que isso significasse necessariamente que as respetivas obras ou aquisições deixariam de ser realizadas.

Esclareceu que as verbas agora reduzidas correspondiam, em grande parte, a valores inicialmente inscritos no orçamento, tendo em conta as transferências anteriormente previstas. Com a regularização dessas transferências, tornou-se necessário ajustar o orçamento à nova realidade financeira.

Referiu, a título de exemplo, que a saída de monos na freguesia representava uma verba significativa, existindo outras verbas que também tinham de ser acomodadas no orçamento. Explicou que, neste momento, a opção tinha sido retirar ou reduzir algumas dotações relativas a obras que se considerava não ser possível executar ainda durante o ano em curso.

Salientou, contudo, que as intervenções não seriam abandonadas, sendo novamente inscritas no orçamento seguinte, com as verbas necessárias à sua execução. Acrescentou que as obras que mantivessem a dotação inicialmente prevista deveriam ser concluídas até ao final do ano, esperando que assim acontecesse.

Reiterou que as rubricas agora reduzidas não ficavam necessariamente a zero, correspondendo as reduções à verba associada ao decréscimo das transferências da Câmara Municipal. Informou que, no próximo orçamento, seriam novamente elencadas as verbas necessárias à execução das intervenções previstas.

Concluiu afirmando que, aquando da apresentação das contas, os valores estariam devidamente refletidos e não subsistiriam dúvidas quanto à execução das obras. Disponibilizou-se ainda para solicitar ao técnico oficial de contas da Junta uma explicação mais detalhada sobre a matéria, caso fosse necessário, reiterando que as obras previstas seriam realizadas.



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE AZEITÃO
(SÃO LOURENÇO E SÃO SIMÃO)

Em resposta, interveio novamente o eleito Hercílio Ferreira (CDU), que salientou que a questão resultava do facto de a Assembleia ter votado o orçamento apresentado pelo Executivo, no qual aquelas intervenções estavam previstas e não serão realizadas.

Considerou, assim, que os eleitos poderiam agora deparar-se com a situação de várias obras e aquisições que haviam sido apresentadas como previstas para o ano em curso não virem a ser concretizadas durante esse período.

O Senhor Presidente da Junta e a Secretária Ana Pereira esclareceram que o Plano Plurianual de Investimentos abrangia o período do mandato, de 2025 a 2029, pelo que nem todas as intervenções nele previstas seriam necessariamente executadas no imediato. Referiram que algumas poderiam ser concretizadas durante o ano em curso, enquanto outras seriam realizadas posteriormente, de acordo com as prioridades e as disponibilidades orçamentais.

Não havendo mais intervenções, a Senhora Presidente da Assembleia submeteu a votação a proposta “2ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano 2025- 2029

Submetida a votação foi a mesma votada favoravelmente por maioria com 9 votos a favor (4 por parte do PS, 3 por parte do Set-V e 2 por parte da CDU) e 4 abstenções (3 por parte do CH e 1 por parte da IL).

Aprovado em minuta

80

Antes do encerramento dos trabalhos, **o Senhor Presidente da Junta** informou que todos os presentes estavam convidados para a abertura das Festas da Arrábida e de Azeitão, a realizar no próximo dia 2. Manifestou o desejo de que a iniciativa constituísse uma festa digna, dentro das possibilidades existentes, reconhecendo as limitações atuais, mas considerando que seria possível realizar uma boa festa. Expressou a expectativa de que, no ano seguinte, as condições fossem melhores.

Esgotada a Ordem de Trabalhos, a Senhora Presidente da Assembleia de Freguesia submeteu à votação o seguinte:

❖ **Votação da aprovação das deliberações em minuta**

Submetidas a aprovação das deliberações em minuta, foram as mesmas aprovadas por unanimidade.

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO

Não havendo mais a tratar, a Senhora Presidente da Assembleia de Freguesia deu por encerrada a sessão, às duas horas e quinze minutos, do dia seguinte, da qual para constar se lavrou a presente ata,



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE AZEITÃO
(SÃO LOURENÇO E SÃO SIMÃO)

constituída por oitenta e uma folhas, que eu, Cláudia da Silva, Assistente Técnica, para o efeito designada, redigi e que também assino.

A responsável pela elaboração da ata,
Assistente Técnica

Cláudia Bonita da Silva

A Presidente da Assembleia



Vanda Maria da Cruz Esteves



Exma. Senhora Presidente da Mesa da Assembleia de
Freguesia da União de Freguesias de Azeitão,

Dra. Vanda Esteves

RECOMENDAÇÃO

Diligências entre a Junta de Freguesia de Azeitão, a Câmara Municipal de Setúbal e os Serviços Municipalizados de Setúbal (SMS) para a reabertura urgente do Centro de Recolha de Resíduos do Choilo.

Considerando que:

- O eficiente encaminhamento, deposição e tratamento de resíduos urbanos, monos e resíduos verdes constitui factor fundamental para a saúde pública, para a qualidade de vida das populações e para a salvaguarda ambiental do nosso território;
- O encerramento do Centro de Recolha de Resíduos do Choilo privou os fregueses de Azeitão de uma infraestrutura de proximidade essencial para o depósito legal e gratuito de materiais que não devem ser colocados nos contentores de lixo doméstico;
- A ausência desta resposta de proximidade tem resultado num aumento visível e preocupante da deposição ilegal de monos, entulhos e resíduos verdes na via pública, junto a contentores e em caminhos rurais da freguesia, degradando a imagem urbana e sobrecarregando os serviços de limpeza urbana;
- Azeitão tem registado um crescimento populacional contínuo, o que exige um reforço, e não uma redução dos serviços públicos e das infraestruturas de apoio à gestão ambiental;
- A deslocação forçada de cidadãos a outros pontos de recolha fora da proximidade imediata da freguesia desincentiva a reciclagem e aumenta a pegada carbónica das deslocações.

Assim, a Assembleia de Freguesia de Azeitão, reunida a 30 de Junho de 2026, delibera recomendar as seguintes medidas:



- **Reabertura do Espaço:** Desenvolver todos os esforços e diligências necessárias para proceder à reabertura urgente do Centro de Resíduos do Choilo, dotando-o das condições operacionais e de segurança adequadas.
- **Fiscalização e Sensibilização:** Reforçar as ações de sensibilização ambiental junto da população sobre o correto descarte de resíduos e, em paralelo, aumentar a fiscalização para dissuadir as deposições ilegais na via pública.
- **Informação Pública:** Clarificar e divulgar de forma transparente junto da comunidade os horários, as regras de funcionamento e os tipos de resíduos que passarão a ser aceites na infraestrutura assim que reaberta.

Azeitão, 30 de junho de 2026

Os eleitos do Partido CHEGA na Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Azeitão.



Exma. Senhora Presidente da Mesa da Assembleia de
Freguesia da União de Freguesias de Azeitão,

Dra. Vanda Esteves

RECOMENDAÇÃO

Diligências entre a Junta de Freguesia de Azeitão, a Câmara Municipal de Setúbal e os Serviços Municipalizados de Setúbal (SMS) para o reforço da recolha dos resíduos indiferenciados e fiscalização ao depósito ilegal de resíduos.

Considerando:

- Que a recolha de resíduos sólidos urbanos constitui um serviço público essencial, diretamente relacionado com a saúde pública, a qualidade de vida dos cidadãos e a preservação ambiental da nossa Freguesia;
- Que a responsabilidade pela recolha de resíduos indiferenciados e orgânicos em Azeitão cabe aos Serviços Municipalizados de Setúbal (SMS), enquanto a recolha seletiva (ecopontos) é assegurada pela AMARSUL, S.A., e que a partir de julho de 2024 os SMS passaram também a assumir a recolha de volumosos (monos) e resíduos verdes;
- Que, apesar das melhorias anunciadas pelo Município de Setúbal e pelos SMS, continuam a registar-se junto dos moradores queixas recorrentes relativas à frequência insuficiente da recolha porta-a-porta, contentores sobrelotados e em mau estado de conservação, depósito ilegal de monos e entulho em espaço público, e deficiente manutenção e limpeza das zonas envolventes aos pontos de deposição;
- Que, de acordo com dados do Portal da Queixa analisados em 2024, a falta de limpeza urbana e falhas na recolha de lixo representam 15,8% das queixas dirigidas à Câmara Municipal de Setúbal, evidenciando que se trata de um problema transversal e com impacto significativo na perceção de qualidade de vida;
- Que o encerramento do Centro de Recolha de Resíduos do Choilo, em julho de 2024, não foi acompanhado da disponibilização de um Ecocentro alternativo em Azeitão, ficando os residentes sem uma infraestrutura local de deposição de resíduos especiais, apesar de a sua abertura ter sido formalmente solicitada à AMARSUL;
- Que Azeitão é uma freguesia com características rurais e periurbanas marcadas, com muitas vias de difícil acesso para veículos de recolha de grande porte, e



que a diversidade de zonas residenciais (moradias dispersas, quintas, aldeias e bairros mais densos) exige uma abordagem diferenciada e adequada ao território;

- Que a expansão do sistema de recolha porta-a-porta de biorresíduos, prevista mas ainda não universalizada na freguesia, representa uma oportunidade para reduzir o volume de resíduos indiferenciados e aumentar as taxas de valorização orgânica;
- Que a manutenção da qualidade ambiental da freguesia — reconhecida pelo seu valor paisagístico e patrimonial no contexto da Serra da Arrábida — é uma responsabilidade coletiva que exige serviços públicos eficazes, adequados e monitorizados.

Assim, a Assembleia de Freguesia de Azeitão, reunida a 30 de Junho de 2026, delibera recomendar as seguintes medidas:

1. Revisão dos Circuitos e Frequência de Recolha

- Revisão dos circuitos de recolha porta-a-porta de resíduos indiferenciados e orgânicos, com especial atenção às zonas de mais difícil acesso e às localidades com maior densidade populacional;
- Aumento da frequência de recolha nos meses de verão (junho a setembro), período em que o calor intensifica os problemas de cheiro, pragas e saúde pública;
- Disponibilização pública e atualizada dos calendários de recolha por localidade, em formato acessível aos cidadãos.

2. Manutenção e Renovação da Rede de Contentores

- Levantamento do estado de conservação de todos os contentores e ecopontos da freguesia, com plano de substituição dos que se encontrem degradados, danificados ou com capacidade inadequada;
- Instalação de contentores de maior capacidade nos pontos com maior fluxo de deposição, evitando a sobrelotação que origina dejetos no espaço público;
- Lavagem e desinfecção periódica dos contentores e das áreas envolventes, com reforço nos períodos estivais.

3. Combate ao Depósito Ilegal de Resíduos

- Implementação de um plano de fiscalização ativa do depósito ilegal de monos, entulho e resíduos verdes em espaço público, com recurso a meios de videovigilância nos pontos críticos identificados;



- Aplicação efetiva das coimas previstas no Regulamento Municipal de Resíduos Urbanos aos infratores identificados.

4. Alargamento da Recolha Seletiva e dos Biorresíduos

- Universalização da recolha porta-a-porta de biorresíduos (orgânicos) a toda a freguesia, incluindo zonas de moradias isoladas;
- Alargamento da rede de oleões e pontos de deposição de resíduos especiais (pilhas, medicamentos, óleos usados) a locais estratégicos e de fácil acesso para os residentes.

6. Mecanismo de Monitorização e Prestação de Contas

- Criação de um canal de comunicação direto e eficiente entre a Junta de Freguesia e os SMS para reporte e resolução expedita de ocorrências relativas à recolha de resíduos;
- Elaboração de relatório semestral de indicadores de desempenho do serviço de recolha em Azeitão, a apresentar à Assembleia de Freguesia;
- Dinamização de campanhas de sensibilização da população para a separação seletiva de resíduos e para as regras de deposição, em parceria com as escolas e associações locais.

Azeitão, 30 de junho de 2026

Os eleitos do Partido CHEGA na Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Azeitão.



Exma. Senhora Presidente da Mesa da Assembleia de
Freguesia da União de Freguesias de Azeitão,

Dra. Vanda Esteves

RECOMENDAÇÃO

Limpeza urbana e a deservagem dos espaços públicos em Azeitão

- Considerando que a manutenção da limpeza urbana e a deservagem dos espaços públicos são essenciais para a qualidade de vida da população Azeitonense;
- Considerando que a existência de ervas infestantes em passeios, bermas, jardins, espaços verdes e outros locais públicos pode comprometer a segurança de peões e veículos, bem como prejudicar a imagem e o bem-estar da freguesia, principalmente no troço da Rua de São Gonçalo entre o Café Stars e a Rua da Matosa, Zona da Salmoura, Rua Padaria e Rua dos Marmelinhos, Aldeia da Piedade e S. Pedro e algumas Ruas em Oleiros;
- Considerando que a acumulação de vegetação seca aumenta o risco de incêndio, especialmente durante os meses de maior calor;
- Considerando a necessidade de garantir condições adequadas de higiene, segurança e salubridade em todo o território da freguesia;

Recomenda-se que a Junta de Freguesia de Azeitão:

- Reforce as ações periódicas de limpeza e deservagem em todas as zonas da freguesia, com especial atenção às áreas mais utilizadas pela população;
- Proceda à identificação e intervenção prioritária nos locais onde a vegetação e a acumulação de resíduos representem riscos para a segurança e saúde pública;



- Desenvolva um plano regular de manutenção dos espaços públicos, assegurando a sua conservação ao longo do ano;
- Promova campanhas de sensibilização junto da população para a preservação da limpeza e do ambiente na freguesia;
- Articule com as entidades competentes as intervenções necessárias em áreas cuja manutenção não seja da responsabilidade direta da Junta de Freguesia.

Assim, a Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Azeitão, reunida em sessão ordinária no dia 30 de junho de 2026, delibera aprovar a presente recomendação.

Azeitão, 30 de junho de 2026

Os eleitos do Partido CHEGA na Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Azeitão.



2. O recurso a lacunas na legislação para tentar alienar o areal e privatizar aquilo que, por direito natural e histórico, pertence a todos os cidadãos, é inaceitável;
3. Esclarece-se que, o direito de propriedade privada é um pilar constitucional que o CHEGA defende acerrimamente, mas este não pode ser instrumentalizado para o alienamento de bens de domínio público e para a restrição de acesso dos cidadãos a lugares que são de TODOS;
4. Qualquer tentativa de transformar as praias da Arrábida num privilégio exclusivo só para alguns, atenta contra o direito ao lazer das famílias setubalenses e azeitonenses que, há gerações, usufruem daquela costa e também daqueles que por bem vêm visitar a nossa região;
5. O Estado tem um papel fundamental na fiscalização e na proteção rigorosa das nossas fronteiras e do nosso património natural, não pode permitir que a burocracia e a falta de pulso firme abram precedentes perigosos que ameaçam a soberania do domínio público;
6. É dever fundamental dos representantes eleitos erguer a voz na defesa o cidadão comum, garantindo a ordem, o respeito pela coisa pública e o acesso livre à natureza desta bela nação de nome Portugal.

Assim, a Assembleia de Freguesia de Azeitão, reunida a 30 de Junho de 2026, delibera:

- REJEITAR categoricamente qualquer tentativa de privatização, apropriação ou restrição de acesso ao areal e às margens das praias da Arrábida;
- APELAR ao Governo da República, através do Ministério do Ambiente e da Agência Portuguesa do Ambiente (APA), uma postura de total intransigência e firmeza na defesa do domínio público destas praias;
- APELAR a uma revisão urgente da legislação que ainda permite o recurso para reivindicar margens e areais, fechando de vez a porta a este tipo de aproveitamento jurídico que lesa o país;
- MANIFESTAR total solidariedade com a população de Setúbal e os movimentos cívicos que lutam legitimamente contra a alienação do espaço público, reafirmando que as praias de Portugal são dos portugueses.

Azeitão, 30 de junho de 2026

Os eleitos da Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Azeitão.



Exma. Senhora Presidente da Mesa da Assembleia de
Freguesia da União de Freguesias de Azeitão,

Dra. Vanda Esteves

MOÇÃO: EM DEFESA DO PATRIMÓNIO DA ARRÁBIDA – AS PRAIAS SÃO DO POVO PORTUGUÊS

É na cadeia montanhosa da Arrábida que se desenham das mais belas praias de Portugal. Praias que nos enchem de orgulho, reputadas internacionalmente e vencedoras de variadíssimos prémios e distinções.

As praias da Arrábida constituem um património emocional com marcas profundas do que é ser-se azeitonense e setubalense, enraizadas nas memórias da nossa infância, fazem parte do nosso crescimento enquanto indivíduos e moldam as dinâmicas socioeconómicas locais. Lugares de tradição familiar e comunitária, são indissociáveis da sociedade azeitonense e setubalense.

Constituem lugares importantíssimos da marca da nossa região que elevam o orgulho português no mundo.

Palco de inspiração de muitos artistas, tendo em Sebastião da Gama o seu reconhecido protetor e um dos maiores responsáveis pela divulgação da beleza e do sentimento de pertença à nossa Serra-Mãe e às suas praias.

Apontada por muitos cidadãos e especialistas como território indiscutivelmente belo e singular em território português, foi nos anos 40 do século passado que surgiram as primeiras iniciativas para consagrar a proteção da Arrábida.

Em 1971, foi criada a Reserva da Arrábida e, em 1976, foi alargada a área de proteção inicial, culminando na criação do Parque Natural da Arrábida, que tem como objetivo a salvaguarda dos valores paisagísticos, da fauna, da flora, geológicos, culturais e históricos.

Em 1998, o Parque foi submetido a uma reclassificação, com a alteração dos limites e ampliando para a área marinha Arrábida-Espichel, aumentando a proteção da flora e fauna marinha.

Em 2005, é aprovado o Plano de Ordenamento do Parque Natural da Arrábida.



O POPNA estabelece um conjunto de diretrizes focado na conservação da natureza, no ordenamento do território, no desenvolvimento sustentável, na valorização cultural e na salvaguarda do património ecológico e paisagístico. No que toca ao ordenamento do território, o plano procura disciplinar as atividades urbanísticas, industriais, agroflorestais e turísticas para evitar a degradação ambiental, travando a construção dispersa no meio rural.

Hoje a Arrábida está classificada como Reserva da Biosfera da UNESCO, um reconhecimento que traz orgulho e, fundamentalmente, responsabilidade.

No que diz respeito à orla costeira, o território da Arrábida está ainda nos Planos de Ordenamento da Orla Costeira, sendo que, atualmente, o concelho de Setúbal integra o Programa de Orla Costeira Espichel – Odeceixe (POC-EO).

O Plano da Orla Costeira trata-se de um instrumento estratégico de ordenamento e coesão territorial, que estrutura a classificação do solo no contínuo costeiro. O plano visa conciliar a dinâmica do crescimento urbano com a salvaguarda dos nossos valores naturais, culturais e patrimoniais.

O Programa de Orla Costeira Espichel – Odeceixe (POC-EO), surge da necessidade de suprir as lacunas e desajustamentos normativos que afetam a gestão territorial, resultantes do Plano de Ordenamento da Orla Costeira Sintra-Sado, Sado-Sines e Sines-Burgau.

Os instrumentos de ordenamento da Orla Costeira assumem uma função corretiva e de reposição da legalidade, combatendo o desordenamento em zonas de elevada sensibilidade ecológica, em terrenos do domínio público marítimo. Trata-se de um imperativo de interesse público destinado a regenerar e valorizar as frentes costeiras degradadas, devolvendo-as aos cidadãos e assegurando o legado ambiental das futuras gerações.

No que diz respeito à titularidade dos recursos hídricos, a legislação é perentória e inequívoca: as margens das águas costeiras pertencem ao domínio público marítimo. A legislação estipula, no que diz respeito à noção de margem das águas do mar, que as mesmas compreendam uma largura de 50m.

O domínio público marítimo pertence ao Estado.

Porém, a legislação em vigor no que concerne ao reconhecimento da propriedade privada sobre parcelas de leitos e margens públicas tem algumas especificidades herdadas da legislação dos anos setenta.

Considerando que:

1. As praias da Serra da Arrábida são lugares inestimáveis do património natural e cultural de Setúbal e de Portugal, constituindo parte da identidade do povo português;



2. O recurso a lacunas na legislação para tentar alienar o areal e privatizar aquilo que, por direito natural e histórico, pertence a todos os cidadãos, é inaceitável;
3. Esclarece-se que, o direito de propriedade privada é um pilar constitucional que o CHEGA defende acerrimamente, mas este não pode ser instrumentalizado para o alienamento de bens de domínio público e para a restrição de acesso dos cidadãos a lugares que são de TODOS;
4. Qualquer tentativa de transformar as praias da Arrábida num privilégio exclusivo só para alguns, atenta contra o direito ao lazer das famílias setubalenses e azeitonenses que, há gerações, usufruem daquela costa e também daqueles que por bem vêm visitar a nossa região;
5. O Estado tem um papel fundamental na fiscalização e na proteção rigorosa das nossas fronteiras e do nosso património natural, não pode permitir que a burocracia e a falta de pulso firme abram precedentes perigosos que ameaçam a soberania do domínio público;
6. É dever fundamental dos representantes eleitos erguer a voz na defesa o cidadão comum, garantindo a ordem, o respeito pela coisa pública e o acesso livre à natureza desta bela nação de nome Portugal.

Assim, a Assembleia de Freguesia de Azeitão, reunida a 30 de Junho de 2026, delibera:

- REJEITAR categoricamente qualquer tentativa de privatização, apropriação ou restrição de acesso ao areal e às margens das praias da Arrábida;
- APELAR ao Governo da República, através do Ministério do Ambiente e da Agência Portuguesa do Ambiente (APA), uma postura de total intransigência e firmeza na defesa do domínio público destas praias;
- APELAR a uma revisão urgente da legislação que ainda permite o recurso para reivindicar margens e areais, fechando de vez a porta a este tipo de aproveitamento jurídico que lesa o país;
- MANIFESTAR total solidariedade com a população de Setúbal e os movimentos cívicos que lutam legitimamente contra a alienação do espaço público, reafirmando que as praias de Portugal são dos portugueses.

Azeitão, 30 de junho de 2026

Os eleitos da Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Azeitão.

Data: 30.06.2026

N/Refª.: 2529.260630_IL_04

Assunto: Recomendação - Pela resolução definitiva dos problemas da Rua de São Gonçalo e pela responsabilização na execução das obras públicas

A Assembleia de Freguesia de Azeitão, reunida em sessão ordinária, tem acompanhado com preocupação os problemas que persistem na Rua de São Gonçalo, nomeadamente ao nível da drenagem das águas pluviais, da degradação do pavimento e dos constrangimentos causados aos moradores e utilizadores daquela via, considera que:

1. A Rua de São Gonçalo tem sido alvo de sucessivas intervenções públicas ao longo dos últimos anos, envolvendo investimentos significativos dos contribuintes;
2. Foram realizadas obras de beneficiação do pavimento, renovação da rede de abastecimento de água e previstos investimentos em infraestruturas e arruamentos, incluindo sistemas de drenagem;
3. Persistem, contudo, problemas de acumulação de águas pluviais e de escoamento, verificando-se situações que afetam a mobilidade, a segurança rodoviária e pedonal e a qualidade de vida dos residentes;
4. Não é aceitável que investimentos públicos avultados conduzam à necessidade de sucessivas intervenções corretivas sem que sejam claramente apuradas as respetivas responsabilidades;
5. As boas práticas de gestão pública exigem rigor no planeamento, fiscalização eficaz das empreitadas e responsabilização dos intervenientes sempre que existam deficiências de execução;
6. A legislação relativa às empreitadas públicas prevê mecanismos de garantia e de responsabilização dos empreiteiros por defeitos de execução durante os respetivos períodos de garantia;
7. Os fenómenos meteorológicos extremos têm vindo a aumentar em frequência e intensidade, sendo imprescindível que as soluções adotadas sejam pensadas numa perspetiva de longo prazo e de adaptação às alterações climáticas;
8. Os cidadãos têm direito a conhecer o planeamento das obras públicas que afetam o seu quotidiano e a acompanhar a respetiva execução.

Assim, a Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Azeitão delibera recomendar à Câmara Municipal de Setúbal:

1. Avaliação técnica urgente

Proceda a uma avaliação técnica exaustiva da Rua de São Gonçalo, identificando as causas das atuais deficiências na drenagem e no comportamento do pavimento.

2. Apuramento de responsabilidades

Promova uma auditoria técnica às obras recentemente executadas naquela via, apurando eventuais deficiências de projeto, fiscalização ou execução e acionando, caso se justifique, todas as garantias legais e contratuais aplicáveis.

Caso sejam confirmados defeitos de execução imputáveis ao empreiteiro ou a outros intervenientes, deverão os mesmos suportar integralmente os custos das reparações necessárias, evitando novos encargos para os contribuintes.

3. Solução estrutural para as águas pluviais

Desenvolva uma solução técnica definitiva para a gestão das águas pluviais, contemplando, sempre que tecnicamente adequado:

- Reconfiguração do sistema de drenagem;
- Desvio e encaminhamento eficiente dos caudais;
- Construção de uma bacia de retenção ou infraestrutura equivalente;
- Implementação de soluções sustentáveis de drenagem urbana;
- Adoção de medidas que minimizem o risco de futuras inundações e degradação da via.

4. Plano público de intervenção

Apresente um Plano de Intervenção e Monitorização para a Rua de São Gonçalo, contendo:

- Trabalhos a executar;
- Soluções técnicas previstas;
- Entidades responsáveis;
- Cronograma detalhado;
- Datas previstas de início e conclusão;
- Atualizações periódicas do estado dos trabalhos.

Este plano deverá ser tornado público através dos meios de comunicação institucionais do Município.

5. Transparência e prestação de contas

Informe regularmente os moradores e a Assembleia de Freguesia sobre o desenvolvimento dos trabalhos e das medidas adotadas, promovendo uma relação de proximidade e confiança com a população.

Conclusão

A Iniciativa Liberal entende que a boa gestão dos recursos públicos exige planeamento, transparência e responsabilização.

Os cidadãos não podem ser confrontados com sucessivas obras para resolver problemas que deveriam ter sido definitivamente solucionados à primeira intervenção, nem podem aceitar que eventuais erros de execução sejam suportados pelos contribuintes.

Os moradores da Rua de São Gonçalo merecem uma solução estrutural, tecnicamente robusta e duradoura, que assegure a segurança, a mobilidade e a qualidade de vida, bem como uma gestão pública que preste contas, assuma responsabilidades e utilize os recursos públicos com rigor e eficiência.

A boa administração dos dinheiros públicos não se mede pelo número de obras realizadas, mas pela qualidade das soluções implementadas e pela capacidade de evitar que o mesmo problema tenha de ser pago duas vezes pelos cidadãos.

Azeitão, 30 de junho de 2026

O membro da assembleia de freguesia eleito pela Iniciativa Liberal,

Aníbal Silva

Data: 30.06.2026

N/Refª.: 2529.260630_IL_03

Assunto: **Recomendação - Pela transparência tarifária, eficiência na gestão de resíduos e reforço da reciclagem**

A Assembleia de Freguesia de Azeitão, reunida em sessão ordinária, considerando que:

Tomou conhecimento do aumento verificado nas tarifas associadas aos resíduos urbanos cobradas nas faturas da água dos munícipes do concelho de Setúbal.

Segundo informação oficial dos Serviços Municipalizados de Setúbal (SMS), o tarifário de resíduos urbanos para 2025 sofreu uma atualização na ordem dos 15%, valor superior ao aumento aplicado aos restantes serviços essenciais. (sms-setubal.pt)

Os SMS justificam este aumento com:

- a subida significativa dos custos de tratamento de resíduos;
- o agravamento da Taxa de Gestão de Resíduos (TGR);
- e o aumento dos encargos cobrados pela AMARSUL. (sms-setubal.pt)

De acordo com os dados divulgados:

- a tarifa da AMARSUL passou de 13,49 €/tonelada em 2004 para mais de 70 €/tonelada em 2024;
- enquanto a Taxa de Gestão de Resíduos aumentou de 2 €/tonelada em 2007 para 30 €/tonelada em 2024. (sms-setubal.pt)

Contudo, apesar do agravamento sucessivo dos custos suportados pelos cidadãos, Portugal continua abaixo das metas europeias de reciclagem de resíduos urbanos, mantendo dificuldades estruturais na separação e valorização dos resíduos produzidos.

Segundo dados da Agência Portuguesa do Ambiente e da União Europeia, Portugal continua distante das metas comunitárias que exigem níveis progressivamente mais elevados de preparação para reutilização e reciclagem de resíduos urbanos.

Também no concelho de Setúbal continuam a verificar-se limitações na cobertura, acessibilidade e utilização dos sistemas de recolha seletiva, situação frequentemente apontada por moradores e reconhecida pelos próprios desafios nacionais do setor.

A Iniciativa Liberal considera que:

- os cidadãos não podem ser chamados a suportar aumentos contínuos sem melhoria efetiva dos resultados;
- a política de resíduos deve privilegiar eficiência operacional e transparência;
- e o aumento da reciclagem deve constituir prioridade ambiental e financeira, reduzindo a quantidade de resíduos indiferenciados enviados para tratamento e deposição.

Assim, a Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Azeitão delibera:

1. Solicitar aos Serviços Municipalizados de Setúbal informação detalhada sobre a evolução dos custos associados à recolha e tratamento de resíduos urbanos;
2. Requerer divulgação pública do impacto da Taxa de Gestão de Resíduos e dos encargos pagos à AMARSUL na fatura final dos consumidores;
3. Recomendar reforço dos pontos de recolha seletiva e melhoria da acessibilidade aos ecopontos na freguesia;
4. Defender campanhas regulares de sensibilização para separação e reciclagem de resíduos;
5. Solicitar a divulgação periódica de indicadores locais de reciclagem e recolha seletiva;
6. Recomendar a definição de metas municipais concretas para aumento das taxas de reciclagem e redução de resíduos indiferenciados;
7. Avaliar projetos-piloto de tarifação PAYT (Pay As You Throw), baseada na produção de resíduos e alinhada com as orientações da ERSAR.

A proteção ambiental exige mais do que aumentar tarifas: exige resultados mensuráveis, melhor serviço prestado e uma política séria de promoção da reciclagem e valorização dos resíduos urbanos.

Azeitão, 30 de junho de 2026

O membro da assembleia de freguesia eleito pela Iniciativa Liberal,

Aníbal Silva

Data: 30.06.2026

N/Refª.: 2529.260630_IL_05

Assunto: Recomendação - Pela melhoria da eficiência e qualidade dos serviços de limpeza urbana e controlo de vegetação na freguesia de Azeitão

A Assembleia de Freguesia de Azeitão, reunida em sessão ordinária, considerando que:

1. A limpeza urbana, a recolha de resíduos e o controlo de vegetação silvestre (corte de erva) constituem competências essenciais e obrigações fundamentais para a salubridade, segurança e qualidade de vida dos munícipes da União das Freguesias de Azeitão;
2. Se verifica, através de dados de monitorização operacional e de reiteradas reclamações dos cidadãos, uma degradação generalizada do estado de limpeza das vias públicas, com acumulação de detritos e proliferação descontrolada de vegetação em passeios, bermas e espaços verdes;
3. A ausência de uma calendarização rigorosa e de um planeamento estruturado para as ações de desbaste e limpeza resulta na obstrução de canais de escoamento de águas pluviais, na redução da visibilidade rodoviária em cruzamentos críticos e na limitação da acessibilidade pedonal, com especial impacto em cidadãos com mobilidade reduzida;
4. O crescimento desmedido da vegetação que, entretanto, secou, neste período crítico de incêndios representa um risco acrescido e desnecessário para a segurança de pessoas e bens na nossa freguesia.
5. A degradação do estado de limpeza dos espaços públicos prejudica a imagem urbana e turística da freguesia de Azeitão, afetando a qualidade de vida dos residentes e a atratividade do território para visitantes e atividade económica local;
6. A acumulação prolongada de resíduos e de vegetação não controlada favorece a proliferação de pragas urbanas e constitui um potencial fator de risco para a saúde pública;

Assim, a Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Azeitão delibera solicitar à Junta de Freguesia e recomendar à Câmara Municipal de Setúbal:

- Apresentação do Plano Operacional: A disponibilização imediata do plano de contingência e da calendarização detalhada para as ações de corte de erva e limpeza urbana planeadas para o trimestre em curso;
- Definição de Métricas de Desempenho (KPIs): A implementação de indicadores objetivos de qualidade de serviço, tais como a frequência de intervenção por zona e o tempo médio de resposta a anomalias reportadas pelos cidadãos;
- Otimização de Processos: A revisão do modelo de gestão de frotas e equipamentos afetos à limpeza, garantindo a taxa de disponibilidade operacional necessária para fazer face às exigências sazonais de crescimento da vegetação;

- **Reforço da Fiscalização:** O aumento da monitorização do cumprimento dos contratos de prestação de serviços em vigor, assegurando que os padrões de qualidade contratados são integralmente executados no terreno;
- **Apresentação do Plano Anual de Manutenção Urbana:** disponibilização de um plano de intervenções programadas para limpeza urbana, controlo de vegetação e manutenção dos espaços públicos, com atualização periódica e indicação das zonas abrangidas,
- **Prestação de Contas:** Que a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal informem periodicamente esta Assembleia sobre o estado de execução das medidas adotadas e dos trabalhos realizados, promovendo uma gestão mais transparente e permitindo o acompanhamento pelos eleitos e pela população.

Azeitão, 30 de junho de 2026

O membro da assembleia de freguesia eleito pela Iniciativa Liberal,

Aníbal Silva

CDU - Coligação Democrática Unitária

Saudação

À luta dos trabalhadores e à derrota do Pacote Laboral

O chumbo do denominado Pacote Laboral constitui uma importante vitória dos trabalhadores e da sua luta. Trata-se da rejeição de um conjunto de medidas que representavam novos ataques aos direitos laborais, à contratação coletiva e à estabilidade no emprego, aprofundando a precariedade e a insegurança de milhares de trabalhadores.

A força imensa que a luta organizada dos trabalhadores assumiu ao longo de 330 dias de resistência e de luta – dias que abalaram os desígnios de quantos se arvoram donos de tudo e concretizaram a vitória dos trabalhadores. Uma luta que se fez em milhares de plenários, reuniões, ações de protesto e esclarecimento; nas manifestações de 20 de Setembro, na Marcha Nacional de 8 de Novembro, na Greve Geral de 11 de Dezembro, na manifestação de 13 de Janeiro com a entrega de mais de 190 mil assinaturas, nas manifestações de 28 de Fevereiro e 17 de Abril, nas comemorações populares do 25 de Abril, na grande jornada de luta do 1.º de Maio, na Greve Geral de 3 de Junho e na concentração de 18 de Junho frente à Assembleia da República. Uma luta que ampliou a consciência sobre o atentado que o Pacote Laboral representaria para os trabalhadores e os seus direitos e que isolou os que, desde a primeira hora apoiaram abertamente esse ataque.

Uma luta que reafirmou os sindicatos com o seu papel decisivo na promoção da unidade. A Assembleia de Freguesia de Azeitão saúda, pois, a coragem, a determinação, a persistência e o

contributo de todos os sindicatos e estruturas que se juntaram neste combate, porque esta luta não foi apenas a derrota do Pacote Laboral – foi uma enorme vitória no plano social, político e ideológico, num contexto marcado pelo aumento do custo de vida, pelas dificuldades de acesso à habitação, pela desvalorização dos salários e das pensões e pela crescente instabilidade que afeta particularmente os jovens trabalhadores, torna-se ainda mais evidente a necessidade de reforçar os direitos laborais e sociais, e não de os enfraquecer.

Esta derrota do Pacote Laboral demonstra que a mobilização dos trabalhadores continua a ser determinante para travar retrocessos e defender conquistas alcançadas ao longo de décadas de luta, muitas delas consagradas após o 25 de Abril.

Assim, a Assembleia de Freguesia de Azeitão, reunida em sessão ordinária a 30 de junho, saúda a luta dos trabalhadores e das suas organizações representativas na defesa dos direitos laborais e sociais bem como o chumbo do Pacote Laboral, enquanto resultado da mobilização e da resistência dos trabalhadores. Manifesta, ainda, a sua solidariedade para com todas as lutas em defesa do emprego com direitos, da valorização dos salários e do combate à precariedade.

A ser aprovada, enviar esta saudação à CGTP-IN; à UGT; à Assembleia Municipal de Setúbal; aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República; às Juntas e Assembleias de Freguesia do Concelho de Setúbal; aos órgãos de comunicação social

Azeitão, 30 de junho de 2026

Os eleitos da CDU, na Assembleia de Freguesia de Azeitão
(São Lourenço e São Simão)